Diário de Lisboa

Julho 1977
Terça-feira
12
N.º 19 401
ANO 57.º
6 escudos

Fundador **Joaquim Manso** Director **A. Ruella Ramos** Director-adjunto **Fernando Piteira Santos**

EANES NO NORDESTE

. BRAGANÇA, 12 (Do nosso enviado especial Rogério Rodrigues) — Hoje entrámos no Nordeste. Depois de longas horas de carreiras, trazendo do Poder Local uma visão que às vezes lembra os ilhéus de «Gabriela, Carvo e Canela», - entrámos no Nordeste.

Se a desesperança das populações se mantém, agudizam-se os problemas. Para Chaves, Vila Real e todo o agrupamento do Alto do Tâmega, os problemas maiores apontam-se: comunicações (o comboio como uma locomotiva do «Far-West»), o abastecimento de água e energia eléctrica, a habitação, a rede escolar e a assistência sanitária.

Deverá dizer-se: não é a visita do Presidente da República, Ramalho Eanes, que vai encontrar soluções, que vai resolver problemas. Apenas conhecê-los. Para lá disso é cair no mito, no carisma. Como dizia aquela velha de 76 anos, em Chaves, com os olhos baços e lacrimejantes, de muitos anos de cozinha sem chaminé: «Senhor Presidente, eu só queria atingir os cem anos para o ver novamente». E o Presidente da República a responder: «Você tem saúde para isso».

Porque o Poder Local (este) pode ser à imagem e semelhança (perdoem os Acácios e respeitem-se as proporções) dos gabinetes, da cidade imperial de Lisboa.

Região deprimida com uma agricultura de sobrevivência, com as comunidades e o sentido comunitário a desfazerem-se entre dois processos, o da emigração e o dos retornados, Trás-os-Montes apresenta-se tal como é, para lá do mundo da ficção (o de Camilo, que de bacamarte em punho viu lobos na serra ou conheceu deputados actuais, Calixtos Elóis de Caçarelhos, na área de influência leitoral de Miranda do Douro que Ramalho Eanes hoje visita); apresenta-se para lá da mitologia e dos contactos com as populações, dramaticamente envelhecidas, com velhos e crianças a serem o espectro deste desalento, mas também obstinação que percorre as coisas e as pessoas.

VILA REAL: QUE PODER?

O contencioso entre Vila Real, capital do distrito, e Chaves, com um certo desenvolvimento comercial, dilui-se quando se apresenta ao profissional caminheiro, apressado e condicionado, uma gama de problemas idênticos. A saber: problema da agricultura local, deficiente estrutura fundiária, pequena dimensão das explorações, falta ou deficiência de melhoramentos fundiários, técnicas culturais rotineiras, deficiente rede de infra-estruturas, falta de organização da lavoura, deficientes mecanismos para a concessão de créditos.

À chegada a Vila Real — o general Ramalho Eanes com atraso de hora e meia, devido a uma avaria no Puma (helicóptero) que teve de fazer uma aterragem forçada em

O Presidente da República (assinalado na foto) durante a sua passagem ontem por Vila Real

Tancos — estavam, além de Pires Veloso, personalidades militares naturais do concelho, tais como o coronel Jaime Neves, o coronel pára-quedista Ramos e o capitão-de-fragata Sousa Campos. Logo à entrada da Câmara Municipal, onde Ramalho Eanes iria participar numa reunião de trabalho, um cartaz pedia «Castigo para os bombistas». Como pormenor, refira-se que o major Cerveira, segundo comandante da PSP do Porto, quando da acusação de implicação do major Mota Freitas (então comandante da corporação na capital do Norte) na rede bombista, foi transferido para o regimento de Vila Real. Em Vila Real, o comércio não fechou e o Presidente da República visitou a Sogrape, um pequeno empório na compra de uva ao pequeno e médio agricultor, tendo percorrido ainda o que vão ser as futuras instalações do Hospital de Lordelo, a dois quilómetros da cidade.

BARRETO NA RÉGUA

Soubémos de fonte segura que António Barreto, também transmontano, de Vila Real, estará amanhã na Régua. Aliás, durante toda a visita de Ramalho Eanes ao distrito de Vila Real, António Barreto seria das personalidades do Governo (posto quase sempre em questão quando os representantes do poder local denunciaram a distância que vai entre as promessas eleitorais e as realidades governamentais) a figura mais contestada.

O MARN tem nisso desempenhado um papel activo. Tanto em Vila Rela como em Chaves apareceu o cartaz «Não à 'Lei Barreto'», exigindo a aplicação da Lei do Arrendamento Rural.

Cartaz curioso à entrada da Câmara de Chaves onde a edilidade pediu ao comércio local que não fechasse as portas, já que o Presidente da República queria que a visita fosse de trabalho e não protocolar, era aquele que pedia «Senhor Presidente, peça-lhes que trabalhem mais e durmam menos». Duvidoso o cartaz em referência, já que não se sabe quem o patrocinou e a quem é dirigido.

Continua na pág. 5

Peseta vale menos 25 por cento

. O Governo espanhol tomou hoje a sua primeira grande decisão após a vitória de Adolfo Suárez nas eleições do passado dia 15: a peseta está desvalorizada em 25 por cento. Esta medida, que traz profundas consequências, está a ser apontada como a primeira do programa económico que será posto em prática. O Banco de Espanha fixou a nova cotação da peseta em 87,30 por dólar. Na semana passada, cada dólar valia 69,99 pesetas. Por outro lado, o mercado de câmbios já reabriu, depois de ter estado encerrado durante as 24 horas que antecederam esta comunicação.

Para já, a desvalorização da peseta atinge em cheio a actual estação turística, beneficiando extraordinariamente os milhares de estrangeiros que estão em Espanha. Em contrapartida, turistas espanhóis que passam férias em outros países deverão ter sérios problemas, motivados por este acentuado golpe no orçamento de viagem.

A decisão de fixar um «câmbio realista», como está a ser chamado, foi tomada logo na primeira reunião do novo Conselho de Ministros espanhol. A desvalorização vem acompanhada por propostas governamentais no sentido de punir as fugas de pagamento de impostos, melhorar o método de recolha das contribuições e modificar o actual sistema fiscal de modo a que, segundo dizem, os ricos paguem taxas mais elevadas. De um modo geral, pela primeira vez em quarenta anos, a fraude fiscal será considerada delito, com penas previstas na lei.

O Governo explicou que decidiu desvalorizar a moeda pois, enquanto os outros países europeus estão a reduzir a sua taxa de inflacção, esta atinge, em Espanha, 30 por cento. O país tem ainda uma balança de pagamentos deficitária e a desvalorização tornará os produtos espanhóis mais competitivos no estrangeiro, de acordo com o pensamento dos economistas de Suárez.

Ao fim da manhã, contactado o Banco de Portugal, foi dito que só esta tarde se poderá saber a cotação nominal entre a peseta e o escudo.

PARTIDOS EM S. BENTO

Plano e Reforma Agrária são temas "escaldantes"

O Primeiro-Ministro Mário Soares efectua desde ontem conversações com os principais partidos parlamentares.

Depois de ontem à tarde ter recebido delegações do PSD/PPD e do CDS, foi esta manhã a S. Bento, por solicitação do Chefe do Governo, uma delegação do PCP composta por Álvaro Cunhal e Carlos Brito, respectivamente secretário-geral e líder do Grupo Parlamentar daquele Partido.

Na origem destes encontros estão os debates parlamentares em torno de diversos diplomas governamentais que subirão à Assembleia da República no decurso do prolongamento extraordinário dos trabalhos.

Aos encontros realizados ontem assistiram, por parte do Governo, os ministros do Plano e da Agricultura e Pescas, o que aponta para o papel central que os próximos debates sobre a «Lei Barreto» e o Plano a Médio Prazo desempenharam nesta série de entrevistas.

Trata-se, para o Governo, de «sondar» as posições que os três maiores partidos com assento no hemiciclo de S. Bento assumirão proximamente, sem excluir a eventualidade de acordos pontuais relativamente às principais votações.

Ontem Sá Carneiro, em declarações prestadas após o seu encontro com Mário Soares, e depois de afirmar, que estas reuniões entre o PSD e o Governo deverão continuar na próxima semana, disse que as próximas conversações englobarão elementos dos grupos parlamentares.

Sá Carneiro adiantou que foram abordadas questões implicitamente relacionadas com a

Continua na pág. 16

Álvaro Cunhal e Carlos Brito estiveram esta manhã em S. Bento, a convite do Primeiro-Ministro. Tema: os próximos debates «quentes» na Assembleia da República

Lopes Cardoso substituído na Comissão de Agricultura do PS

. Lopes Cardoso, deputado e militante socialista, alvo de ataques por parte de algumas das estruturas do PS, foi ontem substituído na Comissão Parlamentar de Agricultura daquele Partido na Assembleia da República. Com Lopes Cardoso foram também substituídos os deputados Vital Rodrigues e Brás Pinto, da mesma Comissão.

A substituição dos três deputados ocorreu durante a reunião de ontem do Grupo Parlamentar do PS, no decurso da qual, depois de manifestarem a sua oposição à «Lei Barreto», eles puseram os respectivos lugares na CPA à disposição do Partido. A sua substituição efectivou-se em seguida por via dos deputados José Luís Nunes, Florêncio Matias e Luís Marinho, que passam agora a integrar a CPA do PS.

Recorde-se que Lopes Cardoso anunciou, no final da semana passada, em Beja, a sua intenção de votar contra a «Lei Barreto» pelo que, de acordo com recente decisão das cúpulas socialistas, poderá enfrentar diversas sanções disciplinares que poderão levar à sua expulsão do PS.

Estas alterações surgem na altura em que os elementos directivos do PS e o próprio Governo encontram numerosas dificuldades com próximos diplomas a apreciar na Assembleia da República, entre eles o «Plano a Médio Prazo» e a nova Lei da «Reforma Agrária» («Lei Barreto»).

Na próxima sexta-feira a Co-

Continua na pág. 16

HOJE HÁ «EXCLUSIVO»

A política Carter analisada de Cuba, com especial incidência sobre África e América Latina, é o tema de uma entrevista com Carlos Rafael Rodriguez que inserimos no «Exclusivo» de hoje. O nosso suplemento das terças-feiras inclui ainda artigos sobre o Médio Oriente, o problema das sondagens, o acordo entre Tóquio e Seul sobre a exploração petrolífera e outros temas de actualidade internacional

Política de A a Z

AO LEITOR E AO OUTRO

Estamos conscientes de que estas notas cursivas, que estes comentários do quotidiano político, que estas interpelações, que estas interjeições, não agradam a quantos, hoje como ontem, são atreitos a confundir a sua carreira, prestígio e prosperidade pessoais com a situação do «País real», com a existência concreta das «pedras vivas».

Com elas se agastam os antigos «barões corporativos» e os «viscondes do marcelismo»; com elas se irritam os novos «barões democráticos». Contra o escritor público (Camilo *dixit*), os servidores e serventuários multiplicam-se em zelo e golpes; contra ele, ao nível que é o seu em moral e gosto literário, vomitam calúnias, tecem intrigas, lançam insinuações; contra ele atiçam rafeiros e mastins. E a caravana passa. O velho provérbio, repete-se na experiência destes dias contraditórios.

E o comentário prossegue. Nem sempre haverá ocasião para atentar se a ofensiva raivosa sobe de tom, se a vileza a si mesma se excede. Repelir os ataques é cansativo e inútil; devolver injúrias é inútil e cansativo; inútil sacudir a parasitagem reles e desnecessário explicar aos leitores atentos e ao público em geral que os insultadores pagos à linha são simples servidores dos poderosos ou os atormentados de pecadilhos velhos. Será perder tempo responder à argumentação dos «analistas» que glosam os temas que lhes são propostos, que levantam questões e montam campanhas ao serviço de interesses que claros, ou obscuros, nao são os interesses desta Revolução, deste Povo, desta Terra.

Uma Terra e um Povo. Um «País real» e estas «Pedras Vivas». Também Sérgio não desdenharia juntar as expressões: o «País real», as «Pedras vivas». Aqui, não há equívoco de palavras, nem atropelo de conceitos, diversa, embora, seja a sua origem. Da Terra e do Povo, falamos. De um Povo, como diria o poeta, que é *substantivo masculino*.

NOVA VISITA, VELHAS AFIRMAÇÕES

O presidente do PSD, Francisco Sá Carneiro visitou São Bento (residência) e teve uma reunião com Mário Soares. Sobre os assuntos tratados declarou que tinham sido abordadas «questões implicitamente relacionadas com a estratégia do PSD, reafirmada no último Conselho Nacional (Viana do Castelo), que é a de tentar obter a maioria democrática estável conseguida por um acordo entre os três partidos democráticos, ou seja PS, PSD e CDS».

À negativa de Mário Soares, do Partido Socialista, opõe Francisco Sá Carneiro uma teimosia exemplar e uma exemplar falta de imaginação política. Não falamos já do equívoco político que seria incluir na «maioria de governo» o CDS, partido que não votou a Constituição e que não faz segredo da sua intenção de propor a sua revisão.

Claro que propor a revisão constitucional é *constitucionalmente* legal, mas evidencia uma intenção política, dá-nos a certeza de um plano amadurecido no sentido de contestar e liquidar as conquistas políticas, económicas e sociais do 25 de Abril. O partido do CDS, que Francisco Sá Carneiro se esforça por introduzir na «área do Governo», não faz segredo, igualmente, da sua oposição ao Plano. A «maioria» que Francisco Sá Carneiro defende não tem em conta a correlação real das forças políticas e das forças produtivas. Não se poderá governar contra os trabalhadores. Não se poderá governar sem os trabalhadores. A Constituição prescreve a participação dos trabalhadores e um «Governo socialista» não poderá dispensá-la.

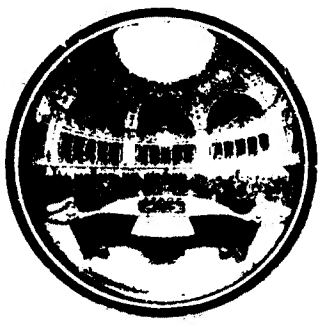
Mas a «maioria» na qual se pretende enlear o Partido Socialista independentemente de considerações parlamentares formalistas, adquiriria o conteúdo político e social de uma «maioria de direcção centro-direita» da qual o Partido Socialista seria o prisioneiro em perda de velocidade, de influência e de prestígio. O deslizar para a «direita» em matéria de cedências e de concessões (de *princípio*) está a atingir a linha de ruptura. O Partido Socialista apercebe-se desse perigo. Daí recusar a aliança a três em que Francisco Sá Carneiro, sem maleabilidade e sem imaginação política, monocordicamente, insiste.

AINDA UMA ESPERANÇA

Por seu turno, Diogo Freitas do Amaral, igualmente recebido por Mário Soares, na sua qualidade de Primeiro-Ministro, no estilo medido e mesurado que é o seu, sem derramar fúnebres lágrimas sobre a «convergência democrática» pelo Governo considerada «inoportuna», exprimiu a esperança de que «um dia a venha a considerar oportuna». Do mesmo passo esclareceu, aos jornalistas que o interrogaram, que nem o Plano, nem o projecto de Lei da Reforma Agrária tem a concordância e aprovação do CDS.

Sobre o Plano foi categórico: «não corresponde às necessidades de reconstrução da economia nacional». Portanto: «Na sua versão actual o plano não poderá contar com o voto favorável do CDS». Excepto se... Excepto se as modificações o alterarem profundamente e se dos tímidos passos; do hesitante avanço, em direcção às metas constitucionais, se transformar no seu contrário, numa acentuação, no «médio prazo» que abarca, das medidas anti-democráticas e anti-socialistas.

Sabemos que a «convergência» como vã promessa de estabilidade entrou nas conversas e preocupações de alguns meios militares. E se não podemos deixar de aplaudir o interesse dos cidadãos-militares pela *res publica*, não podemos, com a mesma sinceridade, deixar de lamentar a ausência de formação política que leva os militares-cidadãos a tenderem repetidamente para posições de «direita».



ASSEMBLEIA DA REPÚBLICA

PS, PPD e CDS em voto "convergente"

Os grupos parlamentares do PS, PSD e CDS aprovaram ontem na generalidade um projecto de lei sobre a regulamentação da actividade das comissões de trabalhadores e o controlo de gestão. A mesma maioria rejeitou, por outro lado, um projecto do PCP sobre o controlo operário.

O deputado comunista Vital Moreira, na declaração de voto do seu partido, estabeleceria um curioso contraste entre o ambiente daquela votação e os momentos vividos na Assembleia Constituinte quando se aprovaram aspectos relacionados com o controlo operário. «Quando o artigo do controlo de gestão foi votado na Constituinte», recordou o deputado do PCP, «ouviram-se aqui vivas à classe trabalhadora e à classe operária. Hoje, para regulamentar a aplicação desse artigo não se ouviram nem vivas nem palmas. O único viva que poderia aqui existir hoje era um viva à classe capitalista.»

O texto aprovado provinha da Comissão de Trabalho da Assembleia e foi posto à discussão em alternativa apenas com mais um, o do PCP, já que o Governo retirou o que inicialmente apresentara, em favor do texto da Comissão. Votaram contra o documento os deputados do PCP, da UDP e os independentes Aires Rodrigues e Carmelinda Pereira.

Para o Partido Socialista, que ontem defendeu o projecto pela voz de Marcelo Curto, o texto é importante «pelo direito à informação atribuído às comissões de trabalhadores em matérias como organização da produção, previsão de volume e administração de vendas e situação contabilística da empresa».

Sobre o projecto do PCP, Marcelo Curto afirmou que, se o seu partido «não tivesse outras razões para o rejeitar, bastaria a de nele se tentar aglutinar as funções das comissões de trabalhadores e dos sindicatos, pretendendo regular em conjunto a participação no plano e na elaboração da legislação do trabalho das comissões e dos sindicatos».

Também o PSD explicou os motivos por que apoiara o projecto. Ruben Raposo, deputado social-democrata, afirmou tratar-se de «uma proposta aplicável à ordem constitucional em que vivemos».

Quanto ao deputado da UDP, Acácio Barreiros, criticou severamente o projecto, afirmando que nele é reconhecido às comissões apenas o direito de opinião, e que o poder de decisão «pertencerá ao patronato».

A famosa «convergência», rejeitada por palavras pelo PS, mas realizada na prática, funcionou ontem em pleno na Assembleia da República, precisamente no dia em que o Primeiro-Ministro recebeu em São Bento os srs. Sá Carneiro e Freitas do Amaral. Dir-se-ia, a avaliar pela repetida aglutinação dos votos do PS com os do PSD e do CDS, que a votação de ontem não foi um facto limitado e pontual, exprimindo antes uma «convergência» profunda em relação a um objectivo aparentemente comum aos três partidos: a recuperação capitalista.

Com efeito, será a lei dos sectores público e privado, conhecida como lei da «entrega», compatível com a defesa das nacionalizações? Terá a «Lei Barreto» alguma coisa a ver com a defesa da Reforma Agrária? Haverá alguma semelhança entre o texto ontem aprovado na Assembleia e o controlo operário, tal como os trabalhadores o concebem e praticam?

A propósito, lembrou Carlos Brito, na declaração de voto do PCP, que «nesta escalada, três das conquistas fundamentais da Revolução estão, no seu conjunto, seriamente ameaçadas; com elas, é a outra conquista fundamental — a liberdade, a democracia — que corre riscos cada vez mais sérios como a vida e a prática de todos os dias vai demonstrando».

Carlos Brito afirmaria ainda que o documento aprovado visa «aniquilar uma das conquistas mais importantes dos trabalhadores portugueses após o 25 de Abril, o controlo operário», frisando que o diploma da comissão «consegue ainda piorar o documento inicialmente apresentado pelo Governo».

Tecendo vigorosas críticas contra o projecto, o deputado comunista acentuou que este vem «introduzir graves restrições ao direito de constituição de comissões de trabalhadores e limitar o exercício dos seus direitos», acrescentando que o facto de não ser contemplada «a participação sindical na elaboração do plano representa uma cedência clara às exigências da CIP».

DENUNCIADAS NAS JORNADAS PARLAMENTARES DO PS

Precárias situações de segurança em Ponta Delgada

Um debate sobre o papel do Partido Socialista na construção da autonomia regional e um balanço do que tem sido a actividade dos governos regionais social-democratas, preencheram a ordem de trabalhos da Jornadas Parlamentares do PS no Açores, na qual participaram alguns dirigentes nacionais (Salgado Zenha, Jaime Gama e José Luis Nunes) e ainda responsáveis locais do partido do Governo.

Nas conclusões do encontro salienta-se o papel que os socialistas tiveram na institucionalização da autonomia regional — desde a Constituição até aos Estatutos regionais e às eleições, concluindo-se por um balanço positivo da experiência daautonomia. Balanço que seria melhor, não fosse a atitude do Governo Regional. Este, para além de dificultar as relações com o Governo central, na opinião dos deputados socialistas, é também tímido no contacto com as forças políticas regionais. «A oposição, queixam-se os socialistas, praticamente não é ouvida nem consultada, são escassas as presenças dos secretários regionais na Assembleia Regional, as perguntas e requerimentos apresentados pela oposição não encontram resposta rápida e esclarecedora, os trabalhos da Assembleia Regional não chegam à opinião pública...»

As conclusões das Jornadas Parlamentares denunciam ainda o clima de instabilidade que se vive em S. Miguel, afirmando: «As precárias situações de segurança existentes na cidade de Ponta Delgada e que constituem uma afronta à dignidade das instituições democráticas das Regiões Autónomas, a começar pela Presidência do Governo Regional, impossibilitam o exercício normal dos deputados naquela área, com especial incidência sobre os da oposição, a quem é de enaltecer a dignidade, o sacrifício, a persistência e a coragem que têm demonstrado, em defesa dos interesses das populações e das classes mais desprotegidas».

A política de informação do governo regional é também criticada pelos socialistas que o acusam de censura aos programas de carácter nacional, bem como de não esclarecer a opinião pública sobre a situação económica existente e os programas sectoriais.

A terminar, o documento que contém as conclusões do encontro aponta a necessidade urgente de se aprovar o estatuto definitivo da autonomia «que resolva muitos dos problemas em aberto, nomeadamente o da bandeira da região».

O «DIÁRIO DE LISBOA» é vendido pelo agente de jornais CARLOS DAS NEVES AFONSO — ARGANIL

Noticiário breve

ADJUNTO CEMGFA

Apresentou-se ontem no Estado-Maior-General o vice-almirante António Egídio Sousa Leitão a fim de ocupar o cargo de adjunto do chefe do EGFA para o Departamento de Planeamento e Finanças, em substituição do almirante Almeida d'Eça, que regressou ao gabinete do chefe do Estado-Maior da Armada.

MNE

O ministro dos Negócios Estrangeiros recebeu ontem em audiência o embaixador da Jugoslávia em Lisboa, Milan Stojakovic com quem tratou de assuntos referentes às relações entre os dois países. O dr. Medeiros Ferreira recebeu ainda Claud Cheysson, comissário da CEE para a política de cooperação com o Terceiro Mundo e Jacques Fauvet, director de «Le Monde».

NOVOS EMBAIXADORES

O Governo português concedeu o seu «agrement» à nomeação dos novos embaixadores da Austrália e do Gana em Lisboa, respectivamente Leslie Gerard e Turkson.

PCP SAÚDA MLSTP

Na passagem do 2.º aniversário da independência de S. Tomé e Príncipe o PCP enviou ao MLSTP uma comunicação de saudações em que reafirma a «sua solidariedade de combate e a sua determinação de continuar a actuar para que se reforcem cada vez mais os laços de amizade e cooperação entre os dois povos e países».

MANUEL SERRA

O dirigente da FSP, Manuel Serra, foi ontem submetido a nova intervenção cirúrgica. Um comunicado daquele partido dá conta de que «o seu estado, embora não se possa considerar totalmente satisfatório, não é no entanto de molde a inspirar cuidados».

RDP "absorve" Rádio Liberdade

Cessam no final deste mês as emissões da Rádio Liberdade que, através da Secretaria de Estado da Emigração, têm sido dirigidas aos portugueses residentes no estrangeiro, e o seu tempo de antena passará a ser usado pela RDP.

Esta decisão consta de um despacho normativo da presidência do Conselho de Ministros e do Ministério dos Negócios Estrangeiros hoje publicado no «Diário da República».

COMUNICADO

Informamos que, durante alguns dias, estaremos abertos das 10 às 22 horas, a fim de as pessoas de bom gosto poderem visitar a nossa nova exposição de móveis, estofos e adornos.

REQUINTE — MÓVEIS E DECORAÇÕES
AVENIDA ALMIRANTE REIS, 110
(Defronte da Cervejaria Portugália)

post-scriptum

Que se passa com a Previdência?

Não se compreende o que se passa com a Previdência no nosso País. Os seus beneficiários vêem-se e desejam-se para obter os benefícios a que têm direito.

Nas Caixas de Previdência do distrito de Setúbal, digo Caixas porque, creio que é o único distrito que tem duas Caixas de Previdência, uma instalada em edifício próprio mandado construir com os dinheiros dos contribuintes e que importou em milhares de contos; outra num prédio alugado cuja renda deve custar umas dezenas de contos.

Cada Caixa tem o seu conselho de administração próprio e o seu presidente, com quem aliás não é possível a qualquer beneficiário falar por se encontrar sempre em reunião, segundo informam as funcionárias.

Eu conto o que se está a passar comigo: em 5 de Fevereiro passado fui internado no hospital para ser operado aos olhos e no dia 16 do mesmo mês tive alta. Paguei o meu internamento e paguei ao médico a operação, esperando receber da Caixa a comparticipação a que tinha direito. Porém, desde Março que caminho para a Caixa com esse fim e depois de muitas diligências e muitas respostas ambíguas (isto ao fim de 5 meses) acabam por me dizer que quem me pagará esse subsídio é o hospital. Ora como eu não sou beneficiário do hospital mas sim da Caixa, como se pode compreender isto?

Quando perguntei à funcionária quando e como poderia ir receber ao hospital, ela respondeu-me que o mesmo hospital se poria em contacto comigo, mas *quando* não sabia.

Tudo isto dá sem dúvida uma ideia de como andam os serviços da Previdência.

Para melhor elucidação: O hospital debitou à Caixa os honorários do médico respeitantes à minha operação (4.200$00) honorários esses que o médico não receberá, porque já lhe paguei.

Pergunto: quem recebe esse dinheiro?

Álvaro Pratas Semião
– SETÚBAL

A quem servem os parques de estacionamento?

Mas de que vale poupar (poupar dinheiro, poupar combustível)? De que vale sacrificar a comodidade do transporte privado se, para tanto, se incorre no risco de a poupança se ver desviada para o pagamento de uma pesada multa, já que os parques de estacionamento ou não servem as zonas essenciais, ou, servindo-as, não servem aos bolsos dos necessitados ou voluntariosos poupadores?

Na zona do aeroporto, também uma importante entrada da cidade, dificilmente se encontra um espaço gratuito para estacionar a viatura e, mais grave ainda, é o facto de a sinalização de proibição de estacionamento ser uma autêntica ratoeira ao serviço da caça à multa.

Paradoxalmente, ali existem dois imensos parques de estacionamento, há anos às moscas, enquanto quem, por necessidade ou esforço de poupança, tem que deixar a viatura própria naquela zona, para de transporte público se dirigir aos pontos da cidade, corre o armadilhado risco de ter de pagar pesada multa, sem saber como nem porquê.

A quem servem e para que servem os dois parques de estacionamento da zona do aeroporto desde sempre às moscas?

Porque não a autorização da sua utilização livre e gratuita?

Não seria essa a medida justa e de verdadeiro incentivo à poupança?

Vítor Manuel C. Gouveia
– LISBOA

Para quando a unificação das telecomunicações?

Noticiou o «DL» há algum tempo atrás a passagem da Marconi angolana a companhia nacional. Porque é que não se faz o mesmo em Portugal? Até quando teremos três companhias diferentes a servir os utentes das telecomunicações em Portugal? Porque não se forma com as três uma só companhia, única forma de servir bem o público?

Até quando teremos 2 e 3 centrais em paralelo funcionando apenas uma como central e as outras como retransmissoras e o público a pagar os custos das 3 centrais?

A quem aproveita essa duplicação ou mesmo triplicação de equipamentos? À Nação que era igualmente bem servida com um só equipamento?

Três empresas funcionando independentemente quando não desencontradamente com serviços especiais ocupando dezenas ou centenas de pessoas para debitarem umas às outras os custos que atribuem à sua participação nas comunicações; três grupos de técnicos assistindo aos três equipamentos; três armazéns de sobressalentes; etc., etc., tudo perfeitamente dispensável e os portugueses a pagarem essas despesas que não existiriam se houvesse uma só empresa nacional de telecomunicações como acontece na maioria dos países europeus.

Não admira que com essas duplicações e triplicações as comunicações estejam cada vez mais caras e os utentes na mesma mal servidos. Chegou-se ao cúmulo de para falar para um telefone dos TLP não se poder usar os telefones dos CTT: tem de se utilizar as arcaicas cabines dos TLP nem que para isso se tenha de levar um saco de moedas!

Quando é que se põe cobro a essa situação?

Manuel Figueira
– ODIVELAS

MÁRIO SOARES NA OPOSIÇÃO A MÁRIO SOARES

PEDRO MARTINS

Quando a clientela eleitoral do Partido Socialista foi chamada às urnas, sabia perfeitamente que o Programa de Governo a apresentar na Assembleia da República, para provável aprovação, seria substancialmente diferente do programa do P. S. É a prática comum das democracias burguesas ou, se quisermos, das democracias parlamentares. Contudo, existia um certo optimismo quanto ao conteúdo progressista desse programa, uma vez que ele teria de estar de acordo com a Constituição da República e iria ser posto em prática por um governo presidido por um militante antifascista com provas dadas ao longo de dezenas de anos, que se reclamava do socialismo e que afirmara: **O socialismo ao serviço da boa consciência burguesa é uma caricatura que não me interessa; creio que o socialismo democrático se difundirá no nosso país e criará estruturas partidárias sólidas, como por toda a parte na Europa. Para tanto bastará que se situe resolutamente à esquerda (como lhe cumpre) e que ponha em execução uma política que não só se reclame dos interesses das classes trabalhadoras mas que as sirva efectivamente.**

No entanto, infelizmente, não foi necessário muito tempo de governação para que os eleitores (e até mesmo os militantes) socialistas se fossem apercebendo que havia um desfasamento evidente entre aquilo que Mário Soares prometera, enquanto dirigente da Oposição ao regime fascista, e o que fazia agora o governo por si presidido.

Com efeito, enquanto Soares afirma(va) que **socialismo significa, para nós, acabar com a exploração do homem pelo homem, através da colectivização dos meios de produção,** António Barreto vai recusando a expropriação dos grandes agrários alentejanos, ao mesmo tempo que tenta desintegrar as Unidades Colectivas de Produção, recorrendo a todos os meios, desde a asfixia económica até à brutal repressão policial (Mora é só um exemplo). Cabe aqui, perfeitamente, a pergunta de Mário Soares: **Mas poderá resolver-se um problema que é essencialmente político por meios exclusivamente policiais?**

Enquanto verificamos o aparecimento do chamado Movimento da Carta Aberta patrocinado por sindicalistas socialistas com o patrocínio de Marcelo Curto, Gonelha e Cia. com o fim, evidente, de provocar a cisão no Movimento Sindical Português, após recusa de participação no Congresso dos Sindicatos, não podemos deixar de recordar as palavras de Mário Saores: **O ponto está em criar entre as forças políticas de esquerda uma verdadeira coordenação, que conduza à unidade de acção, e que seja servida (se possível) no plano social por uma única e poderosa confederação sindical de características unitárias.**

Enquanto as negociações dos Contratos Colectivos de Trabalho se prolongam escandalosamente pelos meses fora, como consequência do boicote sistemático das entidades patronais perante a passividade (ou conivência...) do governo, poderemos recordar as palavras de Soares, enquanto homem da Oposição: **a Oposição Democrática não se bate apenas pela conquista das liberdades — aliás só possível pela destruição do fascismo e do colonialismo. O seu objectivo é muito mais radical: pretende reestruturar toda a vida portuguesa em bases democráticas, liquidando os apoios sociais (de classe) do fascismo e instituindo uma verdadeira democracia económica onde o Poder seja colocado ao serviço dos trabalhadores.**

Enquanto a CIP e os partidos políticos que a ela estão ligados vão conseguindo, do Governo, mais e mais concessões e continuam a mostrar-se insaciáveis, reclamando, cada vez mais ameaçadoramente, as desintervenções nas empresas, as indemnizações aos grandes banqueiros e industriais, seria bom recordar à equipa económica do Governo as palavras de Mário Soares: **Creio ter-lhe já dito o que penso dos grupos económicos dominantes portugueses. Não é lisonjeiro para eles. Em termos políticos, julgo-os soberanamente estúpidos, irresponsáveis e egoístas. A uma distância infinita dos dirigentes das classes patronais das democracias europeias. Habituados aos favores do poder político — ao parasitismo, às soluções de facilidade e ao longo passado de subserviência perante o ditador todo poderoso — não vêem para além dos lucros e dos interesses imediatos.**

Não sabem perspectivar o futuro nem isso lhes interessa. Contentam-se com o presente — com as vantagens que usufruem agora, de tipo quase senhorial, sem termo de comparação com qualquer outro país europeu. (...) Quanto ao resto... as contas que todos têm na Suíça, ou noutros pontos, não serão escudo protector bastante contra as surpresas desagradáveis do destino?

A arência de verdadeiros empresários é uma das fatalidades da nossa terra. Não sabem nem querem arriscar. Não sabem ousar: perderam o hábito! Isso explica, em boa parte, a apagada e vil tristeza do nosso presente e uma das incógnitas do futuro...

Virá um dia a modificar-se este estado de coisas? É possível. Há sinais de inquietude entre os mais lúcidos... E a pressão da Europa ajuda. Mas daí a quererem um regime de partidos, a aceitarem sindicatos livres, o direito à greve? Que horror! A essa ideia, todas as CUF de Portugal tremem de pavor e correm a refugiar-se nos braços do ditador — esse bom pai que lhes dá o pão e o castigo... para os outros.

Enquanto as forças declaradamente fascistas se reagrupam, lançam a sua poderosa propaganda, conspiram abertamente contra a democracia, dentro e fora do país, perante a arrepiante passividade do Governo, incapaz de legislar no sentido de pôr termo a este estado de coisas, os ministros vão passando pela televisão onde sistematicamente debitam atoardas antipopulares a pretexto da luta dos estudantes e dos trabalhadores, recordamos, ainda, as palavras do secretário-geral do P. S.: **temos de dar credibilidade à nossa luta, deixando de ser «gerentes eficazes de um certo capitalismo» para nos tornarmos autênticos construtores do socialismo em liberdade. Como entendiam os fundadores da I. S., teremos de saber sobrepor às exigências de uma política de gestão, feita dia a dia os grandes desígnios colectivos, capazes de empenhar o idealismo das pessoas e de mobilizar as forças sociais interessadas na transformação socialista da sociedade.**

Enquanto os jornais noticiam que militantes do P. S. vão fazer estágios na Alemanha junto do partido do sr. Brandt ou os desentendimentos surgidos com o PSF, ficam um pouco confusos todos aqueles que algum dia leram as seguintes afirmações de Mário Soares: **Entendo que teremos de inventar um caminho original para o socialismo português. Não lhe escondo, porém, que me sinto mais próximo da experiência que está a ser ensaiada pelo PSF, com homens como Mitterrand, Pierre Mauroy, Chevènement e Pierre Joxe, do que da social-democracia alemã ou do trabalhismo inglês.**

Enquanto Medeiros Ferreira e o próprio Mário Saores nos vão cansando com «slogans» demagógicos como **a Europa está connosco, os nossos parceiros da NATO, etc.,** lançados solenemente na sala dos VIP do aeroporto de Lisboa quando partem ou quando chegam da **Europa democrática** ou dos Estados Unidos, recordamos, ainda, e sempre, as afirmações de Soares: **Com efeito, Salazar foi salvo a seguir à Segunda Guerra Mundial — ganha contra o nazi-fascismo — pela grande traição das democracias. Os democratas que foram durante a guerra presos por Salazar, por fazerem propaganda a fa-**

Continua na pág. 4

AS OPERAÇÕES NA MAURITÂNIA

BEATRIZ BISSIO

JULHO – (IPS) – No passado dia 3 de Julho, a Frente Polisário, movimento nacionalista do ex-Sara Espanhol, lançou um ataque de 45 minutos com morteiros e metralhadoras contra o palácio presidencial da Mauritânia, em Nuakchott, a mais de 800 quilómetros do território saraui.

A última grande operação da Frente tinha ocorrido na madrugada de 1 de Maio passado, tratando-se naquela ocasião do bombardeamento e quase total destruição das instalações da mina de Zueratte, a mais importante da Mauritânia. Tanto uma como outra operação demonstram um nível de infiltração em território mauritano por parte dos sarauis e uma preparação de cada ataque que só se explica se aceitarmos que têm apoio dentro do país.

Recorde-se que a Mauritânia e Marrocos acordaram. Com a anuência da Espanha. ex-potência administrativa colonial, a repartição do território conhecido internacionalmente como o Sará Ocidental, em Novembro de 1975.

Pouco depois, começou o avanço das forças regulares de ambos os países sobre o território saraui e, simultaneamente, a rebelião – dia após dia mais ampla e eficaz – do povo do Sara. A Frente Polisário, que fora fundada em 1973, para lutar contra os espanhóis, impôs um novo dinamismo às suas actividades e ganhou milhares de novos adeptos entre os habitantes das principais cidades da ex-colónia, obrigados a emigrar, num êxodo maciço, pelos novos colonizadores. Vários campos de refugiados foram estabelecidos próximo da cidade argelina de Tinduf, na fronteira com o território saraui.

A 27 de Fevereiro de 1976, a Frente Polisário, que consegue dominar várias zonas do país em que exerce o controlo militar e político, proclama a República Árabe Popular Democrática Saraui, criando-se um Governo revolucionário encabeçado pelo primeiro-ministro Mohamed Lamine Ahmed e o chanceler Hakim Ibrahim. Desde então, a causa do povo saraui chegou às organizações internacionais e começou a ganhar crescente apoio na opinião pública mundial.

A ESTRATÉGIA

Tendo declarado que «qualquer ponto do território marroquino e mauritano, assim como as áreas ocupadas da República Árabe Saraui, o seu espaço aéreo e marítimo, são zonas de guerra», a Frente Polisário iniciou uma fase mais dura e agressiva da luta.

Das suas operações depreende-se que a sua estratégia consista em debilitar primeiramente o ponto de apoio mais débil do eixo Madrid-Rabate-Nuakchott, quer dizer, o regime mauritano. Desprestigiado interna e externamente, Ould Dadah, com certeza não imaginava que pouco mais de ano e meio depois de começada a agressão contra o Sara tivesse de enfrentar um ataque de morteiros no seu próprio palácio nacional.

No entanto, a causa saraui parece ter ganho rapidamente fortes sectores da oposição na Mauritânia, que veriam numa aliança táctica com o movimento independentista Polisário um caminho para derrubar o regime de Ould Daddah. A Frente Polisário, por seu lado, uma aliança com estes sectores poderia permitir-lhe a médio prazo debilitar, ou mesmo fazer caír, um dos regimes que se apoderou de parte do seu território, tendo-se em conta que a atitude dos sectores mauritanos progressistas seria anular o acordo com Marrocos e renunciar à porção de território saraui que lhe foi atribuída aquando da partilha.

O segundo tempo da luta seria de confrontação com o regime de Hassan II, cuja debilidade começa a revelar-se. Para já, apesar da implacável repressão imposta ao povo saraui, os bombardeamentos de acampamentos de refugiados, torturas de presos e fuzilamentos sumários de combatentes, as tropas marroquinas estão cercadas nas cidades sarauis ou estacionadas num deserto que desconhecem. As suas baixas são numerosas e a moral das tropas tem-se deteriorado.

Uma conferência extraordinária da Organização de Unidade Africana (OUA) vai reunir em Outubro para discutir o problema do Sara. Muitos Estados árabes e africanos já se comprometeram com a luta deste povo, particularmente a Argélia, que tem sido um aliado precioso.

A audácia das últimas operações, a paralisação da economia mauritana por causa das sabotagens contínuas da Frente Polisário e o isolamento em que estão a caír os regimes de Hassan II e de Ould Daddah levam a pensar que a luta da Frente Polisário já conquistou um lugar destacado no contexto africano e mundial. Seguros de si próprios e da resistência heróica do seu povo, os dirigentes anunciam que este ano de 1977 será «decisivo».

Vera Lagoa absolvida

Vera Lagoa foi absolvida, pelo juiz Adelino Robalo, das alegadas injúrias ao conselheiro da Revolução major Melo Antunes, num artigo publicado no semanário «O País» em Novembro do ano passado.

No final de uma das sessões o delegado do Ministério Público havia pedido a condenação da ré dado que «não restam dúvidas que as palavras em causa são algo injuriosas do atingido» e porque se provou que a ré «conhecia o teor ofensivo dessas palavras e o carácter do conselheiro da Revolução, da pessoa a quem atingiu».

Recordamos que Vera Lagoa se encontra com pena suspensa e que uma condenação neste julgamento poderia acarretar para a directora de «O Diabo» o cumprimento da pena.

PUB

SINDICATO DOS TRANSPORTES RODOVIÁRIOS DO DISTRITO DE LISBOA

Avenida Visconde Valmor, 34 – Lisboa, Tel: 77 00 66-76 32 76

MOÇÃO

OS DELEGADOS SINDICAIS DO SINDICATO DOS TRANSPORTES RODOVIÁRIOS DO DISTRITO DE LISBOA REUNIDOS EM PLENÁRIO NA SEDE DO SINDICATO, NO DIA 8 DE JULHO DE 1977, DECLARARAM:

Seríamos a favor da Lei Barreto se ela respeitasse a Constituição;

Seríamos a favor se, pela sua aplicação, não fossem liquidadas a maior parte das UCPs e Cooperativas Agrícolas;

Seríamos a favor se a sua aplicação não resultasse numa desorganização e quebra imediata da produção agrícola;

Seríamos a favor se ela não promovesse o absentismo (ou que devemos dizer da possibilidade de uma herdade estar 6 anos por cultivar, ser ser expropriada ?);

Seríamos a favor se ela tivesse como objectivo promover a melhoria da situação económica, social e cultural dos trabalhadores rurais e dos pequenos e médios agricultores pela transformação das estruturas fundiárias e pela transferência progressiva da posse útil da terra e dos meios de produção directamente utilizados na sua exploração para aqueles que a trabalham como primeiro passo para a criação de novas relações de produção na agricultura;

Seríamos a favor se ela tivesse como objectivo aumentar a produção e a produtividade da agricultura, dotando-a das infra-estruturas e dos meios humanos, técnicos e financeiros adequados, tendentes a assegurar o melhor abastecimento do País, bem como o incremento da exportação;

Seríamos a favor se ela tivesse como objectivo criar as condições necessárias para atingir a igualdade efectiva dos que trabalham na agricultura com os demais trabalhadores e evitar que o sector agrícola seja desfavorecido nas relações de troca com os outros sectores.

Mas, porque é evidente que a LEI BARRETO não tem nada a ver com uma Reforma Agrária que seja «UM DOS INSTRUMENTOS FUNDAMENTAIS PARA A CONSTRUÇÃO DA SOCIEDADE SOCIALISTA»,

DECIDIMOS:

— REPUDIAR ESSA PROPOSTA DE LEI SOBRE A REFORMA AGRÁRIA!
— APELAR AOS DEPUTADOS PARA QUE VOTEM VIGOROSAMENTE CONTRA A TAL LEI!
— CONDENAR A POLÍTICA DO MINISTÉRIO DA AGRICULTURA E PESCAS!
— Reafirmar aos trabalhadores rurais toda a nossa solidariedade e apoio, na luta por uma Reforma Agrária, a caminho do socialismo!

APROVADA POR MAIORIA COM 4 ABSTENÇÕES

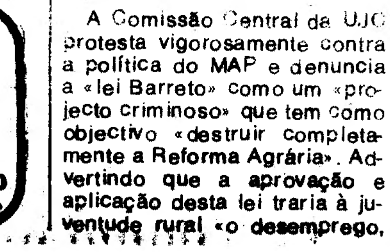
FAÇA FÉRIAS ECONÓMICAS

Instale o economizador de gasolina no seu carro antes de ir para férias e passe a gastar gasolina a 16$50/litro 480$00

Peça-o à MEPROTEX, Lda — Av. Júlio Dinis, 10-1.º B ☎ 77 29 38 em Lisboa e Av. da Boavista, 992-3.º Esq. ☎ 69 21 95 no Porto

enviamos à cobrança (+20$ p/ portes) para todo o país

Quase todos os acidentes mortais com veículos de duas rodas, são devidos a ferimentos na cabeça. Proteja-se usando sempre o capacete!



circular e viver.

MDP ATACA "LEI BARRETO"

"Projecto do MAP é uma proposta contra a Democracia e a Constituição"

«Na contra-ofensiva que as forças conservadoras e reaccionárias tentam desesperadamente levantar ao ascenso do movimento de massas, ao alargamento da unidade dos trabalhadores ao desenvolvimento da consciência antifascista em amplas camadas das zonas mais atrasadas, a proposta de lei sobre reforma agrária que o Ministério da Agricultura e Pescas apresenta à Assembleia da República é peça importante, que urge compreender e denunciar» — salienta o MDP/CDE em comunicado recentemente divulgado, onde toma posição contra a «lei Barreto».

Nesse documento, o Movimento Democrático Português exorta os trabalhadores, os pequenos e médios comerciantes, agricultores e industriais, os quadros intelectuais, a estudarem o projecto de lei que, por decisão da Assembleia da República, está sujeito a debate público até ao dia 20 do corrente e a expressarem a «sua solidariedade aos trabalhadores rurais e aos rendeiros na luta firme que têm mantido pela defesa dos seus direitos e pelo desenvolvimento da agricultura do país».

Caracterizando a Reforma Agrária como «expressão da vontade do povo trabalhador» e o 25 de Abril como «arrancada para a libertação dos camponeses», o MDP/CDE alerta para a importância e significado das leis que abriram novos rumos à agricultura portuguesa e denuncia aquelas que procuram escamotear a realidade, fazendo crer que a reestruturação da agricultura nacional se limitou à expropriação de terras no sul do país.

QUE SE PRETENDE COM A «LEI BARRETO»?

Analisando o conjunto de modificações de fundo que a lei agora apresentada à Assembleia da República pelo MAP pretende introduzir na agricultura portuguesa, o MDP/CDE interroga-se sobre o que se pretende com esse texto. E responde:

«Em primeiro lugar, a proposta de lei do MAP vem pôr em causa expropriações anteriormente feitas, ao aumentar a pontuação mínima dos prédios expropriáveis, de 50.000 para 70.000 pontos, desprezando por completo os problemas de subsistência dos trabalhadores que formaram cooperativas ao abrigo da actual legislação, lançando-se com entusiasmo e dignidade na construção duma vida melhor. Isto é, não se alteram os limites de pontuação apenas para futuras expropriações; pretende-se legislar com rectroactividade pondo em causa a viabilidade e até a existência de cooperativas e unidades colectivas de produção que garantem emprego e contribuem para o desenvolvimento da produção agrícola nacional.

«Em segundo lugar, para o novo cálculo da pontuação pretende-se entrar apenas com a dimensão e qualidade das terras, desprezando as benfeitorias e plantações agrícolas e florestais de elevado rendimento (exemplo: pomares, vinhas, hortícolas), o que significa que o limite da grande propriedade individual não cresceria apenas na razão de 5 para 7, mas muito mais. Não é por acaso que as forças conservadoras que apoiam o presente decreto-lei procuram que este aspecto passe despercebido da opinião pública.

«Em terceiro lugar, ao propor 70.000 pontos, em novas condições de cálculo, como pontuação mínima dos prédios expropriáveis, permitindo a posse individual de centenas de hectares com rendimentos por hectare frequentemente superiores a 100 contos (limites considerados muito elevados em várias reformas agrárias efectuadas em países capitalistas), retira-se à Lei da Reforma Agrária o seu carácter inicial anticapitalista e antilatifundista, em clara violação dos preceitos constitucionais.

«Em quarto lugar, contrariamente ao Decreto-Lei 406-A/75, promulgado pelo IV Governo Provisório, pretende a proposta de lei do MAP conceder o direito de reserva não só aos proprietários que, efectivamente, trabalham e vivam da agricultura, mas a proprietários absentistas (aqueles que nunca pegaram numa enxada) e a sociedades capitalistas também aqui em contradição com o espírito da Constituição da República.

«Em quinto lugar, as áreas de reserva previstas no texto, de 35.000 pontos para os absentistas e de 70.000 pontos para os proprietários que explorem directamente as terras, poderão, ainda segundo o texto do Ministério da Agricultura e Pescas, ser quase que duplicadas, nos casos de compropriedade (entre marido e mulher, por exemplo!) e de famílias com mais de 5 membros (o que é frequente em famílias abastadas do Sul). Em limite poder-se-ia chegar a cerca de 70.000 pontos para absentistas ou a cerca de 160.000 pontos para os demais. Acaso poderá alguém, sem se cobrir de ridículo, afirmar que a Lei visa eliminar o latifúndio!?

«Em sexto lugar, toda a pormenorização de pontuação, pretendendo aparentar intenções de equidade na aplicação da reforma agrária, escamoteia um problema de fundo. Não refere que o direito de reserva até agora está estabelecido com base na totalidade do património imobiliário dos agrários em todo o território nacional e que a actual proposta do MAP pretende restringir à consideração apenas do património dentro da chamada zona da Reforma Agrária.

«Em sétimo lugar, nenhuma garantia de trabalho é dada a quem, neste momento, labuta nas áreas a entregar como reservas aos agrários; apenas uma vaga orientação no sentido de se tentar a absorção da totalidade ou de parte dos trabalhadores permanentes à data de 1 de Janeiro de 1975. Porquê esta data, se a Reforma Agrária se iniciou depois dela? Porque o MAP sabe que nas cooperativas e unidades colectivas de produção constituidas no processo da Reforma Agrária quadruplicou o número de postos de trabalho. A vaga garantia de emprego que o MAP pretende dar seria pois ao nível do tempo em que os agrários mantinham as terras incultas ou subaproveitadas, mais se tratando de uma garantia de desemprego!

«Em oitavo lugar, vem a proposta de lei do MAP permitir que prédios com mais de 2 hectares possam estar incultos durante cinco anos e, mais ainda, só venham a ser expropriados ou arrendados compulsivamente se o proprietário persistir em não cultivar depois de para tal notificado, o que coloca no campo da utopia — ou da demagogia — a afirmação de que a lei pretende ser contributo para o fomento da produção agrícola nacional.

«Em nono lugar, vem ela desobrigar da redução a escrito os contratos de arrendamento para explorações agrícolas de área inferior a 2 hectares, deixando à mercê dos senhorios 63 por cento dos 300.000 rendeiros do país, na sua maioria do Norte.

«Em décimo lugar, vem ressuscitar a parceria agrícola proibida pela Lei do Arrendamento Rural, sancionando com ela a exploração do parceiro-cultivador, sujeito normalmente a uma prestação pesada e sistematicamente agravada com o aumento dos preços dos produtos. O proprietário, sem esforço, sem trabalho, sem riscos, ao receber em espécie verá o valor da renda aumentado, pois que a inflação eleva o valor dos produtos que recebe. O rendeiro que labuta de sol a sol, que investe e arrisca, pagará não só tal aumento de renda, como suportará totalmente o aumento de preços dos outros factores de produção (adubos, sementes, maquinaria, etc.).»

A concluir, o comunicado do Movimento Democrático Português define o projecto do MAP como uma proposta «contra a democracia e a Constituição», uma lei para reedificar o poderio económico e social da classe dominante (latifundiários e grandes capitalistas), «primeiro e importante passo para a destruição dos direitos adquiridos pelos trabalhadores rurais, rendeiros e pequenos agricultores com a Revolução iniciada em 25 de Abril de 1974».

«Perante o Povo e História, os deputados da Assembleia da República serão julgados pelo seu comportamento na votação e discussão da proposta de lei», adverte o MDP/CDE, no final do seu comunicado.

UJC apela para a unidade da juventude trabalhadora

Reunida no último fim-de-semana, a Comissão Central da União da Juventude Comunista procedeu a um balanço da actividade e organização desde a realização do seu 1.º Congresso.

Caracterizando a política aplicada pelo Governo PS como «uma política de recuperação capitalista, agrária e imperialista, contrária aos interesses do País, dos trabalhadores e da juventude, perigosa para as liberdades, para as conquistas do 25 de Abril», a UJC, tomando em consideração a presente acção da juventude trabalhadora e do movimento da juventude, traçou as tarefas imediatas que se colocam aos jovens trabalhadores comunistas.

Num documento emanado da referida reunião da Comissão Central a UJC salienta que a juventude vê com preocupação a utilização frequente de métodos repressivos e da violência física sobre os trabalhadores e a tendência para serem limitadas as liberdades fundamentais, como o direito de organização e de greve, ao mesmo tempo que constata a degradação das suas condições de vida.

A Comissão Central da UJC protesta vigorosamente contra a política do MAP e denuncia a «lei Barreto» como um «projecto criminoso» que tem como objectivo «destruir completamente a Reforma Agrária». Advertindo que a aprovação e aplicação desta lei traria à juventude rural «o desemprego, a fome e a miséria», apela a todos os jovens «para que nos campos, nas cidades, nas fábricas, por todos os lados, se levantem em massa e participem, por todas as formas, na grande luta de resistência contra a aprovação desta lei anticonstitucional».

No comunicado do Comité Central, a UJC, depois de recordar que a política do Governo PS afecta seriamente os interesses e aspirações da juventude, faz notar que, estimulado por essa política, «o patronato intensifica a repressão e as discriminações, despede centenas de jovens trabalhadores, em particular raparigas».

A Comissão Central da UJC classifica de «reaccionária» a política do MEIC, «dirigista e arbitrária», salientando que a recente mobilização de milhares de trabalhadores-estudantes em todo o país contra os exames nacionais «foi um exemplo vivo de unidade».

A concluir, e depois de se manifestar «mais uma vez pronta ao diálogo, aproximação e acção comum com a Juventude Socialista, com a Juventude Católica, com as organizações e movimentos democráticos e progressistas da juventude empenhados na luta pela defesa da democracia e das grandes conquistas do 25 de Abril», a Comissão Central da UJC apela a toda a juventude para a participação nos trabalhos preparatórios do XI Festival Juvenil Mundial, que se realizará em Cuba, no Verão de 1978.

Mário Soares

Continuação da pág. 3

vor dos Aliados e por organizarem a resistência, foram abandonados a seguir à guerra por esses mesmos Aliados, interessados em poupar Salazar — amigo de Hitler, admirador de Mussolini, aliado fiel de Franco. Em 1949, o Governo ditatorial português subscreveu o Tratado do Atlântico Norte — pretensamente feito para salvaguardar a liberdade e a democracia. Atingiu-se então o cúmulo da abjecção: os campeões do chamado «mundo livre» aliados, protectores e cúmplices do mais velho ditador da Europa! ou: Mas é efectivo: nem Portugal poderia prosseguir há quase doze anos uma guerra altamente dispendiosa sem o apoio dos países da NATO.

O actual Governo tem ainda **muito tempo à sua frente (se** acaso conseguir resistir ao cerco da direita) para repensar a sua política de modo a, servindo os trabalhadores, conseguir uma base social de apoio que lhe permita, de facto, salvar a democracia. Caso contrário, arrisca-se a que, dentro de muito pouco tempo, digam dele o que Soares disse de outros: **tem-se revelado totalmente incapaz de resolver os problemas mais instantes do Povo Português: alimentação, instrução, habitação, trabalho e segurança no trabalho, assistência médica e hospitalar, previdência, segurança na velhice, na doença e na invalidez, transportes e equipamentos colectivos, informação, qualidade de vida, etc., o que poderia ser trágico. É preciso evitar a tragédia.**

P.S. — As citações foram extraídas dos livros de Mário Soares «Escritos do Exílio» e «Portugal Amordaçado».

JACQUES FAUVET ONTEM NO RITZ

Imprensa é um "antipoder"

«Um Estado com consciência dos seus deveres deve promover a difusão da cultura, e a cultura é sobretudo a leitura, ou seja, os livros e os jornais», afirmou na conferência de Imprensa ontem realizada em Lisboa o director do «Le Monde», que se encontra de visita a Portugal a convite do Centro NAcional de Estudos e Planeamento.

Referindo-se às dificuldades com que luta a Imprensa nos países da Europa Ocidental, Jacques Fauvet apontou como causas principais a subida dos encargos (custos de produção, distribuição, etc.) e não, como por vezes se julga, a concorrência da Rádio ou da TV. «Não há concorrência mas complementaridade entre os diferentes meios de comunicação social: a Rádio anuncia, a TV mostra e a Imprensa explica», afirmou.

Em resposta a uma pergunta sobre a independência e a liberdade de Imprensa, o jornalista francês disse que ela «tem de ser entendida com *nuances*» dependendo do regime político e económico: «Em França é independente do Estado e do Governo mas não do poder económico». Dentro da mesma ordem de questões, afirmaria ainda: «Em todos os países onde existe uma democracia pluralista, a Imprensa tem de ser crítica: é um *anti-Poder*. Os jornais reflectem os partidos, mas há jornais independentes de todos os partidos, de todos os interesses, de todas as confissões religiosas». É nesta última categoria que Jacques Fauvet classifica o jornal de que é director, demonstrada, segundo afirmou, por uma prática de mais de 32 anos. «Hoje não escondemos a nossa simpatia pela união de Esquerda, mas nunca nos manifestamos numa perspectiva partidária, e damos ao leitor, desde a extrema-esquerda à extrema-direita, informação de todos os documentos, de todas as opiniões. Daí que entre os leitores do «Le Monde» possa haver cerca de 40 por cento que são adeptos da maioria de direita actualmente no Poder, conforme uma sondagem recente.»

O director do «Monde» no uso da palavra

. Abordando depois a situação política em França, considerou o Programa Comum como um instrumento indispensável do acesso ao Poder da Esquerda, e comentou: «Há no PSF quem sonhe com um Governo homogéneo, sem a presença de comunistas. Trata-se, porém, de uma impossibilidade matemática. A experiência francesa prova que o Governo minoritária é impossível». Em relação com estas afirmações referiu-se ao incidente do Congresso de Nantes, a solicitação de um dos presentes, dizendo: «Chevènement recusa e tem o direito de recusar a linha defendida por certos militantes do PSF que querem um Governo sem ministros comunistas e um alinhamento com os partidos sociais-democratas europeus.»

. Jacques Fauvet, que prosseguirá os seus numerosos contactos com individualidades portuguesas, esteve ontem à noite na Embaixada de França onde lhe foi oferecido um jantar e a que assistiram o Primeiro-Ministro, outros membros do Governo e representantes de vários órgãos de Comunicação Social.

BARBOSA DE MELO FALA DO CR

Pouco próprio da "estrutura democrática de um Estado"

«Na verdade não é muito próprio da estrutura democrática de um Estado a presença de um órgão de soberania que não seja da confiança geral do eleitorado», afirmou ontem o vice-presidente do PSD, Barbosa de Melo, ao regressar da Madeira, referindo-se ao Conselho da Revolução.

Barbosa de Melo comentava as palavras de Alberto Jardim, presidente da Comissão Pilítica do PSD da Madeira, que tinha qualificado o Conselho da Revolução de «aborto inconstitucional». Segundo o «número dois» social-democrata «as expressões são da responsabilidade de quem as usa, mas a ideia é a de que, na nossa estrutura constitucional, o Conselho da Revolução é um órgão de soberania com uma função, portanto constitucional, mas naturalmente tenderá a desaparecer numa futura revisão constitucional».

Por seu lado, o secretário-geral do PSD, Magalhães Mota, que também acompanhou no Funchal os trabalhos do I Congresso Regional do PSD, afirmou aos jornalistas que o seu partido defende a autonomia regional, a descentralização e o poder local, «pelo que», segundo afirmou, «praticamos essa descentralização e essa democracia no interior do próprio partido. Isto verificou-se na Madeira e foi para nós motivo de satisfação».

REVELADO NO CONGRESSO SOCIAL-DEMOCRATA

PSD combinou com Carlos Azeredo resistência civil na Madeira

FUNCHAL, 12 — Inconformados com os caminhos da Revolução portuguesa, os sociais-democratas madeirenses chegaram a estudar, a pretexto dos «malefícios do gonçalvismo», as possibilidades de resistência civil no arquipélago. Isto mesmo foi agora revelado pelo líder do PSD na Madeira, Alberto João Jardim, que discursava na sessão de encerramento do I Congresso do seu partido na ilha. A julgar pelas palavras de Jardim, a «resistência» chegou a ser combinada com o brigadeiro Carlos Azeredo, na altura governador da Madeira.

Do discurso de Alberto João Jardim, que é presidente da Comissão Política Regional do PSD, chefe do grupo parlamentar do mesmo partido na Assembleia Regional e, ainda, director do «Jornal da Madeira», salientamos: «Estou a recordar uma célebre noite em véspera do dia em que se dizia que Lisboa ia ser tomada por forças gonçalvistas, em que a Comissão Política Regional do PSD, no Palácio de S. Lourenço, combinava com Carlos Azeredo a resistência civil, se necessário fosse».

SE PRECISO FOR, A INDEPENDÊNCIA

Ainda na sessão de encerramento do Congresso do PSD, o presidente da mesa, António Sales Caldeira, referiu-se à necessidade de «uma autonomia verdadeira» de molde a quebrarem-se «as grilhetas do Terreiro do Paço» e aludiu às «infiltrações a soldo de Moscovo».

Adiantou o mesmo orador: «A Madeira não quer ser negociada. Por isso temos de lutar com todo o nosso vigor e com toda a nossa força para mantermos a nossa autonomia e se preciso for a nossa independência».

Entretanto, na primeira sessão do Congresso, o secretário regional da Educação e Cultura, Margarida Costa, teria abandonado a sala e pedido a demissão. Contactado pelo «DL», um porta-voz do PSD não confirmou nem desmentiu o facto.

Por seu turno, um congressista procedente do concelho de Santa Cruz referiu-se à Lei da Colonia dizendo que, antes daquela ser discutida, deveria fazer-se uma desratização da ilha (os ratos atacam fortemente a lavoura) e, mais importante ainda, era uma «desratização do partido».

Recorda-se que a questão da Lei da Colonia será apresentada hoje à Assembleia Regional pelos sociais-democratas. A maioria absoluta do PSD na AR é garantia de que a proposta passará, agrade ou não aos caseiros.

Eanes no Nordeste

Continuação da Pág. 1

Do primeiro dia de viagem fica em nós e provavelmente na visita uma realidade incompleta: se por um lado, o grosso da coluna desta raia de subdesenvolvimento, desta fronteira do luto, que embarcou para a zona mais pobre de Espanha, Orense, para ganhar algum dinheiro, enquanto os de Orense partiram para outro sítio para ganharem algum mais dinheiro, desta viagem fica que os emigrantes têm sido, em parte, preteridos pelos retornados que de espírito mais dinâmico, com outra mentalidade, «exploradores por equívocos», mas também em última instância explorados, são alvos preferenciais dos contactos e nas exposições dos seus problemas.

Aconteceu em Chaves. Ramalho Eanes, numa ginástica de um programa apertado, carregado, com atrasos de hora e meia, foi visitar o Forte Militar de S. Francisco onde vivem dezassete famílias de retornados, em péssimas condições, à espera de uma solução que também passa por uma reintegração na sociedade portuguesa sem a nostalgia do império e sem hábitos coloniais.

A noite de ontem terminaria com o improviso do Presidente da República. Nota insólita seria a peroração do conde de Caria, proprietário do Hotel de Vidago e com participação em cerca de duas dezenas de empresas.

Em nome da iniciativa privada, lançados os tijolos do muro das lamentações, o conde de Caria «ameaçou» com o investimento de largos milhares de contos para os tempos próximos. Um antigo deputado do PS, Roseirinha de seu nome, presente no Hotel, insurgir-se-ia contra o facto de ter sido permitido o uso da palavra ao conde.

Intempestivamente, num Hotel com ar decadente de 1900, via «Visconti», surge, aí um conde de Caria.

COMERTUR

Problema superado, mas...

O problema está, de momento, superado, mas os trabalhadores da Comertur — Comércio e Turismo de Miraflores, Lda, continuam a olhar com receio o futuro do seu emprego. O problema já superado consiste no adiamento, por parte da Electricidade de Portugal, do corte de energia que se receava acontecesse ontem.

A Comertur deve, de electricidade, cerca de 145 contos. Para não estarem no desemprego os trabalhadores «aguentam» já com quatro meses de vencimentos em atraso, quando a entidade patronal lhes deve, de retroactivos e subsídios, à volta de quatro milhões de escudos.

Desde 28 de Fevereiro de 1975 que os trabalhadores se viram obrigados, por ausência do patrão Joaquin Peña Mechó a orientarem os destinos da Comertur. Ao citado patrão foram, aliás, congelados todos os bens pelo Governo, em princípios de Março do mesmo ano

A empresa dedica-se à exploração do comércio retalhista, (estabelecimento de supermercado) e indústria hoteleira (complexo turístico com restaurantes, bar e «boîte»).

Criada, ao que nos sugeriram, para dar «um certo tom» à área residencial de Miraflores, a empresa pertence ao grupo Habitat, pela sua administração e entidade patronal. No entanto a Habitat excluiu-a, não fazendo dela referência no seu processo junto do Governo. Com ironia nos foi afirmado que tal exclusão se deveria a «puro esquecimento».

Recordaram-nos, por outro lado, que, em Maio de 75, em reunião realizada no Ministério do Trabalho à qual compareceu a sócia Pilar Diaz de Peña, delegado pelo sócio maioritário (o já referido Joaquin Peña Mecho) ficou lavrada uma acta pela qual a Habitat se teria comprometido a aceitar a Comertur no seu processo.

Decorridos longos meses sem que nada fosse cumprido do que foi estipulado em acta, os trabalhadores da Comertur informaram a Habitat (em 19 de Novembro de 76) da precária situação financeira em que se encontravam e das dificuldades de sobrevivência que estavam a sentir. A Habitat teria respondido que não se sentia vinculada ao compromisso assumido.

Embora o risco de paralisação total por corte da energia eléctrica esteja, de momento, ultrapassado, os trabalhadores da Comertur — Comércio e Turismo de Miraflores, Lda., tentando evitar a todo o custo o encerramento da empresa, dadas as dificuldades crescentes no dia-a-dia, não deixam de «apelar para o Governo e todas as autoridades, para que lhes seja feita justiça e dada a garantia de trabalho a que têm direito».

Regresso à autogestão na Auto-Vitória de Coimbra

Devolvida aos antigos patrões que a haviam abandonado por decisão recente do tribunal, a garagem Auto-Vitória, de Coimbra, regressou à situação em que se encontrava em Dezembro de 1975: autogestão.

Efectivamente os trabalhadores não se recusam a cumprir a decisão do tribunal e, em assembleia geral da Cooperativa Grande Vitória, cooperativa que havia sido constituída após o período inicial de autogestão, deliberaram, como aliás já noticiámos, pôr fim aquela sociedade de trabalhadores deixando aos patrões a possibilidade de voltar e de regularizar a situação na empresa. Regularizar a situação na empresa é, afirmaram-nos esta manhã os trabalhadores, os patrões pagarem o que lhes devem e garantirem postos de trabalho.

Recorde-se que ao abandonar a Auto-Vitória, em 1975, os patrões tinham salários em atraso, além de retroactivos referentes às tabelas de 1974 dos metalúrgicos. Nessa situação se verificou o abandono, ficando em sério risco à manutenção da empresa e dos postos de trabalho, o que só não veio a verificar-se por os trabalhadores terem iniciado, em autogestão, um esforço de recuperação que permitiu, mesmo com preços abaixo dos habitualmente praticados, pôr os salários em dia e aumentar o número de trabalhadores.

Neste momento, com o fim da cooperativa e o envio da acta da assembleia aos patrões, ao MT, ao comandante da Região Militar, às entidades superiores e ao juiz (de quem aguardam também a resposta a um requerimento), os trabalhadores afirmam: «As nossas reivindicações de 1975 mantêm-se de pé». E como na garagem de novo chamada Auto-Vitória apenas se encontram os trabalhadores e as suas reivindicações anteriores à cooperativa não foram cumpridas de acordo com a lei, retomaram a forma inicial para manter a empresa a laborar e os postos de trabalho: a autogestão.

CASTELO BRANCO

Comércio pede aumentos

O Sindicato do Comércio do Distrito de Castelo Branco, utilizando uma faculdade que lhe é concedida pelo contrato colectivo do sector, manifestou às respectivas associações patronais a intenção de rever a tabela salarial em vigor.

A tabela agora proposta tem em conta o grande aumento do custo de vida verificado desde Março do ano passado, que não só absorveu como até superou os aumentos então havidos.

Para debate do assunto estão marcados plenários na Covilhã, Fundão e Castelo Branco, respectivamente nos dias 13, 14 e 15.

CCT DO SECTOR DAS CARNES

Sindicato refuta argumentos do Ministério

«É ridículo que o Ministério do Trabalho ou os seus mentores nos venha dizer que dos aumentos propostos resultam percentagens de 122 por cento, quando o aumento real é de 13,1 por cento e é tão visível a preocupação em servir o patronato que, por isso o MT já vê aumentos por todo o lado» — afirma a direcção do Sindicato dos Trabalhadores em Carnes dos Distritos de Lisboa e Setúbal, a propósito da revisão do Contrato Colectivo de Trabalho do sector.

Segundo se afirma em comunicado agora divulgado pela direcção sindical, desde 1974 que não se faz uma revisão completa do CCT motivo por que as «tabelas salariais são autênticos salários de miséria», sem direito aos 30 dias de férias nem sequer ao descanso complementar.

Esta situação é reforçada com outros factos, como por exemplo a remuneração durante a doença (60 por cento do salário), não pagamento de horas extraordinárias, trabalho nocturno e trabalho extraordinário nocturno, etc. Daí, diz-se no comunicado, a reivindicação de oito mil escudos de salário mínimo.

Quanto à posição do Ministério do Trabalho neste processo de negociação — alegando que os aumentos salariais propostos pelos representantes dos trabalhadores são muito elevados — é alvo de severa crítica no documento a que nos vimos referindo.

É assim que a direcção sindical dos trabalhadores em carnes se interroga como poderá o MT «achar os aumentos globais de encargos, se nem sequer tem conhecimento do número de trabalhadores na actividade, bem como do número de categorias».

Estes factos levam a que se afirme: «O Governo limita os aumentos salariais a 15 por cento, enquanto provoca um aumento do custo de vida, na ordem dos 53 por cento. E a quem serve esta política? Aos trabalhadores? Não! Aos donos dos meios de produção; os capitalistas, hoje como ontem instalados nos cargos governativos, é a estes que interessa tal política».

MONTEPIO GERAL

ASSEMBLEIA GERAL ELEITORAL

SESSÃO EXTRAORDINÁRIA

(Art.º 136.º dos Estatutos)

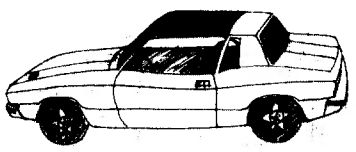
— Eleição de um sócio para preenchimento da vaga existente na Direcção, para exercício de funções até ao final de 1979.

A Direcção lembra aos sócios que, conforme aviso oportunamente publicado na Imprensa e a Convocatória que a todos foi remetida, as Mesas de voto funcionam no dia 14/7/77, das 12 às 20 horas, nos seguintes locais:

Lisboa — Sede — Rua Áurea, 219/241

Porto — Filial — Av. dos Aliados, 90 e nos edifícios das seguintes AGÊNCIAS:

AVEIRO — BRAGA — BRAGANÇA — CASTELO BRANCO — COIMBRA — ÉVORA — FARO — FUNCHAL — SETÚBAL e VISEU



Antes de partir para férias, mostre-nos o seu automóvel

— Vemos se está em condições ou se necessita de qualquer reparação

— Fazemos orçamento

— Tratamos da reparação só depois de você autorizar

PASSE PELA COTAL

PAGA POUCO E VAI MAIS SEGURO

RUA ARTILHARIA UM, 105 - A

RUA DOS LUSIADAS, 113 - A

— LISBOA —

Roménia e Bulgária

15 dias tratamento geriátrico

Partidas todos os domingos de Junho a Setembro em colaboração com a TAROM

MUNDIAL

CURSOS DE VERÃO

EXAMES 2.ª ÉPOCA

EXTERNATOS

Marquês de Pombal — Rua Morais Soares, 93 — Tel. 820221/834658

Álvares Cabral — Avenida Grão Vasco, 1 (Benfica) — T. 706974/5

PREPARATÓRIO-LICEAL (GERAL E COMPLEMENTAR)

ADM. UNIVERSIDADE (EXAMES «AD HOC» — Maiores de 25 anos)

estúdio 444

ESTREIA HOJE, ÀS 21.30

tal como num espelho, podiam ver-se mas não tocar-se!

Daniel e Maria

um filme de Ennio de Concini

PETER FIRTH JUNNIE VETUSTO

NÃO ACONSELHÁVEL A MENORES DE 13 ANOS

COLOR DOPERFILME

COMUNA

TEATRO DE PESQUISA — CENTRO CULTURAL

DIÁRIAMENTE ÀS 21.30 H.

EM MAIO...

— TEXTO COLECTIVO —

SÓ ATÉ DIA 31 DE JULHO

DOMINGO — Matinée, às 18 h. — 2.ª F. Descanso

— SUBSÍDIO DA SEC —

Praça de Espanha — Metro Palhavã — T. 762624

SUSPENSA PARALISAÇÃO NOS TÊXTEIS

Sindicatos pretendem retomar diálogo e denunciam política demagógica do MT

Os sindicatos ligados ao sector têxtil decidiram ontem, durante uma reunião efectuada no Porto, suspender a paralisação marcada para amanhã, numa tentativa de não criar de imediato uma cisão com o Governo, esperando que este retome o diálogo a propósito da negociação do Contrato Colectivo de Trabalho Vertical.

Dentro desta perspectiva, segundo nos foi possível apurar esta manhã, foram já pedidas entrevistas nos Ministérios do Trabalho e da Indústria e Tecnologia, estando prevista a deslocação à Presidência da República, ainda hoje, de uma delegação dos sindicatos têxteis que fará a entrega de um abaixo-assinado, no sentido de que seja retomado o diálogo e atendidas as pretensões dos trabalhadores.

A paralisação, que estava marcada para amanhã, tinha por base a falta de resposta governamental a sete questões postas no dia 2 de Junho ao MT e ao pedido de audiência feito naquele mesmo dia para uma posição clara sobre o CCTV. Entre aquelas questões destacavam-se a manutenção dos direitos adquiridos pelos vários subsectores, na portaria a sair, e a não aplicação do Decreto-Lei 49-A (15 por cento) aos trabalhadores do sector.

Conforme foi afirmado ontem, durante uma conferência de Imprensa realizada pela CNS, na sede da Federação dos Têxteis (Porto), os sindicatos esperam que o Governo se abra rapidamente ao diálogo, pois de contrário serão encetadas «formas de luta mais duras». A falta de resposta do MT, solicitada no dia 2 do mês passado, demonstrou — disse-se — «o mais baixo desprezo pelas justas reivindicações dos trabalhadores têxteis (cerca de 300 000) e pela resolução dos problemas que os afectam».

«Porque não respondem os responsáveis do MT? Que andam a tramar esses senhores para terem tanto receio, como falta de tempo, para enfrentarem os trabalhadores?» — perguntam os sindicatos e a CNS denunciando que, em contrapartida, «o patronato é distinguido com todas as atenções».

Foi também denunciada a actuação da Comissão Técnica encarregada da elaboração da Portaria, na qual quer o patronato quer os sindicatos não têm direito de voto pelo que a PRT vai ser apenas da responsabilidade governamental.

Quanto à propalada crise no sector afirmou um dirigente sindical que «falar de crise é falar pela boca dos patrões» e isso mesmo estará a fazer o Governo quando se agarra a tais conceitos, uma vez que «não existe nenhum outro estudo do sector a não ser o que foi elaborado pelos sindicatos».

A propósito da argumentação utilizada para rebater os salários propostos pelos sindicatos afirmou outro dirigente: «O estudo completo que fizemos, durou oito meses, revela que os salários que estamos a pedir não são incomportáveis para o sector». Apesar disto, «o Ministério tem-se servido dos balanços dos patrões de 1975» que foi como se sabe um ano mau... Para além do mais, esses balanços apresentam diferenças em relação aos que foram fornecidos ao INE.

Suspeitando que o Governo vai aplicar ao sector o decreto dos 15 por cento — o que corresponde a aumentos de apenas 700 escudos para o salário médio que é de 5200 escudos mensais — foi denunciado aquilo que aos trabalhadores surge como uma «manobra clara demais para não ser antecipadamente denunciada»: «A orientação dos responsáveis do Ministério do Trabalho é que o decreto deverá ser aplicado ao nosso sector e o mais depressa possível pois a tão falada revogação do «49-A» está pendente do arrumar deste e de outros importantes contratos que se encontram actualmente em negociações.

Em suma: o Governo pretende rapidamente desembaraçar-se dos contratos mais importantes actualmente em revisão, para logo de seguida, demagogicamente, revogar o «49-A» e vir a público informar que se encontra satisfeita uma das principais exigências do movimento sindical».

Perante esta situação, consideram os sindicatos que «os salários vão ser resultantes duma posição política» e salientam em documento distribuído na reunião: «o problema de toda a contratação colectiva, nomeadamente do nosso contrato, está ligado a uma política de recuperação capitalista, levada a efeito pelo Governo, muito mais vasta, na qual se inserem os ataques frontais às grandes conquistas alcançadas com grande esforço de luta e de unidade pelos trabalhadores, após o 25 de Abril».

Foi também apontado o facto do Ministério da Indústria (que fez um estudo ao sector com base em dados fornecidos pelo patronato) ser «o grande responsável por todo o processo de desintervenções».

Lista unitária vence nos Rodoviários do Norte

A lista «A» (unitária) com o lema «Por um Sindicato ao Serviço dos Trabalhadores» venceu as eleições para os corpos gerentes do Sindicato dos Profissionais Rodoviários e Garagens do Distrito do Porto que abrange Bragança, Coimbra, Guarda, Viseu, Viana do Castelo e Vila Real. A comparência às urnas foi a maior até aqui verificada na vida do Sindicato, tendo a lista vencedora obtido 792 votos, enquanto a lista «B», com elementos afectos à «Carta Aberta», totalizou 140.

As mesas de voto funcionaram no Porto, em Coimbra e Figueira da Foz.

ELEIÇÕES NA HOTELARIA DO FUNCHAL

Estão previstas para amanhã as eleições de novos corpos gerentes do Sindicato de Hotelaria da Madeira. Concorrem duas listas — «A» e «B» — sendo que a primeira é «descendente» da antiga direcção, que vem agora prometer o que nunca realizou antes. À falta de outra designação, a lista «B» é rotulada de «comunista».

A campanha entretanto desencadeada pelo «Jornal da Madeira» coloca imediatamente em vantagem a lista «A».

DEVOLUÇÕES: UM EXEMPLO

Escândalo da Maiombe já chega ao estrangeiro

O escandaloso caso Maiombe poderá tomar dentro em breve repercussões internacionais.

Segundo anunciaram ontem em Lisboa os elementos da comissão de trabalhadores da empresa, o caso será dado a conhecer oportunamente à Organização Internacional do Trabalho, e à Liga Internacional dos Direitos do Homem, enquanto prosseguem paralelamente os contactos a nível oficial no sentido de se encontrar uma solução justa para o problema, que contemple a garantia de emprego do pessoal da firma e as necessidades da economia nacional.

Os trabalhadores têm vindo a denunciar o clima de coacção psicológica, de terror e agressões que se vive na empresa desde o regresso do seu principal proprietário e administrador, José Galvão de Melo — um dos irmãos do não menos célebre general. De facto, o Governo decidiu o mês passado, intempestivamente e sem consultar os trabalhadores, devolver a Maiombe — Importação e Comércio de Madeiras, Lda, ao antigo patrão, apesar de contra ele se encontrarem pendentes em tribunal diversos processos-crime.

Esta decisão não deixou de causar surpresa nos meios mais diversos. Na verdade, o caso Maiombe, é publicamente conhecido pelas irregularidades e práticas fraudulentas, que os inquéritos conduzidos pelas entidades oficiais vieram revelar, tanto como pelas peripécias que acompanharam o período da intervenção estatal, dignas das melhores cenas de gangsterismo. Para mais, tanto a comissão administrativa da empresa como a comissão de inquérito que investigou os actos dos gestores privados haviam proposto um tipo de solução bem diverso, que apontava para integração da empresa no património de uma empresa pública de comércio externo.

Esta solução, na óptica de quem a propôs permitiria coordenar e controlar o comércio das madeiras, garantir a continuidade dos postos de trabalho, e realizar uma política de estabilidade de preços de matérias-primas para a indústria da construção civil.

Por seu turno, os trabalhadores manifestavam-se receptivos a qualquer das soluções previstas na lei, excepto a falência (que se não justificava, dada a viabilidade da empresa) ou a devolução à entidade patronal. Mas foi precisamente esta última que o Governo achou por bem adoptar, alguns dias depois de ter sido interpelado na Assembleia da República por um deputado do PS. Este pretendia saber tão-somente se o Governo pensava devolver a empresa a um patrão que o próprio Estado pôs em tribunal.

Dos processos em curso contra Galvão de Melo, ressaltam um de indemnização ao Estado no montante de 24 mil contos (instaurado pela Secretaria de Estado do Comércio Externo), outro por fuga de capitais para o estrangeiro, um terceiro por assalto às instalações da empresa no período da intervenção com tentativa de homicídio frustrado, e um quarto por falsificação da escrita. Seguem ainda os seus trâmites cerca de dez queixas por agressão a trabalhadores, antes e depois da devolução.

O clima de terror que actualmente se vive na Maiombe, denunciado pelos trabalhadores, foi recentemente confirmado por um agente do Ministério do Trabalho, que visitou as instalações da firma, vendo-se na necessidade de recorrer à Polícia para o fazer. Numa informação que subscreveu, aquele funcionário dá conta de uma «situação de inactividade forçada dos trabalhadores» e de «um ambiente de trabalho péssimo, com constantes tentativas de agressão presenciadas por mim e provocações constantes à moral dos trabalhadores, verificando-se um total desrespeito pelas normas mais elementares da educação».

Segundo revelaram ontem os trabalhadores, a situação sintetiza-se deste modo: há trabalhadores afastados do seu local e posto de laboração; registaram-se dois sequestros; há três trabalhadores afastados; há mais três suspensos; há ainda dez sujeitos a inquérito; Galvão de Melo quando regressou trouxe consigo alguns «gorilas» que mantêm um clima de intimidação; as agressões continuam (num dos casos o trabalhador atingido teve de ser assistido no Hospital de S. José); procura-se dividir os trabalhadores forçando os menos combativos ou esclarecidos a assinarem documentos contra os seus colegas.

Apesar de tudo, os elementos da comissão de trabalhadores, que se encontram impedidos de entrar na empresa — mantêm-se firmes na defesa das razões que assistem ao pessoal, num caso que poderá ter graves repercussões na economia nacional.

Embaixador continua a paralisar

Após a paralisação total de ontem, e uma vez que a entidade patronal se mantém renitente no não cumprimento do ACT em vigor desde Abril, os trabalhadores do café «Embaixador», no Porto prosseguem hoje a sua luta com paralisações parciais. Estarão paralisados das 16 às 19 horas, entrando assim na terceira fase semanal de paralisações parciais.

Em ALJUSTREL o DIÁRIO DE LISBOA vende-se no CAFE ALIANÇA

É O QUE LHE DIZEMOS!

A maior surpresa é o BRINDE que a CASA AFRICANA vai oferecer aos seus Clientes dentro de breves dias. Esteja atento!

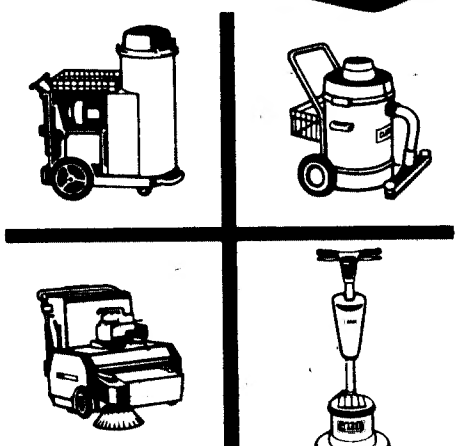
...veja os próximos anúncios neste jornal.

CASA AFRICANA

RUA AUGUSTA — RUA DA VICTÓRIA — RUA DOS SAPATEIROS

A maior linha de máquinas industriais para limpeza

"Mais de 90 modelos para resolver qualquer problema de limpeza"



A Vadeca possui a maior linha de máquinas industriais para todas as operações de limpeza em qualquer tipo de pavimento: aspiradores para sólidos e líquidos; enceradora-lavadora; máquina para lavar carpetes; lavadoras-secadoras para grandes áreas; auto varredora-aspirador e uma completíssima gama de acessórios.

O Gabinete Técnico de Estudo da Vadeca indica, sem compromisso de compra, quais as máquinas da sua gama, próprias para a limpeza especializada de cada local.

vadeca

LISBOA – R. Prof. Reinaldo dos Santos, Lote 2 – Telef. 789333
PORTO – R. 31 de Janeiro, 210 – Telef. 20471

PANO TERYLENE ESTAMPADO 95$00 — PANO TERYLENE

SENSACIONAL LOTE DE EXPORTAÇÃO NA

JOFRAMA

VAMOS VENDER 150 000 MTS. DE PANO DE LENÇOL TERYLENE-ALGODÃO, LINDOS DESENHOS estampados com 2 mts. de largura a preço que não voltará a repetir-se

Valor normal 165$00 metro
Nesta campanha apenas 95$00

Milhares de jogos de cama estampados de 2 mts. larg. e com 2 lençóis

Bons	495$00
Muito Bons	595$00
Qualidade Extra	695$00

Mais pano estampado

1,40 — 45$00 ★ 1,80 — 49$00 ★ 2,00 — 59$00

JOFRAMA

Todo o nosso enorme sortido de Verão a preços em concorrência

Milhares de camisas de homem m/ manga lindos padrões

Terylene	143$00
Não passa a ferro	187$00

Milhares camisolas de algodão Sr.ª Estampadas, lisas e riscas

S/ manga	39$00
M/ manga	59$00
Também para criança vários padrões apenas por	35$00
Milhares calções turcos para criança	25$00
Toalhões de praia enormes a começar em	69$00

JOFRAMA

O nosso 1.º andar é o delírio das noivas e donas de casa

Toalhas de mesa estampadas redondas e quadradas 1,5	119$00
Toalhas pic-nic 1,2 lindas	69$00
Idem 1,2 estampadas	50$00
Cortinado terylene 3, larg. jakard com desenho e barra	49$00

Jogos banho 5 peças lindíssimos

Vários padrões	178$00
Muito bons	239$00
Turco aveludado	555$00
Jogos mesa estampados c/ 6 guardanapos 1,5×1,5	124$00
Lençol turco gigante	98$00

JOFRAMA

SEDE — RUA DOS FANQUEIROS, 226-232
(Frente à Rua da Assunção)
FILIAIS — RUA JOÃO DAS REGRAS, 4-B
(Junto à Praça da Figueira)
RUA DA MADALENA, 203-217
Telefones 862899 · 872156 · 873340 · 868572
LISBOA-2
MANDAMOS À COBRANÇA PARA TODO O PAÍS E ILHAS

PANO TERYLENE ESTAMPADO 95$00 — PANO TERYLENE

«Cunha Leal levou 40 anos a explicar que aquele 28 de Maio nada tinha a ver com as intenções de quem inicialmente o apoiara. É preciso que as forças que hoje podem assegurar o projecto constitucional de transição para o socialismo não venham a arrepender-se amanhã de um erro semelhante» — afirmou João Cravinho em resposta a Vítor Constâncio, no debate final do seminário da Intervenção Socialista sobre o Plano a médio prazo. Manuel Lucena, da Fundação de Ciências Políticas, que chegaria quase no fim, interveio, no entanto, a seguir para, em breves mas muito convencidas palavras, defender a tese de que se deveria recuar à «situação anterior ao 11 de Março».

INTERVENÇÃO SOCIALISTA DE

"Não é com uma prátic

Mas a história não se faz nos gabinetes, faz-se cá fora, no terreno das confrontações sociais. E, naturalmente, sem as transformações estruturais operadas na sequência do 11 de Março, não teríamos nem **esta** Constituição nem mesmo **este** Governo: teríamos, na melhor das hipóteses, esquerda reduzida aos limites de intervenção que convinham a uma direita no Poder, eleita pelos votos do Povo», com o capital monopolista intacto. Não haveria «Plano» ou então, havendo-o, os seus objectivos, condicionantes e «modelo de desenvolvimento» seriam muito diferentes: próximos, certamente, dos antigos «Planos de Fomento».

Bem se compreende, pois, que a direita mova contra o «Plano» a oposição frontal de que falou Jorge Sampaio, no discurso de abertura do seminário. A deputada socialista Teresa Ambrósio, numa das intervenções introdutórias da primeira sessão («Objectivos e condicionantes»), deu um exemplo extremo dos argumentos da direita: «este Plano — escreveu, algures, um colunista — solidifica uma estrutura económica e social que daqui a quatro anos poderá ser revista com uma nova Constituição, e nessa altura já não se poderá voltar para trás». Aqui, evidentemente, o respeito pela futura vontade do Povo, não é mais do que um alibi. Porque a direita sabe bem que, a ser dada execução a um plano deste tipo, se restringirá cada vez mais a sua base social de apoio e, portanto, como é óbvio, se tornará cada vez mais longínqua a possibilidade de recuperar o Poder através do mecanismo dos votos.

QUEM VAI BENEFICIAR COM QUÊ?

É neste terreno que o debate acerca do Plano terá de ser perspectivado. «O modelo de desenvolvimento tem, antes de mais nada, uma leitura política», diria Teresa Ambrósio. Por seu lado, João Cravinho falaria da necessidade de destecnocratizar a discussão, tornando-a inteligível para qualquer pessoa».

Na primeira das várias intervenções que fez, aliás extremamente lúcidas, tanto na análise como na exposição, João Cravinho desenvolveu o seu ponto de vista: «O problema essencial é o de saber **quem vai beneficiar com quê**. Os rótulos de partidos encobrem outras divisões: **quem está por** e **quem está contra** em opções que têm que ver com isto, isto é, com o modelo de desenvolvimento».

Prosseguindo, afirmou: «Há, de um lado, os que defendem o projecto político contido no Plano, como concepção qualitativa que subordina o crescimento às necessidades da população baseando-se na necessidade de utilizar os recursos da economia, do produto do trabalho, na melhoria das condições de vida da generalidade dos trabalhadores, de modo a permitir a cada um de nós dizer com dignidade que vive em democracia. Do outro lado, estão os que tudo subordinam ao crescimento para, na verdade, conseguirem que volte a apropriar-se do produto do crescimento o grupo que, durante décadas, comandou o nosso desenvolvimento».

Não quer dizer que este Plano seja a única interpretação possível do projecto constitucional — acrescentou. Mas é a única interpretação que está sobre o terreno, rompendo radicalmente com a lógica do planeamento anterior».

«PROMETER EUROPA E DAR MARROCOS»

Adoptar esta posição de fundo em relação ao Plano a médio prazo (1977-80) não significa aceitá-lo em todas as suas implicações. De resto o

António Guterres: «O Plano pode dar coerência à prática política, que nem sempre terá sido coerente»

que foi entregue à Assembleia da República para discussão e foi também no sábado passado objecto de debate no seminário da Intervenção Socialista não é verdadeiramente o Plano mas sim a Proposta de Lei sobre as opções essenciais que depois o Plano concretizará.

Logo no capítulo dos «objectivos e condicionantes» surgiram dúvidas e objecções. Palma Andrés, por exemplo, observou que «um plano a médio prazo deve ter explicitado um planeamento de longo prazo, para se perceber por que se faz em 4 anos isto e aquilo». E acrescentou: «saber o que queremos ser a longo prazo pode ainda ser factor de maior unidade da esquerda».

Não será inteiramente pacífica esta opinião já que a própria Constituição estabelece um projecto ou uma meta a atingir, conseguidos graças aos votos conjuntos do PS e do PCP e o certo é que essa unidade, nos princípios e objectivos, constitucionais, é a cada passo desmentida na prática. Palma Andrés fez, entretanto, outras objecções muito concretas, quanto à forma de participação das autarquias e das organizações de trabalhadores nos planos anuais e respectiva excecução, e quanto à reestruturação do aparelho de Estado, «ponto essencial para que um projecto de esquerda tenha viabilidade». Desconcentração de serviços, regionalização, papel das finanças locais e da Administração central foram alguns dos pontos que abordou.

Joaquim Mestre também se mostrou céptico quanto à possibilidade de reestruturação do aparelho de Estado e afirmou, por outro lado, que um dos aspectos da actual situação que irá dificultar a execução do Plano é o não haver consenso que permita a participação das populações, devido à deterioração das relações entre os partidos e do Governo com a Central Sindical, etc.»

As críticas mais contundentes partiram, porém, de Salgado de Matos, que, com base em alguns números e previsões, pôs em causa a viabilidade do Plano, chamando a atenção para a importância das consequências positivas ou negativas que terá a sua aplicação, consoante ele seja ou não realmente exequível. «Não é impunemente que se promete Europa e se vai dar Marrocos: as pessoas vão notar a diferença», disse, no seu estilo bem humorado habitual. E sublinhou: «é preciso evitar este trauma». No campo das relações internacionais, afirmou que «a reorganização do aparelho produtivo deveria ser pensada na perspectiva do posicionamento de Portugal na divisão internacional do trabalho». Em síntese, considerou o Plano «particularmente inverosímil, do ponto de vista da luta política». Em todo o caso, comentou, «é a primeira vez que do lado do Governo vem qualquer coisa que tem um nexo com o socialismo, o que é simpático...»

Usou seguidamente da palavra António Guterres, que procurou responder a algumas das críticas, v.g. àquela, já muito expendida — e decerto fundada — que considera o Plano inexequível por se limitar a ser uma emanação verbal de esquerda de um Governo que, na realidade, tem uma prática política de direita. «A existência de um Plano, disse, pode dar coerência à prática política, que nem sempre terá sido coerente». (Era bom que esta vontade de coerência se tivesse manifestado já em relação à proposta de Lei sobre as bases da Reforma Agrária («Lei Barreto»), que está em flagrante contradição com o espírito do Plano e constitui uma machadada antecipada na sua viabilização prática...)

«INTERESSA MAIS O RUMO DO QUE A MEDIDA»

A fechar a primeira sessão, interveio de novo João Cravinho, desenvolvendo algumas das ideias que já adiantara. «Há forças internas que distorcem sistematicamente a discussão, com base em condicionantes externas que pressupõem a subestimação dos nossos próprios recursos», afirmou. E, prosseguindo: «É necessário assumir à partida a realidade política e social em termos de transição para o socialismo. É necessário dar força, dar vida ao projecto constitucional». Para isso, continuou, «importa efectivar um modelo e actuar segundo critérios que reúnam o consenso social de forças coligadas capaz de garantir a viabilidade do projecto constitucional».

Assim, o fundamental não é fazer previsões acerca das médias que se podem atingir em 1980, é antes **a estrutura qualitativa da distribuição dos benefícios segundo um critério que é o da transição para o socialismo».**

Não fará grande mossa aos trabalhadores deste País — ao contrário do que muita gente pensa — que o aumento do consumo privado material seja em 1980 de 1 por cento em

João Cravinho: «O problema essen ciar com quê»

vez de ser de 5 por cento. Não tem importância que se falhe aí, à custa de uma compensação social, política e até material (que não se traduza em consumo privado).

Interessa mais o rumo do que a medida». — Concluiu, em substância.

Dois apontamentos ainda acerca desta intervenção: o ponto relativo à concretização anual do Plano, em que já não deverá haver engano nas projecções, e o relativo ao vício de origem na sua elaboração, a saber, ter-lhe sido dada forma de projecto para discussão na Assembleia sem uma prévia participação de massas».

Não é possível escamotear a discussão social de um Plano. É uma dificuldade intransponível que ninguém, em Viseu ou na Guarda, na Cometna ou na CUF, tenha sido ouvido sobre o que aqui se propõe. Era necessário ter saído do gabinete para obter, na elaboração do Plano, a participação real das populações, e assegurar, em maior correspondência com a realidade, o critério básico que deve presidir-lhe: o da satisfação das necessidades daquelas mesmas populações».

INCONGRUÊNCIA ENTRE A REALIDADE E O MODELO

Coube a Vítor Bento Guerra, colaborador deste jornal, abrir as intervenções da segunda sessão («Aspectos sectoriais»), que teve início ao princípio da tarde de sábado, com a sala de conferências do Hotel Flórida repleta. Não é possível apanhar, com rigor, nestes breves apontamentos, a

DEBATEU "PLANO"

npatível com um projecto de esquerda ca política de direita"

Texto de MÁRIO VIEIRA DE CARVALHO

análise que fez de certos números e quantificações. Registamos apenas alguns dos pontos abordados: a questão do aumento da população, que não é considerada»; a questão de Sines, na parte relativa aos custos de produção, que impedem o complexo de ser competitivo em termos de comercialização internacional (do petróleo refinado), para a qual era fundamentalmente dirigido»; diversos aspectos controversos relativos aos sectores metalúrgico, da mecânica pesa-

ssencial é saber quem vai benefi-

da, têxtil, etc.

Notou, nomeadamente, que para determinados objectivos serem alcançados, como, por exemplo, o do aumento da taxa de capacidade de utilização, na indústria têxtil, de 50 por cento para 70 por cento, seria necessário que os empresários funcionassem como empresários, e não como proprietários de fábricas, habituados a décadas de proteccionismo», e que o Estado controlasse efectivamente a torneira do crédito, até agora bastante arredada dos centros de decisão,

Teresa Ambrósio: «...antes de mais nada, uma leitura política.»

apesar de nacionalizada».

Toda a atmosfera que se respira tem uma tónica de refluxo, de paradoxo, de contrasenso, que se contrapõe às forças que poderiam viabilizar este projecto», afirmou. E, concluindo: Há uma incongruência entre a realidade e o modelo».

Usando a seguir da palavra, o deputado socialista António Guterres afirmou categoricamente a sua confiança na disposição dos trabalhadores de levarem por diante o Plano, quando ele vier a ser concretizado (acentuou muito que o documento em discussão respeita ainda, apenas, às grandes opções). Citamos, a bem dizer textualmente: Estamos de acordo que, para o êxito de um projecto de esquerda é indispensável o concurso dos trabalhadores. Os trabalhadores têm dado uma extraordinária prova de responsabilidade e da sua procura empenhada de soluções. A **quebra** (de nível de vida) foi assumida conscientemente. Os trabalhadores mostraram que estão dispostos a suportar sacrifícios se a contrapartida for clara. Estão criadas condições no seio da classe trabalhadora para que estes documentos possam ser discutidos. Podemos encarar com optimismo a predisposição dos trabalhadores para assumir este documento...»

Words, words, words? Talvez não. Admitamos que António Guterres tem razão. Mas a pergunta à questão de saber que tem feito o Governo PS para merecer esse comportamento dos trabalhadores ficaria certamente sem resposta.

No desenvolvimento da sua intervenção, aquele deputado socialista chamou a atenção para vários aspectos da articulação, no Plano, entre a agricultura e a indústria. Notou que a agricultura passa a ter uma óptica de desenvolvimento próprio» (e não, como nos antigos Planos de Fomento, por arrastamento da indústria»), desenvolvimento esse orientado por duas grandes preocupações: melhoria do abastecimento alimentar e manutenção de postos de trabalho. Tal orientação consagrada no Plano, acentuou, é incompatível com explorações agrícolas baseadas no desenvolvimento capitalista da agricultura».

Também na indústria, prosseguiu, não nos orientamos para formas de incremento rápido da produtividade» que entraria em contradição com a necessidade de combater o desemprego. Optamos por uma política de reconversão lenta e calculada dos sectores tradicionais, que não ponha em perigo a manutenção dos postos de trabalho».

A terminar, referiu-se ao sector público, que terá um papel motor extremamente importante na aplicação prática do Plano».

POLÍTICA DE EMPREGO INSEPARÁVEL DA EDUCAÇÃO

Abordando mais em profundidade a questão do emprego, Nuno Bragança começou por notar as roturas, crises e problemas criados nesse sector com a prática actual do Governo». E colocou a questão que lhe parece de fundo: Será que o emprego é só para matar a fome às pessoas ou será que o emprego é para trabalhar no sentido da transformação (das condições de vida) que o seu agente quer?»

Verifica-se uma oposição entre a criação e a manutenção de postos de trabalho por um lado, e as necessidades económico-financeiras para a transformação da sociedade, por outro», mas daí não se pode concluir, afirmou, que há gente a mais».

Se o objectivo é transformar a sociedade, o caminho a escolher só pode ser um: o de que o esforço de todos é chamado a satisfazer as necessidades de todos».

Para resolver a dificuldade, Nuno Bragança considerou necessário, acabar com a separação entre a política de emprego e a política de educação. Nesse sentido, disse ser preciso reformular a noção de educação profissional e a orientação profissional dos jovens», ao mesmo tempo que se estuda a reconversão de trabalhadores» e se evitam os despedimentos.

Entretanto, acentuou, sem uma motivação profunda por parte dos trabalhadores será impossível uma mobilização de esforços como a que já vimos após o 25 de Abril. Em certos momentos, prosseguiu, criou-se um estado de espírito em que a população, quando sentia que estava a caminhar-se no sentido da real satisfação das suas necessidades, se dispunha a trabalhar mais e melhor».

Sobre as formas de absorver, dentro desta perspectiva, o desemprego, Nuno Bragança apontou a Reforma Agrária, levada à escala possível, ao Norte e ao Sul do País». Ou seja, exactamente o contrário do que visa a Lei Barreto» e toda a prática recente do MAP: travar a Reforma Agrária,

Continua na pag. 10

mas não perca a oportunidade

OBRIGAÇÕES DO TESOURO – FIP/77
classe A
– valor nominal 1.000$00.
– títulos de 1 e 10 obrigações.
– juro de 14% ao ano, pago ao semestre. Em 15 de Junho e 15 de Dezembro de cada ano.
– isenção total de impostos.
– reembolso por sorteio, em cinco anos, a partir de 1980. Pagável em 15 de Junho de cada ano.

OBRIGAÇÕES DO TESOURO – FIP/77
classe B
– valor nominal 1.000$00.
– títulos de 1 e 10 obrigações
– juro de 8% ao ano pago ao semestre. Em 15 de Junho e 15 de Dezembro de cada ano.
– isenção total de impostos.
– amortização em parcelas anuais de 10% cada, a partir de 1978. A primeira é paga em 15 de Dezembro de 1978.
– prémio de reembolso igual ao total do valor subscrito.

Chegaram os FIP. Títulos de Fomento de Investimento Público. A forma rentável e segura de aplicar o seu dinheiro. Sem pagar impostos. Com FIP o seu dinheiro cresce e contribui para o desenvolvimento económico do País. Compre FIP. Títulos de Fomento de Investimento Público.

FOMENTO DE INVESTIMENTO PÚBLICO · fip 77 · OBRIGAÇÕES DO TESOURO

investir dá força ao seu dinheiro

Consulte as Instituições de Crédito

"Plano" debatido pela Intervenção Socialista

Continuação da pág. 9

desmotivar os trabalhadores agrícolas, aumentar o desemprego (que chegou a ser praticamente erradicado do Alentejo, ao nível dos assalariados rurais).

HABITAÇÃO SÓ PARA OS RICOS?

Nas intervenções seguintes, Rita Veiga da Cunha falou mais em pormenor da questão da Educação e Nuno Portas fez uma larga dissertação sobre a forma como a Habitação vem tratada no Plano.

A avaliar pela sua análise, a Habitação é um dos sectores em que o Plano menos reflecte o projecto constitucional. Neste campo, afirmou, «os objectivos económicos, para serem viáveis, entram em contradição com os objectivos sociais a que o plano dá alta prioridade», e concretizou: «para atingir certas metas económicas — emprego máximo e captação máxima de aforros privados, as casas vão para os que têm rendimentos elevados», visto que, na repartição dos diferentes tipos de promoção (sector privado livre, privado condicionado, público convencional — Estado, autarquias —, cooperativo de iniciativa autónoma) a parte de leão (2/3) cabe ao «sector privado livre».

O custo político dos incentivos ao capital privado como fonte principal de desenvolvimento do sector podem ser, segundo disse Nuno Portas, demasiado elevados: haverá especulação urbanística; reacender-se-ão as lutas urbanas por se avivarem as contradições; agravar-se-á o desequilíbrio na distribuição regional (com concentração nas duas áreas metropolitanas e nas zonas turísticas, nas quais se irão concentrar também, aumentando a procura de habitações, mais 80.000 empregos gerados pelo sector).»

Se os Estado quiser corrigir o desequilíbrio regional, continuou, não terá liberdade para o fazer, porque a maior carência de habitação social (não especulativa) verificar-se-á em Lisboa e no Porto, onde as lutas urbanas irão recrudescer».

Nuno Portas abordou ainda a política de crédito para casa própria, para as cooperativas e para as autarquias, bem como a questão das infra-estruturas e do saneamento.

A tudo isto respondeu António Guterres que no Plano «se eleva ao maior volume possível a actividade do sector público e que a Lei dos Solos pode favorecer a construção privada disseminada pelas aldeias». E exemplificou: «sou de uma aldeia com pouco mais de mil habitantes onde neste momento estão em construção cinco casas de iniciativa privada...»

BALANÇA DE PAGAMENTOS: PRINCIPAL CONDICIONANTE?

Depois de um breve intervalo, e com muitas dezenas de pessoas apinhadas na sala, entrou-se, finalmente no tema «As propostas do Plano e o Modelo de Desenvolvimento», que constituia a última parte do Seminário. O debate centrou-se nas intervenções de Vítor Constâncio e João Cravinho, o primeiro usando um tipo de discurso caracterizado pela prudência, o segundo voltando a «pôr o dedo na ferida», com muita clareza, em relação às principais questões de fundo.

«As grandes opções do Plano, diria Vítor Constâncio, visam consolidar as novas estruturas institucionais da sociedade portuguesa: a estrutura da propriedade, como ela veio sendo definida após o 25 de Abril, o papel do sector público nacionalizado, a consolidação dos direitos dos trabalhadores, a consolidação de uma vida democrática, baseada no diálogo social».

«Consolidar as estruturas que temos — continuou Vítor Constâncio — é um objectivo por que vale a pena lutar». E eis aqui, uma vez mais, a incoerência que salta à vista entre as opções do Plano e Leis como a da delimitação do sector público e do sector privado ou, mais radicalmente ainda, a chamada «Lei Barreto» cujo objectivo é antes destruir essas estruturas, tornando inútil, à partida, o próprio Plano.

Tomando posição a favor de uma estratégia de desenvolvimento baseada não no crescimento do Produto Nacional mas na satisfação das necessidades sociais, considerou, no entanto, que o nosso modelo de desenvolvimento tem de ter em conta que «já passámos um certo estádio de subdesenvolvimento». «O nível de aspirações existentes e o acesso a certos bens já é muito superior ao dos países subdesenvolvidos», afirmou. Por isso, prosseguiu, «era impossível obter uma base social para uma política que alterasse os padrões de consumo, isto é, assentasse numa descida do nível de vida da classe média. Na condição de se salvaguardar o contexto democrático, não é viável uma tal política».

Aludindo, depois, aos meios que o Plano prevê para actuar segundo aquela perspectiva, nomeou «a formação de poupança, a contenção do consumo privado, a moderação dos salários directos, a estrutura sectorial do crescimento (maneira diferente de encarar a Agricultura), não sacrificar excessivamente a produtividade, etc.»

No que respeita às condicionantes, apontou como fundamental para a economia e para a democracia em Portugal o problema da balança de pagamentos e acusou «o pensamento de esquerda de ser insuficiente e irrealista» relativamente a esta questão.

Vítor Constâncio: «Consolidar as estruturas que temos é um objectivo por que vale a pena lutar»

DONDE VEM A CRISE?

Sucedeu-se nova intervenção de João Cravinho, que começou por afirmar: «O que resta do passado na estrutura económica portuguesa é de tal maneira forte que tende a impor-se, como se fosse natural, liquidando assim a possibilidade de realizar a estratégia do Plano».

Donde vem a crise? «É preciso não subestimar o seu motor (histórico), sublinhou: o capitalismo português na década de 50 e 60. No fundamento político e das relações sociais este **modelo** não era viável. O 25 de Abril deu conclusão a essa inviabilidade e, ao mesmo tempo, representou um arrumar de contas mais profundo, na medida em que introduziu grandes alterações na correlação de forças».

«Mas também é crise da Revolução Portuguesa, prossegiu Cravinho. Todas as Revoluções passam por crises, das quais ou há saída positiva ou saída negativa. Neste momento, não temos um projecto económico compatível com o modelo da Constituição. Na eventualidade de o virmos a ter (Plano) o problema é que as saídas têm de ser atravessadas e é necessário vencer os obstáculos que se lhe opõem. Para isso é preciso conseguir a aliança ou coligação das forças interessadas, a mobilização do Povo, o passar a acto uma certa estrutura material, e lutar pela saída positiva, revolucionária (mesmo que já não se fale tanto em revolução...)».

Que modelo pretende a direita impor, quando diz que não é possível harmonizar a saída da crise com a construção de um novo modelo económico-social, baseado no projecto constitucional? «Não se trata do **modelo** que está implantado na prática, porque este, enquanto modelo de desenvolvimento, não existe. Trata-se, sim, afirmou Cravinho, do velho **modelo,** que vem do passado, apenas readaptado».

A DIREITA EM BUSCA DO EMPRESÁRIO PERDIDO

«Uma das críticas da direita ao Plano, prosseguiu João Cravinho, centra-se no eixo do equilíbrio poupança-investimento. Diz-se: para que haja crescimento é necessário investimento; por sua vez, este pressupõe a restrição do consumo e o incentivo a quem investe através da apropriação incondicional dos frutos do próprio investimento».

Contudo, «em Portugal, continuou, a restrição de consumos não gera investimento; terá de ser o investimento a induzir a poupança em termos de aforro e de restrição de consumo. Entretanto, não podemos ignorar o **acto empresarial** entre poupança e investimento. Há quem ande abertamente à procura do **tempo perdido.** Mas o que é mais grave, no caso português, é andar-se à procura do **empresário perdido,** que está tão perdido como o tempo. Hoje precisamos de outro empresário, quer público, quer privado».

Seguidamente, referiu-se à importância do sector público, «onde temos recursos fundamentais para o desenvolvimento: a questão é saber utilizá-los de forma compatível com a dinamização desta economia. Se o coração-Estado não está nas mãos dos monopolistas é preciso que passe a estar mesmo nas mãos das organizações de classe e das forças sociais que são expressão da defesa dos interesses dos trabalhadores», acentuou.

Reconheceu, em todo o caso, que numa sociedade como a nossa é impossível uma saída revolucionária, «sem compromisso».

NÃO AO MODELO DO F.M.I.

Referindo-se, mais adiante, ao que chamou «eixo internacional», João Cravinho, denunciou as condições que costumam ser impostas, nestes casos, pelo Fundo Monetário Internacional e «que se destinam a dar uma lição aos trabalhadores, mostrando-lhes que os sonhos se pagam caro». «É um modelo **standard,** onde só muda o nome do país, à laia de impresso, afirmou, e que conduz a um processo recessivo, de aumento de desemprego, de agravamento das desigualdades dos rendimentos, através de um Poder baseado no autoritarismo e no medo». Normalmente, comentou, «estes planos são para três anos e cumprem-se logo ao fim do primeiro ano, com a ditadura e a repressão».

«O modelo do Plano proposto pelo Governo para 77-80 é o contrário do modelo do FMI, acrescentou, mas há forças para o levar à prática, se quisermos. O mundo de hoje é suficientemente complexo e a crise está suficientemente generalizada para que seja de afastar a hipótese de tirar partido de um certo balancear de ganhos e perdas. A própria ideia de Europa ninguém sabe bem o que é. Os fracos têm por si a força da sua fraqueza. Decisivo é ter um projecto e a coragem de o querer. Que a Europa seja a nossa e não a do capital. Deve-se jogar com uma correcta gestão de dependências e procurar alianças com grandes forças que noutros países (e não apenas na Europa do Sul, mas também na do Norte) lutam contra o capitalismo».

Noutro ponto da sua longa intervenção, João Cravinho pôs em relevo a responsabilidade particular que cabe ao PS, na articulação das diferentes forças de esquerda, por forma a tornar possível um consenso que dê credibilidade executiva ao Plano.

Quando os trabalhos do seminário foram dados por encerrados, passava já das 20.30 horas. Entre a assistência, vimos o major Vítor Alves, Mário Murteira, Carlos Aboim Inglês, Sá Borges, José Manuel Ramos, Joel Hasse Ferreira, Jorge Strecht Monteiro, Miller Guerra, José Neto, Costa Leal, José Carlos Megre, Ferreira Gomes, João Bénard da Costa, José Manuel Galvão Teles, José Vicente e Fernado Piteira Santos, entre outros.

Anuncia-se para hoje à noite, na sede da Intervenção Socialista, um colóquio sobre as bases da Reforma Agrária propostas na «Lei Barreto», matéria de importância vital para o futuro desta revolução e desta democracia.

Pudesse a lição de lucidez que constituiu este seminário aproveitar alguma coisa àqueles que, dentro da Esquerda, continuam a sobrepor a intoxicação ideológica e o sectarismo aos argumentos da razão.

ELECTRICIDADE DE PORTUGAL
EMPRESA PÚBLICA

DIRECÇÃO DE DISTRIBUIÇÃO TEJO
ZONA LISBOA
(ex-Companhias Reunidas Gás e Electricidade)

PAGAMENTO COM FACTURA-AVISO
(Débitos não liquidados no domicílio)

Informam-se os consumidores desta Zona de Distribuição, residentes na cidade de Lisboa, de que os débitos eventualmente não satisfeitos quando da visita dos nossos cobradores poderão, mediante a apresentação das facturas-aviso, ser liquidados ao balcão de qualquer uma das dependências urbanas dos Bancos a seguir indicados:

BANCO DE ANGOLA
BANCO FONSECAS & BURNAY
BANCO PORTUGUÊS DO ATLÂNTICO
BANCO NACIONAL ULTRAMARINO
CRÉDIT FRANCO-PORTUGAIS

Graças à colaboração destes Bancos, ficam os nossos consumidores, para além dos locais tradicionais existentes, a dispor de mais 62 novos locais de cobrança disseminados por toda a área da cidade.

ASSOCIAÇÃO PORTUGAL CHECOSLOVÁQUIA

Viagem à Checoslováquia

13 a 24 de Agosto de 1977

Preço: 13 850$00

Viagem de avião, alojamento, alimentação, transportes, visitas e guia permanente.

Programa, informações e inscrições até 19 de Julho, de 1977 na **Associação Portugal-Checoslováquia, Rua Artilharia Um, 105 - 4.º, telefone 68 85 87.** Das 14 às 20 horas

Agora toda a gente pode usar

Dentes Postiços
despreocupadamente

Coma, fale, ria ou espirre sem receio de que lhe caia, mova ou abale a dentadura postiça mal fixa. DENTOFIX mantém as placas ajustadas firmemente dando maior conforto. Este pó agradável não dá gosto ou sensação gomosa ou pastosa. Não provoca náuseas. Elimina o mau hálito das dentaduras. Peça DENTOFIX em qualquer farmácia, drogaria ou perfumaria.

C. P. - CAMINHOS DE FERRO PORTUGUESES

VENDA DE MOTORES DIESEL

Está aberto concurso, até ao dia 29-7-77, para venda os seguintes materiais:

— **18 motores diesel AEC do tipo A 220**
— **Lote de subressalentes diversos**

Todas as informações complementares, bem como o caderno de concurso, podem ser obtidos na Divisão de Abastecimentos — Rua de Santa Apolónia, 65 — Lisboa - 2, ou pelos telefones 869760 a 68, extensões 228 e 229.

Armas: assunto principal entre Carter e Schmidt

O chanceler da Alemanha Federal, Helmut Schmidt, e o presidente norte-americano, Jimmy Carter, iniciam amanhã, em Washington, conversações de alto nível sobre assuntos tais como a Aliança Atlântica, «eurocomunismo» e problemas económicos globais.

Até ao momento, os conselheiros de Schmidt e Carter ainda não prepararam a agenda para as conversações, que durarão dois dias, para que os dois dirigentes possam livremente discutir a longa lista de assuntos económicos, diplomáticos e, nomeadamente, militares.

Segundo diplomatas, Carter e Schmidt discutirão especialmente o equilíbrio do poder militar entre o Ocidente e o Leste, bem como as perspectivas para o aumento anual das despesas militares gastas pelo membros da OTAN, não obstante os problemas económicos enfrentados pela maior parte dos países membros do tratado.

Os membros europeus da Organização do Tratado do Atlântico Norte encontram-se, há muito, «irritados» com o que eles chamam «a tentativa de Washington com um único sentido para a obtenção de armas para a aliança». Os norte-americanos, afirmam os países membros, pretendem verder, em grande escala, armas aos seus aliados mostrando-se no entanto relutantes em comprarem armamento dos países do outro lado do Atlântico.

Prevê-se que Schmidt pressione este assunto, incluindo a obtenção de patentes para a produção nos Estados Unidos de equipamento militar desenhado na Europa, bem como um aumento de compras militares norte-americans na Europa.

Estas conversações a decorrer na Casa Branca, deverão permitir que os dois estadistas manifestem a sua «solidariedade», depois das «fricções» registadas no início deste ano entre os dois países.

Bona e Washington manifestaram-se divergentes sobre o acordo de tecnologia nuclear assinado pela Alemanha Federal e Brasil e a tentativa do governo de Carter para pressionar a RFA no sentido de introduzir a inflação na sua economia interna.

Helmut Schmidt deverá igualmente reunir-se com outros dirigentes do governo norte-americano, estando, amanhã, presente numa recepção dada em sua honra pelo secretário de Estado, Cyrus Vance, recepção esta que se seguirá à primeira conferência com Carter na Casa Branca.

Quinta-feira de manhã, Schmidt reunir-se-á com os membros responsáveis do Congresso em «Blair House», a casa oficial presidencial para hóspedes de honra, na qual Schmidt permanecerá durante a sua visita àquele país.

Seguidamente realizará uma segunda conferência com Carter na Casa Branca, dirigindo-se depois ao Clube Nacional de Imprensa onde profere um discurso.

Entretanto, o governo de Carter advertiu ontem o Congresso contra o emprego generalizado do embargo de armas contra países que considerava que tinham violado Direitos Humanos e sugeriu que «apenas os piores transgressores deveriam deixar de contar com fornecimentos de armas norte-americanas».

Num curioso relatório ao Congresso sobre política de remessas de armas, publicado ontem à noite, o Governo diz que o «recurso obtuso» de suspender auxílio militar arriscava-se a «ofender pequenos países que colectivamente são importantes para os interesses da segurança dos Estados Unidos». Registe-se.

JAPÃO

Partido de Fukuda vence mas tem escassa maioria

As eleições japonesas de domingo para a Câmara Alta do Parlamento demonstraram que, embora o Partido Liberal-Democrático (PLD) do primeiro-ministro Takeo Fukuda esteja em dificuldades, é uma força a reconhecer na cena política do país.

Conhecendo-se já os resultados completos, o PLD descobriu, para seu próprio espanto, que mantém ainda uma escassa maioria de quatro lugares na segunda Câmara do Parlamento japonês.

O jornal de grande circulação «Mainichi» resume o que se passou num título: «O PLD consegue não perder na Câmara Alta».

Avaliado em conjunto com a dramática derrota de Dezembro passado na Câmara Baixa, que representou o mais baixo índice de popularidade do partido de Fukuda, e com os problemas da inflação e da recessão, o resultado da Câmara Alta dá aos conservadores um frio conforto.

Aos olhos da grande maioria dos comentadores mantém-se o facto do PLD continuar sob cerco político e de continuar a pairar uma ameaça sobre os seus 22 anos de dominação política.

Forçado a comprometer-se com a oposição em questões processuais e outras — algo que nunca fizera antes — os problemas do PLD na Dieta estão longe de terem acabado.

As suas maiorias em ambas as Câmaras são tão magras que uma ou duas mortes, uma demissão por doença ou uma simples ausência poderão trazer-lhe problemas.

Em ambas as Câmaras, Fukuda depende da «bondade» de deputados relativamente estranhos — os independentes, que concorreram em listas conservadoras mas sem o «amén» do partido — para assegurar a maioria.

A ilação a retirar dos resultados parece clara: o país inclina-se para um conservadorismo aliado ao liberalismo, mais do que para qualquer dos extremos do espectro político. O problema é que não há nenhum partido centrista suficientemente forte para captar essa clientela.

As dificuldades de Fukuda persistem. Embora tenha sublinhado que estas eleições provaram que o escândalo «Lockheed», que tão duramente atingiu o partido em 1976, está ultrapassado como tema eleitoral, os inquéritos à opinião pública demonstram o contrário. O caso continua a ser uma fonte de descontentamento.

A popularidade de Fukuda continua a ser baixa, devendo-se isso em grande parte ao seu malogro em actual energicamente para combater os problemas económicos, que são a sua especialidade.

Uma recuperação do PLD nos próximos meses dependerá, num grau muito considerável, das iniciativas a empreender por Takeo Fukuda.

RAPTO DE "TUPOLEV"

Sequestradores entregaram-se e podem ser extraditados

. A táctica de desgaste adoptada pelas autoridades finlandesas desde o começo do desvio de um avião soviético para o aeroporto de Helsínquia, deu bons resultados: os dois piratas do ar, cidadãos soviéticos de cerca de 20 anos de idade renderam-se finalmente à Polícia depois de terem ocupado o avião — um «Tupolev» da companhia Aeroflot — durante mais de 36 horas.

Os seus reféns, cerca de 70 passageiros e 6 membros da tripulação tinham sido libertos ou tinham conseguido fugir durante o dia de ontem e na noite de ontem para hoje.

Até ao último momento, os dois piratas do ar tentaram, ameaçando por várias vezes fazer explodir o avião, obter das autoridades finlandesas um avião que os conduzisse à Suécia ou a um outro país ocidental.

As autoridades finlandesas — 5 membros do Governo, entre os quais os ministros do Interior e dos Negócios Estrangeiros que desde ontem se encontravam no aeroporto — puseram constantemente como condição a libertação dos reféns e o desarmamento dos piratas antes destes serem transferidos para outro avião.

O governo finlandês tinha decidido, antes mesmo que as negociações com os piratas fossem interrompidas ontem à noite, evitar a todo o custo recorrer a meios violentos.

A rendição dos piratas fez-se em dois tempos: um deles saiu do avião e entregou-se aos polícias às 4 horas TMG e o segundo pirata seguiu o seu exemplo uma hora mais tarde. Estão ambos a ser interrogados pela Polícia, no aeroporto.

Ainda não se conhece a decisão do governo finlandês mas pensa-se que os dois piratas serão extraditados para a União Soviética, com a qual a Finlândia tem acordos neste sentido.

Terminou o conflito do "Parisien Liberé"

O acordo concluído ontem em Paris entre Claude Bellanger, presidente do Conselho de Administração do quotidiano «Parisien Liberé», e o Sindicato do Livro CGT., põe ponto final num grave conflito que se arrastou durante mais de 27 meses e que perturbou por várias vezes o conjunto da Imprensa francesa provocando numerosos incidentes.

Este acordo prevê nomeadamente, segundo o Sindicato do Livro, a reintegração de uma parte dos trabalhadores despedidos pela direcção do «Parisien Liberé» e a colocação de alguns deles em empresas de Imprensa parisienses. Estão previstas também nas cláusulas financeiras, mudanças nos salários e o pagamento de diversas indemnizações.

Foi no dia 3 de Março de 1975 que o então presidente do Conselho de Administração do jornal, Emilien Amaury, decidiu «modificações técnicas» no fabrico e na distribuição do quotidiano, as quais se traduziam no desemprego de 52 jornalistas e de 233 tipógrafos. Nesta época o «Parisien Liberé» tinha uma tiragem de mais de 900.000 exemplares, 1,5 milhão de leitores e empregava 600 trabalhadores. Em Janeiro de 1977 Emilien Amaury morreu num acidente, sucedendo-lhe Claude Bellanger, o qual pôs ponto final às negociações tendo sido estabelecido um acordo ontem entre as duas partes.

Este foi o mais longo conflito até hoje registado na Imprensa francesa.

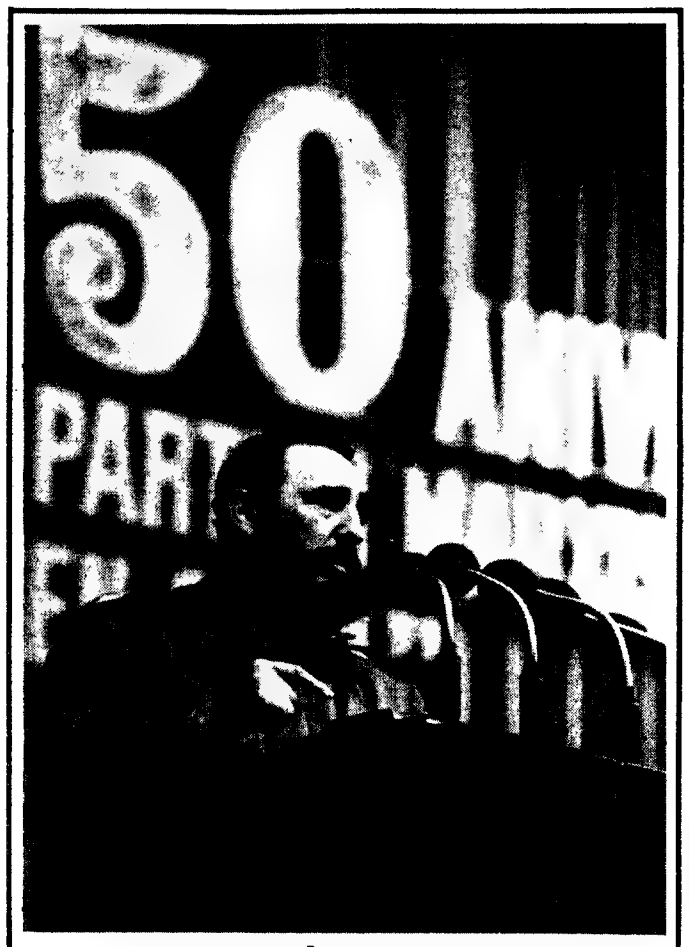
Dólar e libra em baixa acentuada

Os mercados de câmbios tiveram ontem mais um dia agitado, acusando o dólar e a libra nova baixa, enquanto que o franco francês, que mantinha a sua paridade em relação às divisas fortes começou a ressentir-se.

Foi importante, em todas as praças, a queda do dólar e da libra. Em Francoforte, a divisa americana atingiu o seu nível mais baixo desde Março de 1975 com uma cotação de 2,288 contra 2,308 sexta-feira. Em Paris, atingiu também o seu nível mais baixo desde Julho de 1976, tendo fechado a 4,858 contra 4,877. Em Zurique desdeu para 2,409 contra 2,424 ao fim da manhã, e, segundo os cambistas, poderá ficar abaixo dos 2,4.

A libra também recuou especialmente em Paris, onde foi cotada a 8,35 contra 8,39.

O franco francês, pelo seu lado, parece estar a tornar-se o novo alvo dos especuladores e perde terreno frente a moedas fortes como o franco suíço, o florim e o marco alemão, tendo este ultrapassado em Paris a barreira dos 2.12 francos.



FIDEL CASTRO À "VEJA"

"Solidariedade com a África é sagrada"

. Numa entrevista concedida ao importante semanário brasileiro «Veja», o primeiro-ministro cubano Fidel Castro declara que não se põe a questão da retirada das tropas cubanas em Angola se os americanos levantarem o seu bloqueio económico. A solidariedade de Cuba com a África é «sagrada» afirmou o «leader» cubano.

«A situação é pelo menos curiosa, disse: põe-se-nos como condição a retirada das nossas forças de África, enquanto que no nosso próprio território, na base de Guantanamo estacionam, contra a nossa vontade, milhares de soldados americanos». Fidel Castro acha que os Estados Unidos têm a obrigação moral de levantar o bloqueio económico imposto a Cuba. Este bloqueio é uma decisão injusta, arbitrária, que viola a liberdade do comércio tão defendida pelos próprios americanos».

O presidente Carter parece-lhe ser «um homem sincero» mas Fidel Castro apenas aprova a sua política a favor dos Direitos do Homem se ela significar «a recusa de apoiar os regimes fascistas, no estilo chileno».

Em resposta a uma pergunta, Fidel Castro indicou que punha em primeiro lugar a paz em Angola antes do reforço da revolução cubana.

É por isso que Cuba não poderá ajudar militarmente os rebeldes do Shaba, apesar do primeiro ministro cubano considerar «o governo colonialista de Mobutu como um governo de sanguinários e de ladrões». Quanto à Etiópia, Fidel Castro desmentiu o envio de tropas cubanas. «Até ao momento, disse, apenas enviamos para lá 140 médicos e pessoal paramédico».

Evocando a situação cubana interna, Fidel Castro precisou que há entre 2000 a 3000 prisioneiros políticos em Cuba.

«Nós não praticamos a tortura, acrescentou, mas lembrou que o regime cubano condenara e fuzilara os «maiores torcionários» da ditadura de Batista.

Fidel Castro acrescentou que a primeira unidade de produção de energia nuclear entrará em funcionamento em Cuba entre 1983 e 1984. «Até ao momento não temos em vista o fabrico de uma bomba atómica» disse finalmente Castro.

PALMA DE MAIORCA E BENIDORM

Partidas todas as 4.as-feiras
de 8 de Junho
a 28 de Setembro

PALMA DE MAIORCA
8 dias desde 5.140$00
15 dias desde 8.500$00

BENIDORM
8 dias desde 5.580$00
15 dias desde 9.800$00

Incluindo viagem aérea LISBOA/PALMA DE MAIORCA/LISBOA ou LISBOA/BENIDORME/LISBOA em aviões TAP. Alojamento em Hotel escolhido em regime de pensão completa em quartos c/ banho privativo. Transporte aeroporto/hotel/aeroporto. Descontos especiais para crianças. Assistência permanente por um delegado da BUISSON.

★

BENIDORME — só estadia, utilizar transporte próprio.

CONSULTE
BUISSON
VIAGENS TURISMO
RUA BRAAMCAMP, 15-D
Tels. 56 03 88/4 04 59/4 04 68
Telg. BUISTOUR-Telex 12762
UMA AGÊNCIA MODERNA COM MAIS DE 50 ANOS DE EXPERIÊNCIA

Hoje

Os Marretas

TUDOR
BATERIAS · PILHAS

I PROGRAMA

18.45 **Abertura e Peço a Palavra** _ Quando tiver um filho.
19.20 **«1, 2, 3... é a Tua Vez»**
19.40 **Telejornal** _ Flash
19.45 **Fila T** _ Magazine de Teatro.
20.20 **«Gabriela»** _ (41.º episódio» telenovela baseada na obra de «Gabriela, Cravo e Canela» de Jorge Amado. Adaptação de Walter Durst. Realização de Walter Avancini. Produção da Rede Globo de Televisão.
21.00 **Telejornal** _ 1.ª edição
21.35 **Os Marretas** O famoso «muppet show» da televisão Independente Britânica. Artista convidado: Brucle Forsyth.
22.10 **Mosaico**
23.30 **Telejornal** _ 2.ª edição.
23.50 **Fecho**

Amanhã

I PROGRAMA

18.45: Abertura e «Catarina prega partidinhas», «Alice e o seu cão de cristal» **19.05**: Abre-te sésamo «Os Sinos». «A Princesa e a bolacha», «Egas Becas e os Fusíveis», «Tobias e a Sanduiche»; **19.35**: Vamos Jocar no Totobola; **19.45**: Telejornal — flash; **19.50**: Caminhos do Futuro; **20.20**: «Gabriela — telenovela da obra «Gabriela, Cravo e Canela», de Jorge Amado Adaptação de Walter Durst Realização de Walter Avancini. Produção da Rede Globo de Televisão **21.00**: Telejornal — 1.ª edição; **21.35**: Inventário Musical; **22.15**: Corrida de Touros TV no Campo Pequeno; **00.05**: Telejornal — 2.ª edição; **00.25**: Fecho.

PARA REPARAÇÃO DO SEU TV
SOS - CLÍNICA DE TELEVISÃO
COM RADIO TELEFONE PARA MAIOR RAPIDEZ E EFICIÊNCIA
DESLOCAÇÃO E ORÇAMENTO GRATIS — SERVIÇO PERMANENTE
Telefs. 88 27 86 - 89 98 26
Avenida S. João de Deus, 13-B Rua Macau, 8

Canal da Crítica

MÁRIO CASTRIM

CORNÉLIA: AO PÉ DAQUELE SILÊNCIO — TUDO O MAIS É SILÊNCIO...

Era uma claque ruidosa e bem organizada, aquela do *Villaret*. Apoiava o seu candidato, batia palmas por tudo e por nada, uma claque feliz, no fervor de gozar as graças do seu menino prodígio.

Também sabia agredir. Também sabia fazer tudo para enervar, para desequilibrar o «adversário». A clubite é assim, são assim os fenómenos dos grandes meios de manipulação de massas. Temos a luta colossal entre o Carter e o Ford ou entre o Benfica e o Sporting — ou entre o Assis Pacheco e o Lucena...

Enfim, o que é preciso é que os meninos estejam entretidos. E não pensem. Isso: sobretudo que não pensem. Isto de pensar é uma chatice, uma pessoa habitua-se e depois dá bronca que nem é bom pensarmos nisso...

...De súbito, nasceu um grande silêncio no *Villaret*. Era uma árvore que crescia, que estendia os ramos sobre o teatro, sobre a cidade, sobre o País. O silêncio invadiu todas as salas, todas as casas, todas as povoações. Ninguém podia calar esse silêncio. Ninguém podia fugir a esse silêncio. Nenhuma censura, nenhuma ameaça, nenhuma nota oficiosa podia ontem proibir esse silêncio.

É o que acontece quando o jogador da História entra na grande área e se adivinha golo.

O JÚRI SALVOU-SE POR UM TRIZ

Chato. Não queria terminar a nota assim. Queria terminar com mais ênfase, com mais eloquência, com mais complexo de vitamina B. O poema de Assis Pacheco que me desculpe. Mas cada qual remata ao golo da sua maneira.

Ninguém duvida hoje. O poema contra a guerra colonial não falava só da morte do soldado Bento: falava-nos da libertação da nossa Pátria, falava-nos da grande conquista, da primeira irreversível conquista do 25 de Abril. A comoção de Raul Calado vestiu-se de inteligência política para recordar a alguns portugueses que os seus filhos não morrerão mais numa guerra injusta, ou ficarão mutilados, inutilizados, destruídos.

Na classificação, o júri esteve absolutamente correcto. Qualquer mínimo desvio dessa correcção, seria escandaloso. Seria a degradação do concurso. Seria a morte da Cornélia.

O júri salvou-se a si próprio.

AINDA O JÚRI

Desde há semanas que se falava num tal Lucena que ia desbancar o Assis Pacheco. Um tipo formidável capaz de, assistido por, dotado com. Favas contadas: o Fernando Assis Pacheco podia arrumar as botas.

Para mim, era igual ao litro.

Ké lá saber, eu estou de costas, como o leão do Marquês de Pombal. A minha amizade por Fernando Assis Pacheco não vai tão longe que me leve a terçar armas por ele numa guerra de alecrim e manjerona. Na vida dele, isto não passa de um acidente. Daqui a muitos anos vão admirá-lo, certamente, mas não por causa da *ornélia*. Juro pela minha saúde.

A verdade é que os prognósticos se mostravam totalmente infundados à luz de um critério menos flutuante do que o deste júri. Um júri capaz do melhor e do pior. Um júri que tarda a encontrar-se.

COMPORTAMENTO E PEDAGOGIA

Naturalmente que, como já o poeta Vasco Costa Marques nos ensinara há anos, muita gente possui a tendência de explicar a doença do rato, pelo gato. Algumas pessoas, hoje, serão tentadas a dizer que o júri, esse malandro, claro que torciam pelo Assis Pacheco, viu-se logo, política no caso, estão a perceber...

A verdade é outra. Se compararmos as classificações do júri nas provas em que participaram os dois concorrentes, verifica-se que o júri deu mais 5 pontos a Gonçalo Lucena...

E aqui, se por um lado quebram os dentes da malícia e da calúnia, por aqui se mostra a debilidade de um júri incapaz de ver a diferença abissal entre dois comportamentos, entre duas pedagogias. O mesmo júri, que entendeu a mensagem de um poema, não entendeu a mensagem de um concorrente!

Foi o acaso quem salvou da derrota este júri. Se alguém se pode queixar do júri é Fernando Assis Pacheco.

O resto é blá-blá da inconsciência.

O FÁCIL, O DIFÍCIL E OUTRAS COISAS

Com isto não pretendo retirar certos méritos ao concorrente Gonçalo Lucena — particularmente se quiser utilizar o argumento tantas vezes invocado pelo júri: ele faz coisas que eu não seria capaz de fazer, portanto toma lá 10, ou 12 ou mesmo 15...

Gonçalo Lucena pratica ao nível da escola. Aprendeu a. Praticou. Sabe de mecânica, não sabe de segredo. Repete, não inventa. Alguma ideia que tenha enfraquece-a, não a desenvolve feliz ter encontrado uma ideia. Pode talvez fazer rir: é o mais fácil. Nunca foi capaz do mais difícil: fazer sorrir.

Na sua intervenção teve um rasgo original com aproveitamento televisual que o realizador desperdiçou: a leitura do tema (medíocre) paralela às ilustrações.

Ficou-se por aí. A dança, ao destruir-se o *pas-de-deux* (imagine-se o que seria de bom clownismo o Lucena de bailarino clássico, em lugar de travestido!) virou palhacice sem significado.

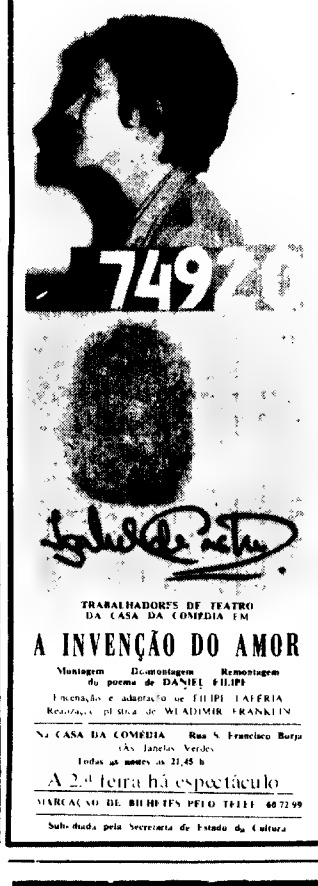
A rapsódia das canções da Eurovisão não possuía nenhuma originalidade, como diria Raul Calado: não lhe deu a volta. Pois o júri gostou muito da pessegada e classificou à brava!

As imitações deixam a desejar, como tal deveriam ser encaradas com benevolência, sim, mas não com aquele furor uterino que atacou todo o júri, com excepção, mais uma vez, para Maria Leonor, que teve palavras simpáticas mas se ficou por um justíssimo 8 — enquanto Calado subia aos 12, Maria João e Sttau Monteiro aos 14 e Paulo Renato trepava ao máximo: nada mais que 15...

Loucura perfeita!

O mesmo se dirá, por exemplo, do teatro. Nenhuma graça, nenhuma capacidade de representação, nenhum golpe de asa. A invenção ficou-se em romanizar a acção — mas sem retirar nenhuns dos efeitos possíveis. Uma nova epidemia de tontice passa pelo júri: dos 12 de Renato (ó Renato, você nunca mais perde a mania dos extremos. Você ensina tão bem e julga tão mal...) aos 14 da Leonor, houve de tudo.

Continua na pág 14

«Só até dia 17.»


TRABALHADORES DE TEATRO DA CASA DA COMÉDIA EM
A INVENÇÃO DO AMOR
Montagem Desmontagem Remontagem do poema de DANIEL FILIPE
Encenação e adaptação de FILIPE LAFÉRIA
Realização plástica de WLADIMIR FRANKLIN
Na CASA DA COMÉDIA Rua S. Francisco Borja (Às Janelas Verdes)
Todas as noites às 21,45 h
A 2.ª feira há espectáculo
MARCAÇÃO DE BILHETES PELO TELEF. 60 72 99
Subsidiada pela Secretaria de Estado da Cultura

ÚLTIMOS ESPECTÁCULOS!
1383
grupo de campolide
Às 21,30 todas as noites.
excepto ao Dom. e Seg.
Dom. à tarde às 16 h.
Não acons. a m/ 13 anos.
4º MÊS!
só até 31 julho
TRINDADE INATEL

TEATRO
ABC
Sérgio Azevedo
Tel 366745
Domingos Feriados
Matinées 16 horas
2.ª-feira não há
Apresenta
Hoje, 20.30 e 22.45 horas
O Sucesso do Ano!
O Espectáculo do Ano!
A Revista do Ano!
(A única em cena)
EM ÁGUAS DE BACALHAU

IVONE SILVA
em FIFI da Televisão
OCTÁVIO DE MATOS
VERA MÓNICA
SIMÃONE DE OLIVEIRA
VICTOR MENDES
ABC DANCER'S
A ÚNICA REVISTA EM CENA A PROVAR UM GRANDE ÊXITO

TEATRO LAURA ALVES
rua da palma Tel. 864756
UMA COMÉDIA DE José Vilhena
CALCINHAS AMARELAS
com
IRENE ISIDRO
BARROSO LOPES
MANUELA MARIA
LUIZ HORTA
CARLOS MIGUEL
TEREZA ZILOC
MARIA JOÃO
PAULA LIMÃO
5.º MÊS
MAIS DE 55 000 PESSOAS JÁ VIRAM ESTAS CALCINHAS
a mais divertida comédia portuguesa dos últimos 50 anos
Todas as noites às 21,30
Matinées: domingos às 16 h.
(à 2ª feira não há espectáculo)

teatro do bairro alto
R. Tenente Raul Cascais 1-A (ao Rato)
Tel. 66 15 15. 66 92 05

Hoje e todas as noites às 21.30 h
Sábados às 18 e 21.30 h
Domingos só às 18 h
Descanso às 2.as feiras
M/13 anos

HÓQUEI EM CAMPO: "EUROPEU" DE JUNIORES

Portugal apurado para a fase final

Inesperada e sensacionalmente, a selecção portuguesa de juniores classificou-se para a fase final do Campeonato Europeu da categoria, que decorrerá em Solkstone (Inglaterra), entre 15 e 18 de Setembro próximo. Na mesma fase estarão também presentes as equipas representativas da Áustria, Holanda e Inglaterra, faltando ainda conhecer os outros dois finalistas.

Para isso (para ter o direito a tão honrosa presença) a equipa nacional de juniores de hóquei em campo derrotou, sábado, sensacional e inesperadam e nte a Itália (2-1), após ter empatado na sua primeira prestação, contra a França, em Santa Vitória de Alba, na Itália. Se o empate perante os gauleses, os favoritos desta fase de ap u r a mento, foi ex trao r dinário. a vitória contra os transalpinos, na sua própria terra, constituiu surpresa e rendição. Esse triunfo e consequente apuramento (é necessário assinalá-lo) apareceram no encontro decisivo, já depois dos italianos terem ganho, de forma não menos inesperada e surpreendente, aos franceses, por idêntica marca (2-1).

Já contra os gauleses a nossa equipa deu um ar de graça que não se aguardava, e podíamos muito bem (com mais sorte) ter superado os nossos opositores. Isso não sucedeu, mas, no «teste» decisivo, quando a questão tinha de ser decidida entre Portugal e a Itália, aconteceu a demonstração que o primeiro encontro adiara, e foi um espectáculo que os dois golos de Macedo coroaram.

Para a posteridade, e pelo menos até Solkstone, aqui ficam os homens que alcançaram o nosso apuramento para a fase final: Madeira (Sport), depois Maximino (Cascais); Litos (Ramaldense), Pinho (Ramaldense), Alcino (Futebol Benfica) e Rui Póvoas (F. C. Porto); João Baptista (Ramaldense) e Macedo (F. C. Porto); Agostinho (Ramaldense), depois Daniel (Leixões), Fernandes (Benfica), João Rodrigues (Belenenses) e Paulo Caramalho (Sport).

PORTUGAL

ALENQUER

A Sociedade Recreativa do Camarnal (Alenquer) leva a efeito, sábado, no campo do Sport Alenquer e Benfica, e por gentileza deste, um «sensacional encontro» entre as equipas do Sport Lisboa e Saudade (integrado de alguns ex-internacionais) e uma selecção do concelho de Alenquer, formada por atletas dos três clubes representados nos «Regionais» da AFL, a lembrar: SA Benfica, CRRC Merceana e AD Carregado. Manuel Lima da CRL arbitrará a partida. Depois da atribuição das taças em disputa haverá, às 22 horas, um baile animado pelo conjunto «Típico Torreense», na sede da SR Camarnal.

CICLISMO

António Cristóvão, do Manique, é o campeão nacional de fundo em seniores de 3.ª categoria. Agripino Marques, do Baixa da Banheira, e Jose Mateus, do Bombarralense, ficaram nos lugares imediatos da prova, que se disputou no tradicional circuito das Voltas à Gafa, numa extensão de 132 quilómetros. Tito Timóteo, também do Bombarralense, ganhou, por seu turno, o 3.º Circuito da Manchoeira, para as categorias de seniores de 3.ª categoria e juniores, em luta com mais 28 ciclistas. Georgino Seixas ainda do Bombarralense, e Manuel Albuquerque, do Manique, classificaram-se nos lugares de honra.

LÁ FORA

PRESENÇA

Foi meritória a actuação dos ciclistas portugueses no Campeonato Mundial de Estrada, em juniores, disputado em Wolksdorf, na Áustria. O belga Ronny Van Hollen, mercê da sua excelente ponta final, triunfou na prova, deixando o sueco Ove Carlsson e o suíço Menzi 52 segundos, com 3 horas, 18 minutos e 22 segundos. Dos 142 ciclistas que alinharam à partida apenas 82 cortaram a meta, entre eles os portugueses António Adão, em 15.º, a 2m e 53s do vencedor, José Fernandes, em 27.º e Diamantino Vaz, em 30.º, com o mesmo tempo do vigésimo (3h 20m e 51s) e ainda Florentino Mendes e António Mendes, respectivamente em 48.º e 57.º, com 3h 20m e 59s. José Maia, campeão nacional de juniores, foi o único português que não concluiu a prova, que tinha 126 quilómetros de extensão.

Auto-Rádios PHILIPS

Para além da excelente sonoridade e captação, oferecem-lhe GRÁTIS

1 __ Lavagem completa do seu automóvel
1 __ Lavagem completa dos estofos

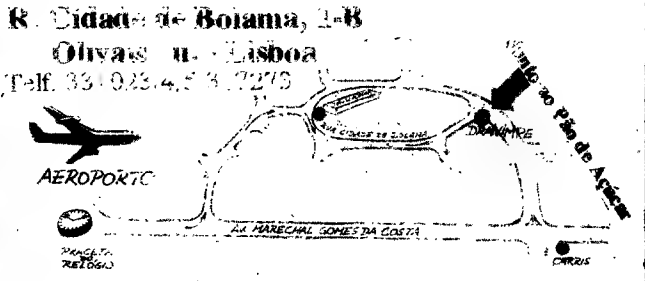
Na compra de qualquer modelo PHILIPS incluindo a gama de leitores de cassettes em estéreo.

Compre na

draivimpe

uma oficina especializada

R. Cidade de Bolama, 2-B
Olivais N. - Lisboa
Telf. 33 10 23, 4, 5 e 6 72 70



Philips faz parte da sua vida

Quase toda a equipa da «Fiat», dirigida por Geminiani e Robert Lalangue (um francês e um belga), com Eddy Merckx na vanguarda, como que a antever a ascensão do «campeonissimo» ao primeiro lugar do «Tour». Os Alpes ainda estavam longe, na altura, mas, hoje, é questão para dois dias

VOLTA A FRANÇA EM BICICLETA

Monotonia antes dos Alpes

José Martins, em 21.º Joaquim Agostinho em 28.º e Fernando Mendes em 34.º: eis os postos alcançados pelos três representantes portugueses na décima etapa da Volta à França efectuada ontem, entre Bagnoles-le-Orne e Rouen, na distância de 174 quilómetros. O veterano Den Hartog, actual campeão da Holanda e membro da Frisol, que há sete anos na mesma ligação, arrancou decisivamente para ganhar o «Tour de l'Avenir», para nós, a «Volta do Futuro», escapou-se ao pelotão alcançando a meta na «cidade dos automóveis» com cerca de vinte segundos de vantagem sobre o bloco.

Há ainda 94 ciclistas em prova. Noventa e quatro homens, que como ontem previramos e hoje reafirmamos, em jeito de prognóstico, se prepararam para as alturas, para os estirancos dos Alpes serpenteantes (ou torcicolantes?), com ravinas dos lados e despenhadeiros em baixo. Vale isto por dizer que passados os Pirinéus sem dúvida a «peneira» que colocou, para já, os melhores homens nos primeiros quinze lugares, e uma ou outra etapa, como a de domingo, que provocaram sacudidelas na tabela, são os primeiros «cols», nos Alpes, que decidirão a questão vital a vitória no «Tour», onde Merckx ganhou cinco vezes, e Thévenet, Van Impe e Zoetemelk têm cada um o seu triunfo. Para além destes, nos dez primeiros lugares, e como candidatos aos louros finais, outros homens, nomeadamente Thurau (o líder), Hennie Kuiper, Galdos, Laurent, Meslet e Villemiane. Mas, como aspirantes-maiores à vitória final, sem dúvida, que restam três: Merckx, Thurau, Thévenet. Exactamente por esta ordem (para nós).

Fedor Den Hartog venceu a etapa de ontem, seguindo-se-lhe na chegada Danguillaume, Chassang, Van Linden, Esclassan, Karstens, Peter Thaler, Van Katwyck, Theillinjnck, e Délepine, isto é, todo o escol dos ponta-finais, onde, surpreendentemente, não se encontram Patrick Sercu e Santambrogio. Porquê?

Martins foi o terceiro na etapa de Faraulon (1.ª categoria) arrecadando um ponto. Torres ganhou aquela contagem seguido de Van Impe. Outras duas, da mesma categoria (Vaspierre, e Bosrobert) foram vencidas por Torres (ainda) com Van Impe, o «leader» logo a seguir e Thurau no 3.º posto, e por Kuipper logo seguido de Van Impe (ainda) e Torres, isto é, os três melhores (e mais pontuados) trepadores. Na geral da modalidade, Van Impe ampliou a sua diferença em relação a Kuipper, segundo classificado, agora com 87 pontos contra 101 do pequeno e veterano belga. Por equipas, temos, pela ordem, Raleigh, Mercier e Kas, enquanto que por pontos o belga Rik Van Linden, continua na chefia com 127 pontos, e Esclassan em segundo com menos cinco. Nas metas-volantes Van Linden, é também o primeiro e Villemiane logo a seguir, com menos 10 pontos (33).

Tudo como dantes na geral-individual, com Thurau no primeiro posto (61 horas, 21 minutos e 6 segundos), Merckx a 51 segundos, Thévenet a 1 m. e 22 s., Kuipper a 1 m. e 40 s., Meslet, em quinto lugar, a 2 m. e 9 s., Van Impe a 2 m. e 15 s., Galdós, em sétimo, a 2.47, Laurent, Villemiane e Zoetemelk, este em décimo, a 3 m. e 40 s., José Martins é o 16.º a 13 m. e 4 s., Agostinho o 24.º a 21 m. e 48 s. e Mendes o 48.º a 29 m. e 34 s. O último é o belga In't Ven, da Bianchi (equipa italiana), em 94.º e a 1 hora, 6 minutos e 7 segundos.

ICKX E MASS GANHAM "6 HORAS DE WATKINS"

Jochen Mass e Jacy Ickx, dupla germano-belga formada por dois dos melhores voltandes da Fórmula 1 (o primeiro da equipa da MacLaren e o belga da Ferrari), pilotando um «Martini-Porsche 935» venceram as «Seis Horas de Watkins Glen», quinta prova do Campeonato do Mundo de Construtores. O piloto alemão, segundo classificado da MacLaren na Fórmula 1, pulverizou ainda o recorde da volta mais rápida do circuito de 5434 quilómetros, com a média de 172,71 quilómetros por hora. A superioridade dos modelos da Porsche foi praticamente total, pois colocou aquela marca doze «bólides» na primeira dúzia da geral-final.

Classificação dos dez primeiros: 1.º, Jochen Mass-Jacky Ickx, «Porsche 935», 173 voltas; 2.º, George Follmer-Brett Lunger «Porsche 935», 170; 3.º, Hurleé Haywood-Bob Hagestad «Porsche 934», 169; 4.º, Johnny Rutherford-Dic Barbour «Porsche 934», 166; 5.º, Danny Ongais-Ted Field «Porsche 934», 165; 6.º, Peter Gregg-Claude Ballot-Lena, John Gunn «Porsche 934», 163; 7.º, Monte Shelton-Robert Frostrom «Porsche Carrera RSR», 162; 8.º, Ludwig Heimrath-Paul Miller «Porsche 934», 160; 9.º, John Wood-Bob Lazier «Porsche 911» 158 10.º, Janet Guthrie-Randy Lewis «Porsche 934», 157.

Entretanto, em França (Nogaro), René Arnoux, tripulando um «Renault», foi o vencedor do Grande Prémio de Nogaro de Fórmula 2 anteontem disputado. Depois de ter comandado desde a partida, Arnoux fez hora 20 minutos e 42,60 segundos nas 65 voltas ao circuito, à média horária de 150 quilómetros. No segundo lugar ficou o italiano Ricardo Patrese em «Chevron BMW», com 1.21.10,29, enquanto o brasileiro Ingo Hoffmann, tripulando um «Rait BMW», foi o terceiro classificado, com 1.21.22,13. Depois desta prova a classificação do Campeonato Europeu de Condutores de Fórmula 2 ficou assim ordenada: 1.º, René Arnoux, França, 39 pontos; 2.º, Ricardo Patrese, Itália, 31; 3.º, Eddie Cheever, EUA, 30; 4.º, Bruno Giacomelli, Itália, 23 e 5.º, Didier Pironi, França, 20.

Por outro lado, perto de Adenau, na RFA, Gunnar Nilsson, da Suécia, e Dieter Quester, da Áustria, tripulando um «Alpine-MBW» foram os vencedores das «4 Horas de Nuerburgring», prova a contar para o Campeonato Europeu de Carros de Turismo. A classificação da prova, que assinalou o regresso da «Jaguar» às competições, depois de vinte anos de ausência, foi a seguinte: 1.º, Gunnar Nilsson, Suécia-Dieter Quester, Áustria, «Alpine-BMW 3.0 CSL» __ 27 voltas 4.03.42,2 horas __ média de 151,8 km; 2.º, Dereck Bell-Andy House, Grã-Bretanha, «Jaguar XJ 5.3 C» 4.06.10,5 e 3.º, Hans Heyer-Armin Hahne, RFA «Zakspeed-Escort», a uma volta.

TOTOBOLA

Jogue connosco

1 Amsterdão	Vojvodina	1
2 Standard Liège	Twente	1
3 Frankfurt	Innsbruck	1
4 Estrigue	Bratislava	X
5 Austria	Crasshoopers	X
6 Hamburger	Slavia Sófia	1
7 Versóvia	Young Boys	1
8 FREM Copenhaga	Rijeka	1
9 Litlestrom	Linz	X
10 Grecia	Zaglebie	2
11 Sl. Bratislava	Ad. Viena	1
12 Oster	A. Salzburgo	X
13 Pogon	Sturm Graz	2

FÉRIAS / 77

Madeira
8 dias, desde 4.100$

Londres
4 a 8 dias, desde 6.500$

Marrocos
Tanger o Casablanca o Cidades imperiais
4 dias, desde 2.980$

Açores
8 dias, desde 4.950$

Palma de Maiorca
8 ou 15 dias, desde 6.440$

Benidorm
8 ou 15 dias, desde 6.510$

Costa del Sol
Torremolinos, Fuengirola Benalmadena, Marbella
8 ou 15 dias, desde 4.820$

Las Palmas
8 dias, desde 5.430$

Algarve
Uma ou mais semanas nas belas praias algarvias

Reserve já as suas FÉRIAS 77

VIAGENS RAWES

Lisboa-Correspondência R Bernardino Costa, 47 Expediente, Trav. do Corpo Santo, 15 Tel 370231 Faro-Rua Conselheiro Bivar, 72 Tel 23165/6

Canal da Crítica

Continuação da pág 12

Enfim, uma tristeza de júri que, ao classificar tão pelas núvens, promoveu a superficialidade, a rotina, o snack-tasca dos pastéis de bacalhau sem bacalhau nenhum lá dentro.

Muito mau serviço prestado à televisão, meus senhores. Gonçalo Lucena terá seus méritos, mas não serão esses os que mais interessa fomentar junto de quatro ou cinco milhões de pessoas.

A LÚCIDA EMOÇÃO

Fernando Assis Pacheco lá está sentado no pódio, a suar em bica — sim, porque para cumprir biblicamente, tudo ganhou com o suor do seu corpo e da sua inteligência.

O público não vai esquecer o seu teatro de fantoches — essa admirável lição do que se pode fazer com meios tão precários. O público não vai esquecer o seu poema criador do maior silêncio que já houve nesta televisão de há meses a esta parte. O público não vai esquecer a sua canção, musicalmente tão moderna (oh, Calado!) politicamente tão interessante (Maria João, ainda não reparou como o seu moralismo começa a enjoar?) e tão capaz de nos convencer a todos a *inventar uma canção*.

Muitas cartas me foram dirigidas no sentido de eu meter *cunhas* à televisão para se repetirem alguns números de Assis Pacheco na primeira sessão. Não as publiquei nem as dirigi à RTP por saber a nenhuma validade das minhas **cunhas**.

Mas o facto vale como sintoma. Das intervenções de Assis Pacheco, muitas podem sobreviver — e eu cá, se tivesse uma casa editora de discos, era canja! Isto aponta para a importância de uma pedagogia orientada para a invenção, para a criação, para a inteligência, para o divertimento anti-símio, para a intervenção no real quotidiano, para a graça de olhos abertos que fala da vida, e não de olhos fechados que pinga um fado lamecha ou provoca um riso de orelha a orelha até se verem as cervicais. Que aponta para a emoção, ao serviço de uma TV redentora, e não para a emulsão de uma TV macaqueadora.

Este devia ser o terreno firme de classificação de um júri. Terreno de que muitas vezes se afasta, infelizmente. Ao pontuar mais Lucena que Assis, provou o júri que alguma coisa vai mal no reino do Villaret.

Quatro absolvições no caso da morte de Alexandrino de Sousa

Por falta de provas foram ontem absolvidos na Boa Hora os elementos acusados de envolvimento nos incidentes que se registaram em Outubro de 1975, entre elementos ligados à UDP e militantes do MRPP, dos quais resultaram a morte de Alexandrino de Sousa e ferimentos noutros indivíduos afectos ao MRPP.

O juiz Joaquim Grave, que presidiu ao julgamento, considerou não provado que os ferimentos produzidos nos queixosos tivessem sido produzidos pelos réus, embora estivesse provado que estes se encontravam munidos de instrumentos contundentes, nomeadamente barras de ferro.

Os réus eram Luís Filipe Caldeira Pereira, serralheiro mecânico, Manuel Leonardo de Jesus Condesso, electricistas, Rui Manuel de Almeida Paisano, engenheiro técnico, e Valdemar António Moreira Madeira, mecânico.

tempo

Situação do tempo
09.00 H.

Em Portugal Continental o céu estava muito nublado, havia neblinas em várias regiões a norte do Tejo e pouco nublado ou limpo a sul deste rio e o vento era fraco.

TEMPERATURAS EXTREMAS

ELVAS
Máxima 27,5º

PENHAS DA SAÚDE
Mínima 6.º

PREVISÃO GERAL ATE ÀS 24 H. DE AMANHÃ

Nas regiões a norte do Tejo; céu muito nublado; neblinas matinais; vento fraco. Céu pouco nublado ou limpo; vento fraco a moderado de Noroeste nas regiões a sul daquele rio.

TEMPERATURAS DO AR

09.00 H

PORTO	17º
PENHAS DOURADAS	10º
COIMBRA	17º
PORTALEGRE	17º
LISBOA	20º
SAGRES	17º
FARO	22º
PONTA DELGADA	19º
FUNCHAL	20º

MARÉS DE HOJE

PREIA-MAR		BAIXA-MAR	
0.13	3,4	5.54	1,6 m
12.41	3,5 m	18.25	1,6 m
DIA 13			
1.04	3,5 m	6.37	1,5
13.28	3,6 m	19.06	1,4 m
DIA 14			
1.49	3,6 m	7.16	1,4 m
14.09	3,8	19.06	1,4 m

AMANHÃ

NASCER AS 6.22
OCASO AS 21.02

DIA 16 DIA 23 DIA 30 Dia 6

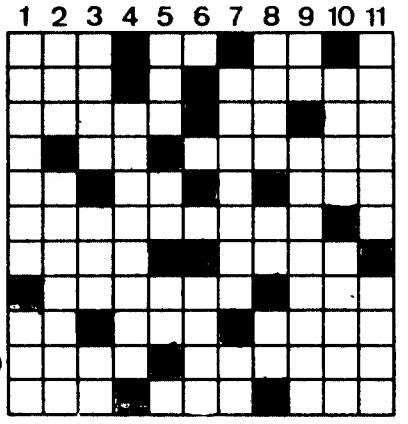
palavras cruzadas

COM PROVERBIO

PROBLEMA N.º 11787

HORIZONTAIS:

1 Recusa Tempo do verbo haver. Gálio (s.q.)
2 Pedra de altar. Paladar.
3 Mulato Átomo O lado do vento. (invl.
4 Hospedaria oficial na China. Arruinai.
5 Nota musical Senhor. Ave pernalta.
6 Adoptarias.
7 Curo. Pronome demonstrativo.
8 Antiga medida agrária. Fedor.
9 Apelido. Acento. Prender com elos.
10 Engano. Acima!
11 Ruins. Emprega. Preposição e artigo.



VERTICAIS:

1 Cidade de Itália. Preposição.
2 Arara. Ocultara.
3 A Pérsia (inv) Época. Reis.
4 Mágoa.
5 Tempo do verbo haver. Nota musical Isolado
6 Gostas muito de.
7 Arcanjo, que anunciou à Virgem haver ela de ser a mãe do Salvador. Batráquio.
8 Pingo Artigo definido Érbio (s.q).
9 Campeã Região da Grécia setentrional, limitada pelo Olimpo, o Pindo, o monte Eta o Ossa e o Pélion.
10 Levem à sirga Termino
11 Gigante filisteu que tinha de altura 6 côvados. Lavras.

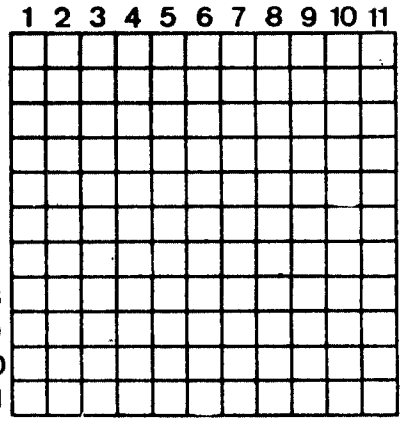
Resolveu completamente este problema?
Procure agora em segundo passatempo o PROVÉRBIO nele inscrito

NOVA MODALIDADE

PROBLEMA N.º 7848

HORIZONTAIS:

1 Cidade de Portugal. Talho.
2 Grande cão de fila. Espécie de junco que cresce nos terrenos pantanosos.
3 Chefe etíope. Preposição. Ribeira de Portugal.
4 Quarto. Bater. Utensílio doméstico.
5 Gorgulhos tropicais. Mover os remos.
6 Artigo definido. Causas amuo a.
7 Aragem.
8 Tostas. Tanger.
9 Gostava muito de.
10 Raspava. Lavram.
11 Nome de frutos. Cure.



VERTICAIS:

1 Hilota (fig). Lista.
2 Nome de homem. Reis. Amónio (s.q.)
3 Freguesia do concelho de Penafiel Ratas. Rio de Itália.
4 Porco Impressão moral Atmosfera.
5 Sadias. Guarnecia de asas.
6 Mecânica Ruins.
7 Pescada pequena.
8 Abreviatura que se usa em música. Criminoso. Ovários dos peixes.
9 Zombas Disfarça.
10 Cada um dos corpos que constituem o exército. Alteza Real
11 Entontecer. Pecado.

SOLUÇÃO DO PROBLEMA N.º 11786

HORIZONTAIS:

1 ANTES. ASSIM.
2 Pois, Sica.
3 Ava. Cãs. Sam.
4 Gesto Amora.
5 Al. Or. Ri. Er.
6 Olmo. Alas.
7 Ia. Ob.
8 QUE. P.R.J. Apa.
9 Ur. Mi. Canil.
10 Erro. Ecoa.
11 Moirama. Aro.

VERTICAIS:

1 Apaga. Aquém
2 Novelo. Urro.
3 Tias. Lie. Ri.
4 Ês. Toma. Mor.
5 Coro. Pi.
6 Fa. Br. Sm.
7 Sara. JC.
8 SS. Milo. Ae.
9 Siso. Abanca.
10 Içares. PIOR.
11 Mamar. Balão.

SOLUÇÃO DO PROBLEMA N.º 7847

HORIZONTAIS:

1 Barra. Amiga.
2 Ave. Varar.
3 Ra. Iates. Se.
4 Lãs. Uta.
5 Osas. Anal
6 El. Mau.
7 Traços. Cada.
8 Aires. Marés.
9 Rã. Assumira
10 Am. Rau. Aa.
11 Massa. Soa.

ERTICIAS:

1 Barro. Taras.
2 Ava. Seriam.
3 Ré. Calar.
4 Ceara.
5 Aral. Mossas.
6 Taras. Sus!
7 Aves. Mu.
8 Mas. Cama.
9 Ir. Untarias.
10 Gasta. Der.
11 Areal Asada

PROVÉRBIO: Antes assim que pior

CÂMARA MUNICIPAL DE LISBOA

PRESIDÊNCIA

EDITAL

N.º 52/77

Eu, AQUILINO RIBEIRO MACHADO, Presidente da Câmara Municipal de Lisboa faço saber que correm éditos de 30 dias, contados da data da segunda publicação deste Edital, intimando Georgete Eugénia Pires, residente em parte incerta, co-proprietária do prédio situado na Travessa do Meio Forte, n.º 20, para nos termos dos artigos 9.º e 10.º do Regulamento Geral das Edificações Urbanas, executar obras de reparação e beneficiação geral no referido imóvel e a cumprir com as conclusões do auto da Comissão Permanente de Vistorias de 9 de Setembro de 1976, que se transcreve na parte interessada: — «A Comissão deslocou-se ao local em referência e verificou tratar-se de um prédio muito antigo com três pisos e águas-furtadas e com uma habitação por piso. — Os alçados apresentam o reboco escalavrado e esburacado, parte caída e outra solta, as madeiras apodrecidas e sem tinta. — A escada apresenta fendas nas paredes e tecto e vários buracos. — No terceiro andar (águas-furtadas) verificam-se grandes faltas de reboco, com o fasquiado à vista, fendas nas paredes e tectos, janelas apodrecidas, sem funcionamento e manchas de humidade nas paredes e no tecto devido ao mau estado do telhado, isto em todas as divisões. Na cozinha notam-se grandes manchas de humidade nas paredes e no tecto, pronunciadas fendas nas paredes, o reboco caído em vários sítios e vidros partidos. — A Comissão é de parecer que deve ser determinada a execução urgente de obras necessárias para eliminação das deficiências verificadas para defesa das condições de segurança e salubridade dos utentes.»

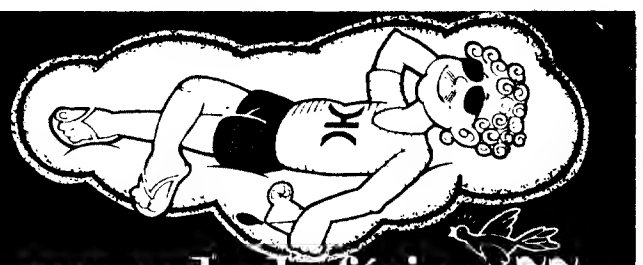
As obras deverão ser iniciadas no prazo de 15 dias findo o dos éditos e concluídas nos 30 dias seguintes.

NOTA: I — Obras isentas de licença nos termos da alínea a) do n.º 2 do artigo 1.º do Decreto-Lei n.º 166/70, devendo juntar um termo de responsabilidade.

NOTA: II — Nesta data promove-se expediente necessário para serem intimados os outros co-proprietários.

Paços do Concelho de Lisboa em 30 de Julho de 1977.

O PRESIDENTE,
Aquilino Ribeiro Machado



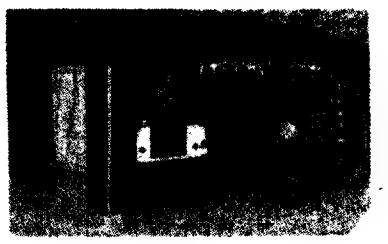
mercado de férias '77

Férias nas mais famosas praias e centros turísticos nacionais e internacionais
Transporte, estadia e taxas incluídas
Temos mais programas de férias

ALGARVE	— 8 dias —	desde 2 140$00
MADEIRA	— 8 dias —	3 100$00
ACORES	— 8 dias —	4 950$00
ACORES, MADEIRA	— 8 dias —	5 750$00
TORREMOLINOS	— 8 dias —	2 780$00
PALMA MAIORCA	— 8 dias —	4.800$00
BENIDORM	— 8 dias —	5.360$00
CANARIAS	— 8 dias —	5.430$00
MARROCOS	— 8 dias —	3 950$00
LONDRES	— 8 dias —	6 480$00
GRECIA E ITALIA	— 8 dias —	13 530$00
PAISES DO LESTE	— 8 dias —	12.850$00
CIRCUITOS DE ESPANHA	— 5 dias —	5 620$00
CIRCUITOS DA EUROPA	— 7 dias —	13 750$00

HOTELCAR AGENCIA DE VIAGENS
LISBOA — Av. da Liberdade, 107 Telefs. 369045/6 - 369178/9 - 371755/6/7/8
FARO — Rua Baptista Lopes, 58 Telefs. 25117 - 25312

"MIRA 2000"



- Suspensão totalmente apoiada em borrachas
- Montagem e desmontagem rápida (cerca de 7 minutos)
- 2 quartos de casal e sala
- Avançado incluído, único modelo do género fabricado em Portugal

HENRIQUES & CASTRO, Lda.

Sede: Estrada de Benfica, 398-A/B
Telef. PPC 783042/3 — 740525/6 — LISBOA-4

ACEITAM-SE AGENTES NOS DISTRITOS AO SUL DO TEJO

farmácias de serviço

LISBOA

ANTOLIN, LDA — Av. Almirante Reis, 88-C Tel. 821773.
AURÉLIO REGO — C.ª da Estrela, 139. Tel. 661758.
BELÉM — Rua Tristão Vaz, 10-A Tel. 612248.
BRANQUINHO — Rua Sapadores, 87 Tel. 842725.
CONDESTÁVEL — Rua Coelho da Rocha, 119 Tel. 666208
CONTEMPORÂNEA — R. Conde Redondo, 26-30 Tel. 45048
DILENA — R. Aliança Operária, 49-A-B Tel. 636620
ESTADOS UNIDOS — Av. EU da América, 16-B Tel. 725859
FÁTIMA — Av. 5 de Outubro, 147-A Tel. 763107
IVONE, LDA — Rua Silva Carvalho, 232-C Tel. 650760
LAVINHA — Rua Eng.º Paulo de Barros, 28-A Tel. 708242
LEAL DE MATOS — Rua Neves Costa, 33-35 Tel. 780181.
LUSITANA — Av Roma, 18-A Tel. 725443
MATOS VIEGAS — Av. Rainha D. Amélia, 34-B Tel. 794174
MARLUZ — C.ª da Picheleira, 140-B-C Tel. 720703 - 728395
NEOTERÁPIA — Campo Grande, 138 Tel. 774682
NORMAL — Rua da Prata, 220 Tel. 321342 - 325563
NOVA LUZ — Rua D. Domingos Jardo, 28-A Tel. 843439
NOVAIS — Av. Luís Bivar, 11-13 Tel. 44324
PALMA — Av. Duque de Ávila, 25-31 Tel. 547088
PÁTRIA — C.ª dos Mestres, 30-A (à R. Amoreiras) Tel. 680627
PINHEIRO — Rua Presidente Arriaga, 16. Tel. 603054
SACRAMENTO — Rua Actriz Palmira Bastos, Lt. 42 Tel. 384904
S. TOMÉ — Est. Desvio, Lote 12-C Tel. 790704
SOUSA — Estrada de Benfica, 429-431 Tels. 780027 - 789985
ULTRAMARINA — R. S. Paulo, 99-101. Tel. 321771
ZILER — Rua S. Tomé, 54-58 Tel. 862835
ZIRA — P. Casas Novas, Lote 65 (B.º Encarnação) Tels. 311216 - 310172

Permanente

DILENA — R. Aliança Operária, 49-A-B Tel. 636620
ESTADOS UNIDOS — Aven. EU da América, 16-B Tel. 725859
LEAL DE MATOS — Rua Neves Costa, 33-35 Tel. 780181
NORMAL — Rua da Prata, 220. Tels. 321342 - 325553
SACRAMENTO — Rua Actriz Palmira Bastos, Lote 42 Tel. 384904
NOVAIS — Av. Luís Bivar, 11-13 Tel. 22324
PÁTRIA — Calc. dos Mestres, 30-A (a Rua das Amoreiras) Tel. 680627.

LINHA DE CASCAIS

ALGÉS
Branco, Av. Comb G Guerra, 29 (Tel. 2112081)
ALCABIDECHE
Carvalho, até às 21 horas
PORTO SALVO
Ferreira Bastos, até às 21 horas
CAXIAS
R. Bernadim Ribeiro, 1-A (Tel. 242839) até às 24 e das 0 às 9 horas
CARCAVELOS
Central, até às 24 e das 0 às 9 horas
S. DOMINGOS DE RANA
Godinho da Silveira, Av. Saboia, 29-B (Tel. 260085), até às 21 horas
OEIRAS
Alcântara Guerreiro, P. Residencial dr. Augusto de Castro, Lote 10 (Tel. 2430691) até às 22 horas
NOVA OEIRAS
Leal, Até às 21 horas
PAREDE
Grincho, Av. da República, 87 (Tel. 2471204) até às 24 e das 0 às 9 horas
PAREDE
Junqueiro Mendes, até às 21 horas.
S. JOÃO DO ESTORIL
S. João, Quinta da Carreira, 29-A (Tel. 261186), até às 24 e das 0 às 9 horas
AMOREIRA
Amoreira, (Tel. 262313/267314), até às 22 horas
CASCAIS
Marginal, Av. Marginal (Tel. 280078), até às 21 horas; **Nova,** Est. de Alvide-Fontalnhas (Tel. 281044), até às 24 e das 0 às 9 horas.

LINHA DE SINTRA

AMADORA
Nova, R. Elias Garcia, 10 (Tel. 972530), permanente; **Campos,** R. Elias Garcia, 185 (Tel. 930072), até às 22 horas; **Dias,** Av. Marques de Pombal, Lote 9 (Tel. 934589), até às 22 horas.
DAMAIA
Confiança, Est. Militar, lote D (Tel. 9710231)
MERCES
Claro Russo
QUELUZ
Queluz, Av. Miguel Bombarda, 123-A (Tel. 951941)
CACÉM
Garcia, Av. dos Missionários, 2 (Tel. 2942181)
ALGUEIRÃO
Rodrigues Rato, (Tel. 2912038)
RIO DE MOURO
Riomouro, Av. Óscar Monteiro Torres, 8 (Tel. 2960194)
SINTRA
Marrazes, Vila (Tel 2930155)
COLARES
Abreja, (Tel 299088)

OUTRA BANDA

ALCOCHETE
Gameiro, L. António dos Santos Jorge, 15 (Tel 234100)
ALHOS VEDROS
Gusmão, R. Cândido dos Reis, 30 (Tel 204020)
ALMADA
Silva Júnior, Av. Frederico Ulrich, 9-2. Piso E (Tel. 2768030)
BAIXA DA BANHEIRA
Nova Fátima, Est. Nacional, 244-A (Tel. 2040141)
BARREIRO
Avenida, Av. Alfredo da Silva, 88 (Tel. 2073212)
COVA DA PIEDADE
Garcia Reis, R. dr. Alberto Araújo, 19-A
MOITA **União Moitense,** Av. dr. Teófilo de Braga (Tel. 239025)
MONTIJO **Higiéne,** R. José Joaquim Marques, 142 (Tel. 2310170)
SESIMBRA
Leão, Av. da Liberdade, 13 (Tel. 2233471)
SETÚBAL
Saião, Av. Portela, 55 (Tel. 22709) até às 22 horas; **Tavares da Silva,** Permanente
SEIXAL
Soromenho, R. Paiva Coelho, 38 (Tel. 2218560)
COSTA DA CAPARICA
Higiénica, Av. da República, 23 (Tel 2400020)

PORTO

De dia e só até às 22 horas)

CANAVARRO — Rua da Restauração, 53. Tel. 60754; **CONSTITUIÇÃO** — Rua da Constituição, 93. Tel. 490813; **FERREIRA DE CARVALHO** — Rua do Bonjardim, 354 Tel. 27640; **PADRÃO** — Rua de Santo Ildefonso, 342. Tel. 52149; **RAMOS** — Praça do Exército Libertador, 91. Tel. 64935; **PARENTE** — Rua das Flores, 114. Tel. 21611; **SANIL** — Rua do Paraíso, 214. Tel. 23935.

(De dia e toda a noite)

FIGUEIREDO, LDA — Rua de Cedofeita, 125. Tel. 21620; **SOUSA SOARES** — Rua de Santa Catarina, 141. Tel. 22145; **VITÓRIA** — Rua S. Roque da Lameira, 756. Tel. 52225.

COIMBRA

UNIVERSAL — Praça 8 de Maio, 35. Tel. 23744.

outras espectáculos

LISBOA/Teatros

A.B.C.
20.30 e 22.45 (18 anos)
«Em Águas de Bacalhau»

LAURA ALVES
21.30 (18 anos)
«Calcinhas Amarelas»

TEATRO DO BAIRRO ALTO
21.30 (13 anos)
«Casimiro e Carolina»

CASA DA COMÉDIA
21.45 (13 anos)
«A Invenção do Amor»

S. LUÍS
21.30 (13 anos)
«Faustino Limitada»

A BARRACA
21.15 (13 anos)
«Barraca Contra Tira Dentes»

TRINDADE
Grupo de Campolide
(13 anos)
«1383»

MONUMENTAL
21.15 (13 anos)
«Aqui Quem Manda Sou Eu»

QUARTETO
23.45 (18 anos)
«A Verdadeira História de Jack, o Estripador»

LISBOA/Cinemas

EUROPA
21.30 (18 anos)
«Ives, o Temerário»

CALEIDOSCÓPIO
21.30 (10 anos)
«O Pátio das Cantigas»

PROMOTORA
21.15 (18 anos)
«Os Punhos Mortais do Kung-Fu»

MONUMENTAL
21.30 (10 anos)
«Patton»

CINEARTE
21.15 (10 anos)
«Tarzan e os Inimigos da Selva»

JARDIM
21.15 (18 anos)
«Professor na Cama»

OLÍMPIA
Sessões permanentes (18 anos)
«Coxas Quentes»

SATÉLITE
21.30 (18 anos)
«Os Dias Impuros de um Marinheiro»

VOX
21.15 (13 anos)
«3 Horas Decisivas»

RESTELO
21.30 (18 anos)
«Um Casal em Apuros»

LUMIAR
21.30 (18 anos)
«A Outra Mulher»

CINE AUDITÓRIO
21.15 (17 anos)
«Sangue do Sul»

CINEBOLSO
21.30 (18 anos)
«Na Ponta do Sexo»

CAPITÓLIO
21.00 (18 anos)
«Êxtase Sexual de Macumba»

LINHA DE CASCAIS

PAÇO DE ARCOS
Chaplin
21.15 (18 anos)
«Chantagem»

ESTORIL
Casino
17.00 e 21.15 (18 anos)
«Tentáculos»

PAREDE
Royal
21.15 (18 anos)
«As Técnicas do Amor»

CASCAIS
Oxford
21.30 (18 anos)
«Aquela Vermelha Manhã de Junho»

LINHA DE SINTRA

AMADORA
Cinestúdio
21.30 (18 anos)
«Lodo na Cidade»

AMADORA
Recreios Desportivos
21.15 (18 anos)
«Um Mundo Novo»

AMADORA
Lido
21.15 (13 anos)
«Viva Rama Viva Krishna»

MEM MARTINS
Cine Chaby
21.15 (18 anos)
«Tortura de Mae»

SINTRA
Carlos Manuel
21.15 (18 anos)
«O Importante é Amar»

OUTRA BANDA

ALMADA
Academia
21.15 (18 anos)
«Emanuelle e Françoise»

PORTO/Teatros

ANTONIO PEDRO
21.30 (18 anos)
«Schmurz»

SÁ DA BANDEIRA
21.30 (13 anos)
«O Pato»

PORTO/Cinemas

JÚLIO DINIS
21.15 (13 anos)
«Wancyo o Invencível»

TRINDADE
21.15 (13 anos)
«Escândalo na TV»

RIVOLI
21.30 (13 anos)
«Juramento de Amor»

S. JOÃO
21.30 (18 anos)
«Nunca é Tarde para Amar»

PASSOS MANUEL
21.30 (18 anos.
«Emanuelle e Françoise»

CHARLOT
21.30 (18 anos)
«O Homem da Maratona»

SALA BEBE
21.10 (13 anos)
«A Velha Senhora Indigna»

CHAPLIN
21.30 (6 anos)
«Heidi na Montanha»

TERÇO
21.15 (13 anos)
«Os Marlucos do Supermercado»

CARLOS ALBERTO
21.30(18 anos)
«A Colina dos Sarilhos»

VALE FORMOSO
21.15 (18 anos)
«Sexo Porno»

ESTÚDIO FOCO
21.15 (13 anos)
«Barry Lyndon»

OLÍMPIA
21.30 (18 anos)
«Rapariga para Casal Precisa-se»

ESTÚDIO
21.30 (18 anos)
«A Secretária»

ESTÚDIO 400
21.30 (18 anos)
«Os Anjos da Guarda»

BATALHA
21.30 (13 anos)
«O Sexto Continente»

ÁGUIA DE OURO
21.15 (6 anos)
«Os Dois Missionários»

COLISEU
21.30 (18 anos)
«Felícia»

COIMBRA

AVENIDA
21.15 (18 anos)
«Flic Story»

TIVOLI
21.15 (18 anos)
«O Homem da Maratona»

SOUSA BASTOS
21.15 (18 anos)
«Amor à Italiana»

cinemas

ALVALADE

T 897480 — Hoje estreia 21.30

Nada resistia ao seu golpe mortal!

A ESPADA DE SAMURAI

um filme de Teiji Matsuda

Hoje às 15,30, 18.30

Últimas exibições do filme

A MANSÃO DA LOUCURA

APOLO 70

Tel. 763319 — 14.15, 17.45 e 21.15

Não acons. men. 13 anos

BARRY LYNDON
20.ª Semana
Um filme de Stanley Kubrick
Não acons. a men. de 13 anos
Hoje às 00.30 h. (Grupo D/18 anos)

frankenstein criou UMA MULHER

AVIS

Tel. 47163 — 15, 18.15 e 21.30

Não acons. a menores de 13 anos
Mentir. Pecar. Amar. Viver.
SOFRIMENTO DE AMOR
o filme começa a projectar-se logo após o início da sessão

BERNA

Tel. 776098 14.00, 16.30, 19.00, 21.30

Dustin Hoffman, Laurence Olivier
Roy Scheider

O HOMEM DA MARATONA
14.ª Semana
um filme de John Schlesinger

Não acons. a men. de 18 anos

CALEIDOSCÓPIO

Tel. 795093

14.00, 16.30, 19.00 e 21.30

Festival de cinema Português

Grupo B — Maiores 10 anos

O PÁTIO DAS CANTIGAS
c/ Ribeirinho, Vasco Santana e António Silva

CASTIL

Tel. 530194 — 15, 17, 19, 21.30

Não acons. a men 18 anos

RAPARIGAS PRECOCES

Um filme de Ernest Hofbauer

PALÁCIO FOZ

RESTAURADORES

Ciclo Animação e Banda Desenhada
Filme «O ESTOIRA VERGAS
Realização Norman Taurong
Sessões 15.15, 18.15, 21.15 horas
Não acons. men. 10 anos
Bilhetes Esc. 10$00
Iniciativa da Direcção-Geral da Acção Cultural

CONDES

Tel. 322523 — 14, 16.30, 19, 21.30

Para todos
SERENATA À CHUVA
c/ Gene Kelly-Debbie Reynolds
DONALD O'CONNOR, CHID CHARISSE

EDEN

Tel. 320768 14.00, 16.30, 19.00, 21.30

Chen Kuan-Tai/Fu Sheng/Chi Kuan Chun

LUTADORES IMPLACÁVEIS

Um filme de Chang Cheh

Interdito a menores de 18 anos

ESTÚDIO

Tel. 535134 — 15.30, 18.30 e 21.30

Não acons. a men. 13 anos
Uma meditação sobre o sentido da vida e a cooperação entre diferentes gerações
NUNCA DEIXEI DE TE AMAR

ESTÚDIO 444

Tel. 779095 — Estreia às 21.30

Não acons. m/ 13 anos
DANIEL E MARIA
com Peter Firth Junnie Vetusto

IMPÉRIO

Tel. 555134/5 — 15.00, 18.15, 21.30

Mestres do cinema contemporâneo
Para todos
2.ª Semana
MÚSICA NO CORAÇÃO
C/Julie Andrews e Christopher Plummer
O grande êxito de sempre!
O filme dos 5 Oscars

LONDRES

Tel. 801313 — 14.15, 16.30, 19 e 21.15

Para todos
A ÚLTIMA LOUCURA DE MEL BROOKS
c/ Liza Minneli
A melhor comédia dos últimos 50 anos

MUNDIAL

Tel. 538743 — 15.15, 18.30, 21.30

Maiores de 6 anos
Um grande filme musical do famoso George Shengelaya
ESPERANÇA NOS CORAÇÕES

D. JOÃO V — DAMAIA

Tel. 971794 — 21.15

Não acon. menores 18 anos
O GENDARME CASA-SE
c/ Louis de Funès

NIMAS

Tel. 574362

14.15, 16.30 18.45 e 21.30
Não acons. men. 13 anos
SEMENTES DE VIOLÊNCIA
c/ Glen Ford Anne Francis Vic Morrow
Um filme de Richard Broock

ODEON

Tel. 326283 — 15.15, 18.15 21.15

Não acons. men 13 anos
Colorido
RAINHA DO AMOR
c/ Sara Montiel

PATHÉ

Tel. 821933

14.15, 16.30, 18.45, 21.15

Não acons. men. 18 anos

Da Suécia, um novo e ousado filme

A LINGUAGEM DO AMOR N.º 2

POLITEAMA

Tel. 326305 — 14.15, 16.30, 19 e 21.30

EMMANUELLE BRANCA
EMMANUELLE NEGRA
(Amores violentos ainda não contados

RESTELO

Tel. 610375 — Às 21.15

Interdito a menores de 18 anos
UM CASAL EM APUROS
c. Sydne Rome e António Selines

ROMA

Tel. 887778 — 15.30, 21.15

Não acons. a men. 13 anos
OS MARIDOS DE ELIZABETE
Atenção: o filme começa a projectar-se logo após o início da sessão

ROXY

Tel. 48580 — 14.15, 17.45 e 21.30

Da Índia uma bela história de amor e aventura!
PASSADO INESQUECÍVEL
Um filme de Nasir Hosain
16.ª Semana
Não acons. men. 13 anos

S. JORGE

Tel. 579294 — 15.15, 18.15 e 21.30

Não acons. a men. 13 anos
2.ª Semana
Um festival Charles Bronson!
3 HORAS DECISIVAS
A acção! A alegria! A aventura!

STADIUM (Algés)

Tel 212012 — 21 e 23.30

Não acons. a men. de 18 anos
HISTÓRIA DE UM PECADO
de Walerian Boroxzyh
Guarda de crianças durante as sessões

TIVOLI

Tel 570595 — 15.15, 18.30 e 21.30

Não acons. a men. de 18 anos
NUNCA É TARDE PARA AMAR
Colorido
um filme de Faryl Duke
4.ª Semana

UNIVERSAL

Tel. 774402 — 15, 19 e 23h

(não acons. a men. 18 anos)
Noivado à Italiana
17.00, 21.00
SEXO LOUCO

rádio

1.º Programa

16.00 Noticiário «Musivária»; **17.00**: Música contemporânea: concerparador; **18.10**: «Hoje respondemos por música», por António Vitorino de Almeida Música variada; **19.00**: «Poemas e Poetas» — Música Variada; **20.00**: «Jornal da Noite»; **20.30**: Melodias, **21.00**: 32.º episódio do folhetim «Os Mistérios do Castelo de Udolfo» de Ann Radcliffe, numa adaptação de Ema Paul; **21.20**: «Contraponto»; **24.00**: «Último jornal»; **00.30**: Vozes na Noite; **01.00**: «Música na Noite»

2.º Programa

16.15: Música de câmara: quinteto em fá menor, op. 34, de Brahms; **17.00**: Música contemporânea: concerto para orquestra de Witold Lutoslawski; **17.35**: Discos históricos: a cravista Wanda Landowska; **18.00**: Música sinfónica: sinfonia n.º 4, em ré menor, op. 13, de Dvorak; **18.42**: a soprano Kirsten Flagstad (Efeméride do seu nascimento) Canções de Grieg, com acompanhamento de piano por Edwin McArtur; **19.00**: «Música Portuguesa»; **20.00**: Música de Câmara: concerto em sol maior, de Johann Joachim Quantz; **21.00**: Música sacra de Bach e de seu filho, Carl Philipp Emanuel Bach — Motete «Agora a minha alma Louva Deus», Magnificat em ré maior, por solistas, Côro de Hamburgo e a Orquestra Sinfónica da Rádio daquela cidade; **21.55**: Música Sinfónica: sinfonia n.º 5, op. 50, de Nielsen; **22.30**: O gosto pela música, pelo dr. João de Freitas Branco; **23.00**: Intercâmbio Musical festival internacional de música de órgão em Magadino. 1976 Parte de um recital pela organista Edith Ho Obras de João Sabastião Bach; **23.47**: A soprano Elly Ameling: Motete «Exsultate Jubilate» k. 165 de Mozart Aria de concerto «Questo seno deh Viene», k. 374, de Mozart; **00.17**: Música sinfónica: sinfonia n.º 3, em lá menor, de Rachmaninoff; **01.00**: Fecho

3.º Programa-Nacional e Regional (290 m)

16.00: «Variante» (continuação); **16.10**: Casos ao acaso, por Orlando Dias Agudo (repetição); **16.20**: Disco...rendo, por Mário Martins; **17.10**: Prevenção e saúde, pelo dr. Sousa Pereira (repetição); **18.00**: «Contacto»; **18.20**: Títulos de 1.ª página; **18.30**: Actualidade; **18.45**: Fórmula 1; **19.05**: Teatro trágico, pelo Parodiantes de Lisboa; **20.10**: Antologia; **20.30**: Pesquisa; **21.00**: A música e as vozes; **21.30**: «Quando o Telefone Toca»; **23.03**: «Nocturno»; **23.06**: Novas de alegria; **24.00**: «Nocturno (continuação); **00.15**: «Dia a dia com o passado»; **02.00**: Fecho

3.º Programa-Local (187,5 m)

16.00: «Variante»; **18.00**: «Compasso»; **18.15**: Sal e pimenta (repetição); **18.45**: Oiça o que não leu; **19.45**: As palavras e a música; **20.10**: Ontem, hoje e amanhã; **20.40**: Serviço de agenda; **21.00**: Fecho.

DL
RENASCENÇA GRÁFICA S A R L
ADMINISTRAÇÃO GERAL
RUA CASTILHO, 185 1.º 2.º
TELEF 654531/2/3/4
REDACÇÃO SERVIÇOS TECNICOS
E PUBLICIDADE
RUA LUZ SORIANO, 44
TELEF 321154/5 320271/2/3
RUA DA ROSA, 75
END TEL DIBOA TELEX 12363
LISBOA PORTUGAL

Partidos em S. Bento

Continuação da pág 1

estratégia do Partido Social Democrata, reafirmada no último Conselho Nacional, que é a de tentar obter a maioria «democrática» estável conseguida por um acordo entre três partidos o PS, o PSD/PPD e o CDS.

Para o presidente do PSD/PPD Sá Carneiro, «as conversações devem incidir sobre todos os pontos fundamentais do quadro político português e não apenas sobre os trabalhos parlamentares». «As conversações abragem pontos muito vastos, e não se destinam, portanto, a conseguir acordos pontuais,

«Só o desenrolar das conversações é que poderá permitir concluir se é ou não é possível qualquer acordo global, geral. À partida não se está a procurar um acordo como um fim em si. Estamos a fazer conversações sobre pontos muito amplos

FREITAS DO AMARAL

«Se o projecto de lei sobre a Reforma Agrária não for modificado, o CDS «terá dificuldades em lhe dar o seu acordo», asseverou aos jornalistas Freitas do Amaral presidente daquele partido, à saída do encontro que teve ontem com o Primeiro-Ministro Mário Soares.

Freitas do Amaral disse também que na sua versão actual o projecto de lei do Plano «não poderá contar com o voto favorável do CDS».

O líder do CDS revelaria que «estão em curso contactos e negociações quer no âmbito das Comissões Parlamentares quer fora dele, com vista ao apuramento das posições dos diferentes partidos». «Nós tivemos ocasião de expor o nosso ponto de vista sobre os principais textos em causa na Assembleia da República e sobre questões mais gerais, nomeadamente o agravamento da crise económica, a política do Governo e a própria política externa. Em Suma: o conjunto das orientações fundamentais do Governo face ao movimento político interno e internacional».

Lopes Cardoso

Continuação da pág 1

missão Directiva e o Secretariado Nacional daquele Partido realizam uma reunião conjunta na sede do Largo do Rato, examinando estes problemas à luz do seu enquadramento na situação política geral, da actividade do Governo e da acção do seu Grupo Parlamentar.

Antecedendo esta reunião, o secretário-geral do PS e Primeiro-Ministro, Mário Soares, iniciou ontem contactos com dirigentes das bancadas da direita parlamentar (os partidos da dita «convergência democrática»), audiências que coincidiram com uma posição «convergente» no hemiciclo de S. Bento que levou os deputados socialistas a votarem ao lado do PSD/PPD e do CDS a fim de fazerem passar nova regulamentação sobre Controlo de Gestão e Comissões de Trabalhadores, medidas estas fortemente contestadas pela maioria dos sindicatos e por toda a esquerda parlamentar.

Antes deste encontro cimeiro do PS, e na sequência da campanha de «esclarecimento» que vem sendo feita junto das suas bases, realizar-se-á depois de amanhã uma reunião promovida pela FAUL em que o ministro do Plano, Sousa Gomes, e o secretário de Estado da mesma pasta, Manuela Silva, abordarão aspectos do «Plano a Médio Prazo».

Agora o seu carro só é roubado se você quiser!

Pontex
novo aparelho com sistema de segredo que impossibilita o roubo do seu carro.
Só se for ao colo ou arrastando!

Testado na Divisão Técnica do Automóvel Club de Portugal
Testado e aprovado pela Divisão Técnica da PSP de Lisboa
e oficinas da especialidade

• À venda nas boas casas da especialidade
• Automóvel Club de Portugal (para sócios)

Pontex - Av. da República, 45, 8.º Dt.º - Telefone 771086/7 - LISBOA

CASO DOS "DÓLARES ALGARVIOS"

Continuação do julgamento adiada

FARO, 12 — (Por Manuel Geraldo, enviado especial do «DL») — Com a leitura dos quesitos (em número de 200) decorreu ontem à tarde no tribunal desta cidade uma das últimas sessões do julgamento do caso dos «dólares algarvios» em que estão implicados 13 indivíduos, seis dos quais ausentes, presumivelmente no estrangeiro.

Ao contrário do que se esperava, foi uma sessão monótona (embora curta) em que o juiz presidente, desembargador Afonso de Castro, após ter-se certificado de que os réus «nada mais tinham a depor em sua defesa» se limitou a divulgar num tom de voz pouco audível, as duas centenas de quesitos elaborados de forma sintética.

«Os réus dizem que não ganharam nada com a falsificação dos dólares, mas a ter sido assim, o que eu duvido, seria interessante saber de onde vem o dinheiro para pagar os elevados honorários dos advogados de defesa, quase todos em Lisboa», referiu o motorista que nos transportou do aeroporto ao tribunal.

Ali, pelo que pudemos constatar, a vigilância policial dentro e fora da sala de audiência adivinhava-se numerosa e aparentemente mais reforçada do que nos dias anteriores. Tal facto, segundo alguns observadores locais, estaria relacionado com os boatos postos a circular na cidade de que «os amigos dos réus iriam tentar um golpe de força para lhes facultar a fuga». Uma espécie de versão algarvia do «caso Corrécio» há meses ocorrido num tribunal do Porto.

A perspectiva de hipotéticos actos de violência teriam estado também na fraca afluência de público registada na audiência de ontem, ao contrário do que tinha vindo a acontecer nas sessões anteriores, em que a sala, embora ampla, tinha sido insuficiente para a curiosidade despertada entre a população alagarvia e até mesmo de outras regiões distantes, nomeadamente a nível de retornados das ex-colónias.

Houve também quem se referisse à relativa distância a que fica a cadeia do tribunal, trazendo à actualidade a recente fuga em Monsanto de alguns presidiários quando os faziam transportar num carro celular.

«O veículo parece tão pouco vigiado que ainda o emboscam e safam os tipos», escutámos de um dos presentes.

Porém, entre as várias pessoas com quem tivemos a oportunidade de contactar, existe um certo consenso de que os boatos sobre a hipotética tentativa de acultar a liberdade a estes sete réus considerados menores na estratégia global da rede de falsificadores, não passará de uma manobra de diversão para ocultar as fortes conotações políticas de que este caso se encontra embuído e o «escândalo» que poderá vir a representar uma possível, e já ventilada por sectores direitistas, «benevolência» nas penas a serem aplicadas.

E chegados aqui, será oportuno relembrar que durante alguns debates (aparentemente acesos) travados ao longo deste julgamento entre os patronos dos réus e alguns dos acusadores públicos (nomeadamente elementos da Polícia Judiciária) nunca o problema de fundo que lhe está subjacente foi verdadeiramente escalpelizado. Nem os «cérebros» ausentes conhecidos (Alpoim Calvão e MDLP) ou sob a capa do anonimato, foram transportados às suas verdadeiras origens e intenções.

Durante a sessão de ontem, outro facto saliente foi a ausência da maioria dos patronos dos réus, já que apenas três deles estavam nos seus lugares. Foi particularmente notada a falta do dr. Abranches Ferrão, que numa das primeiras audiências travara polémico debate com o dr. Melo Alves, da Polícia Judiciária, que ali viera depor na qualidade de juiz instrutor do processo.

O desembargador Afonso de Castro acabaria por considerar a sessão encerrada, anunciando que «dada a enorme quantidade de quesitos não estava em condições de poder anunciar a data exacta em que o julgamento será reiniciado». «São muitos requisitos e não podemos estar a analisá-los com uma velocidade demasiada. Assim os réus recolherão às suas celas e eu comprometo-me a avisar os senhores advogados do dia em que os trabalhos serão recomeçados», frisaria o dr. Afonso de Castro, perante os protestos dos três causídicos que nos pareceram não estar preparados para tão imprevisto interregno.

Na próxima sessão, que se admite poder não ter lugar já esta semana, será a vez do representante do Ministério Público apresentar as suas alegações de direito. Só então o tribunal, que conta com a participação de nove jurados estará em condições de definir a graduação das penas que impendem sobre os réus, cujo escalão mais elevado abrange 18 a 20 anos.

"CASO RUI GOMES"

Comunicado do Governo Civil não tem razão de ser

— afirma a Comissão de Luta

«Nós não convocámos nenhuma manifestação. Convocámos sim o povo de Lisboa para assistir ao julgamento. Por isso o comunicado do Governo Civil não tem razão de ser», declararam esta manhã em conferência de Imprensa os representantes da «Comissão de Luta para a Libertação de Rui Gomes», aludindo a um comunicado ontem difundido pelo Governo Civil de Lisboa que proíbe a realização de manifestações no próximo dia 13 do corrente, nomeadamente no Tribunal Militar de Santa Clara.

No decorrer da conferência foi também distribuído o relatório da Federação Internacional dos Direitos do Homem, elaborado por Louis Joinet.

No referido documento, que resume os factos, a captura, a detenção, a situação penal e outros aspectos do caso Rui Gomes, apontam-se diversas anomalias uma delas o facto de que, «tratando-se de uma detenção em matéria criminal, levada a cabo não imediatamente mas 48 horas após os factos imputados pela acusação e ainda para mais no interior de um Hospital é lícito perguntar-se as razões pelas quais foi decidido utilizar o processo de flagrante delito» porquanto «este não tem geralmente aplicação senão na presença de provas igualmente flagrantes, ou seja, recolhidas na altura em que os factos foram cometidos» por ter particularmente por consequência permitir um processo rápido.

E Louis Joinet, depois de referir haver constatado que estas duas condições não estão a ser cumpridas, afirma que «há pois um paradoxo evidente ao pretender Rui Gomes em flagrante delito, instruindo o seu processo com uma lentidão deplorável.» E coloca a seguinte questão: «Mas poderia ser de outro modo na ausência de provas imediatas?»

Noutra passagem o Relatório afirma que «de um ponto de vista jurídico seria errado considerar que Rui Gomes se encontra sob detenção preventiva, já que não lhe foi notificada nenhuma acusação; somente são invocadas conjecturas contra ele pela acusação. Estamos pois em presença de uma detenção sem validade de captura, que há data da estadia da Missão, durava já mais de 19 meses. Que seja do nosso conhecimento nenhuma lei portuguesa autoriza a detenção deste tipo tão demorada, de tal modo que estamos no direito de perguntar se, a partir de uma certa data, Rui Gomes não se encontraria sob um regime de sequestro arbitrário».

A Comissão considera finalmente que o processo Rui Gomes, por razões ao mesmo tempo «humanitárias e de oportunidade» deveria ser arquivado.

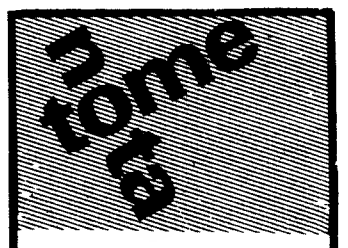
Cancelado ontem em Lisboa novo carregamento de material bélico

Um voo destinado a novo carregamento de material bélico em Lisboa com destino à Guatemala, que se devia ter efectuado ontem de manhã, foi cancelado, domingo à noite, sem qualquer explicação.

Duas camionetas com caixotes, entre eles de munições 5,65, chegaram a estar estacionadas no Aeroporto de Lisboa durante cerca de meia hora, com escolta militar, dado que do cancelamento do voo não terá havido aviso prévio aos responsáveis portugueses pelo fornecimento.

Segundo conseguimos apurar, tratava-se desta vez de um voo «charter» a cargo da companhia americana «Transinternational Airlines», cancelado sem qualquer explicação cerca das 21 horas de anteontem.

Ignora-se qual a responsabilidade neste cancelamento das recentes diligências do embaixador da Grã-Bretanha em Lisboa junto do Ministério dos Negócios Estrangeiros sobre a questão dos fornecimentos portugueses de material bélico à Guatemala, país com o qual Londres mantém um litígio sobre o futuro de Belize.



O ASSALTO

Muita gente pergunta, sem obter respostas satisfatórias, quem paga a Imprensa não estatizada que proliferou por aí em catadupas no intuito de criar um clima favorável à destruição da democracia portuguesa.

Depois da campanha sabiamente orquestrada contra a Imprensa estatizada ou intervencionada, a tal que era «paga pelo povo», que vemos? Que empresas ligadas a certa Imprensa reaccionária estão falidas e procuram desesperadamente continuar a sacar da banca estatizada «o dinheiro do povo». O povo que atacam diariamente!

O MAU ALUNO

O deputado social-democrata Furtado Fernandes resolveu ontem insinuar a qualidade de «professor corporativo» ao deputado comunista Vital Moreira. Este responder-lhe-ia que se tivesse sido seu aluno certamente não manteria os seus raciocínios corporativistas, a sua falta de argumentação política.

TIRAGEM MÉDIA DIÁRIA EM MAIO: 46 450
(Hoje 24 páginas)

TESOUROS DA EUROPA E

NORTE DE ÁFRICA

Andaluzia
• **Torremolinos** • 4 dias . . . 4 400$00
Partidas a 9 e 30 de Julho, 6 e 20 de Agosto, 3 e 17 de Setembro.

Madrid
• **Toledo** • 4 dias . . . . 4 250$00
Partidas a 16 e 30 de Julho, 13 de Agosto, 3 e 24 de Setembro.

Rias
• **Costa Verde** • 5 dias . . 5 600$00
(SALAMANCA/LÉON/OVIEDO/ LA CORUÑA SANTIAGO VIGO)
Partidas a 2 e 23 de Julho, 13 e 27 de Agosto, 10 e 24 de Setembro.

Tânger
• **Gibraltar** • 5 dias . . . 6 250$00
Partidas a 11 de Julho, 8 e 29 de Agosto, 14 de Setembro.

Além-Pirinéus • 9 dias . . 11.600$00
Partidas a 16 e 30 de Julho; 13, 20 e 27 de Agosto, 3, 10 e 17 de Setembro.

Marrocos
Imperial • 9 dias . . 11 200$00
Partidas a 2 e 30 de Julho 20 de Agosto; 3 e 17 de Setembro.

Palma
de Maiorca • 9 dias . . 8.500$00
Partidas a 23 de Julho 6 e 20 de Agosto, 3 e 17 de Setembro.

Estas viagens incluem transporte em autopullman, hotéis de 1.ª com banho, refeições e visitas.

SE FIZER A SUA INSCRIÇÃO ATÉ 30 DIAS ANTES DA PARTIDA RECEBERÁ UMA OFERTA-MISTÉRIO DURANTE A SUA VIAGEM!

Claras Turismo
Departamento da Rodoviária Nacional, E. P.
Av. Fontes Pereira de Melo, 33
LISBOA 1 • (Metro Picoas)
Telefs. 56 00 15 / 56 34 51

EXCLUSIVO

SUPLEMENTO

Síntese
da vida
internacional

Le Monde
Prensa Latina
Interpress
Novosti

N.º 22 / 77

Terça-feira, 12 de Julho de 1977

Kuwait: O país mais rico do mundo

Sondagens: O direito ao espelho

Entrevista: A política Carter vista de Cuba

Petróleo: Acordo entre Tóquio e Seúl

Polónia: Problemas da política agrária

O presidente egipcio Anuar el Sadat e outros governantes árabes tentam a sua sorte com os que apoiam Israel

Os árabes, frustados no seu orgulho nacional sofreram uma humilhante derrota com a «Guerra dos seis dias» (Junho de 1967)

MÉDIO ORIENTE

Carlos Iglésias
PRENSA LATINA

OS DADOS ESTÃO LANÇADOS

«Os dados estão lançados», afirmou Júlio César ao cruzar o Rubicão.

Esta frase parece ter sido agora retomada pelo presidente egipcio, Anwar el Sadat.

O conquistador da antiguidade rompeu uma velha tradição que proibia que o rio fosse atravessado por tropas, dado o risco que isso significava para Roma.

Quando se completam 10 anos sobre a «Guerra dos seis dias» (Junho de 1967) Sadat procura, por sua vez, liquidar a tradicional resistência árabe ao sionismo e tenta a sorte com os inimigos da sua nação.

Os resultados do conflito de 1967 deixaram nos povos árabes um sentimento de frustração que só parcialmente foi salvo com a «Guerra de Yom Kippur» (Outubro de 1973).

Na quarta etapa do conflito no Médio Oriente cairam por terra os mitos da propaganda israelita sobre a invencibilidade do seu Tsahal (exército), a infalibilidade do seu Aliyah Beth (serviço secreto) e a inaptidão do soldado árabe para o combate moderno.

A «Guerra dos seis dias» pareceu corroborar tais afirmações porque entre 5 a 11 de 1967 Israel destruiu em terra a força aérea do Egipto, desenvolveu um «blitzrieg» (guerra relâmpago) até ao canal de Suez, ocupou o Golan e tomou Jerusalém.

As hostilidades continuaram esporadicamente entre 1968 e 1970 com canhoneios mútuos e a heróica resistência do povo palestiniano, que realizou numerosas acções nos territórios ocupados pelo inimigo sionista.

Outubro de 1973. Os árabes ultrapassam a sua frustração e travam com êxito a «Guerra de Yom Kippur» quarta edição de um conflito que remonta a 2 de Novembro de 1917, quando a «Declaração Balfour» afirmou a intenção britânica de criar um chamado «Lar Nacional Judeu» na Palestina.

Aquela guerra demonstrou que com a solidariedade mínima os árabes podem enfrentar com êxito o aparelho militar do sionismo, apoiado pelos Estados Unidos e os restantes membros da NATO.

Na «Guerra do Kippur» (Outubro de 1973) os árabes conseguiram abrir brechas no aparentemente monolítico Estado sionista

O fracasso militar provocou profundas contradições dentro do Partido Mapai (Trabalhista), que governa Israel desde a sua independência unilateral em 15 de Maio de 1948.

O primeiro-ministro, Golda Meir, e o ministro da Defesa, Moshe Dayan, entre outros, tiveram de abandonar os seus cargos e afastar-se da vida política activa.

Surgiram, então, perspectivas incomparavelmente melhores para obrigar Telavive a cumprir, pe-

BELIZE / A LUTA PELA INDEPENDÊNCIA

Num clima de crescente tensão, a Guatemala e a Grã-Bretanha iniciaram há sete dias, em Washington, novas negociações sobre o problema de Belize.

A colónia britânica, situada na América Central, a oeste da Guatemala, nas margens do mar das Caraíbas, está ameaçada de ser anexada pelo governo ditatorial guatemalteco, assim que obtenha a independência.

Belize, também chamada «Honduras Britânicas», conta actualmente com uma população de cerca de 140 mil habitantes e mantem um governo local dirigido pelo primeiro-ministro George Pirce.

Território autónomo dentro do Reino Unido, o governo de Londres encarrega-se, pelo menos teoricamente, da sua defesa e política externa.

As novas conversações, que continuam outras que terminaram sem êxito em Nova Iorque, Cidade do Panamá e Nova Orleans, são realizadas na sede da Organização dos Estados Americanos (OEA).

A delegação guatemalteca é dirigida pelo ministro dos Negócios Estrangeiros, Adolfo Molina Orantes, e a britânica pelo subsecretário de Estado, Ted Rowlans.

As posições da Guatemala e da Grã-Bretanha sobre Belize são firmes e antagónicas, o que não deixa de prever grandes resultados para as conversações.

O governo da Guatemala nega-se a reconhecer outro interlocutor que não seja o governo de Londres e exige a «devolução» de Belize, enquanto a Grã-Bretanha defende a sua autodeterminação, com a consequente independência.

O apoio à independência foi recentemente afirmado por cinco países latino-americanos (Panamá, Cuba, Jamaica, Barbados e Granada) posição que agora também recebeu a adesão do México.

Não se conhece nenhum país latino-americano que apoie as pretensões anexionistas da guatemala.

A atitude do Panamá de apoio a Belize provocou o rompimento de relações diplomáticas com a Guatemala. O México, que reivindica parte do território de Belize, renunciou na semana passada às suas aspirações e apoiou a autodeterminação da colónia britânica.

Porém, a Guatemala mantém a sua intenção, tendo declarado durante a última assembleia geral da OEA que estava disposta a recorrer «a qualquer meio» para impedir a independência da colónia.

Recorde-se, a propósito, que há dias o Governo de Barbados apreendeu um avião argentino que transportava munições e armas para o governo guatemalteco, incidente que envolve Portugal, Israel e a Argentina.

Observadores políticos consideram que essas armas serviriam para reforçar as forças armadas e para equipar grupos paramilitares de extrema-direita, que actuariam contra Belize.

As «Honduras Britânicas» foram proclamadas formalmente colónia britânica em 1862, porém, a colonização inglesa do território iniciou-se 200 anos antes, quando estes se estabeleceram na região para explorar madeira.

O CHILE DE HOJE
7

AS REACÇÕES DA JUNTA

As estafadas declarações de Pinochet e de outros representantes do regime no sentido de que se apliquem «sanções enérgicas aos responsáveis», veio juntar-se o Decreto-Lei 1683, através do qual se suprime «o mercado informal de capitais» e se regula o mercado formal.

De agora em diante as empresas de crédito deverão ser reconhecidas pelas autoridades e terão de contar com um capital inicial equivalente a 75 por cento de um banco (4 milhões de dólares). As que já existem têm um prazo de dois anos para completar esse capital. De qualquer modo precisam de apresentar um projecto de capitalização à Superintendência respectiva. Decidiu-se ainda estabelecer um sistema de seguros para as empresas de crédito e penas corporais para aqueles que desenvolvam operações financeiras clandestinas ou informais.

Além disso a Junta Militar indemnizará os aforradores enganados até um montante equivalente a 50.000 pesos, nos casos de «La Família». e da «Finregio». Esta medida não deixou de provocar críticas, pois não se vê a razão do poder público absorver as perdas e os manejos inescrupulosos dos particulares. Contudo, esta medida, considerada como de emergência pelas autoridades, serviu para aplacar a irritação de milhares de depositantes enganados. É necessário ter em conta que na sua maioria são gente modesta que recorria às empresas de crédito, arriscando o seu escasso capital, com o objectivo de fazer face à inflação ou a uma situação de afastamento da função pública. Em muitos casos venderam imóveis ou investiram o que tinham recebido como indemnização por despejo.

Esta medida governamental provocou um notável aumento de emissão de moeda em Dezembro, em comparação com os meses anteriores. Com efeito o aumento foi de 12 por cento, quando em períodos anteriores não excedeu os 3 por cento. Um tal facto terá sem dúvida repercussões no índice dos preços do mês de Janeiro, convertendo-se num novo factor adicional da inflação.

O «Mercurio» esforça-se, por seu lado, em defender a política económica da Junta, face aos «que anunciam já ter fracassado o programa económico do Governo». É assim que afirma sem mais argumentos: «O facto de terem cessado os pagamentos de algumas entidades financeiras ou de que tenham sido notadas manobras dolosas no mercado de capitais não é razão para se responsabilizar o programa económico do Governo nem justifica uma alteração da política seguida... É necessário reconhecer — continua o matutino — que tais acontecimentos ilícitos sucedem em todos os lados e em todas as épocas... As inevitáveis — mas limitadas — experiências negativas no mercado financeiro não devem levar a um controlismo burocrático empobrecedor das iniciativas... a ameaça de corrupção num regime de liberdade deve conjurar-se com leis sábias e juízes idóneos».

Este diário não pode pois deixar de responder à maré de críticas que a situação despertou, devido ao alcance inusitado das falências, à ausência de pagamentos em numerosas empresas e às dificuldades que muitas outras atravessam. Mas «El Mercurio» defende com toda a força, a «liberdade» de comprar e vender dinheiro. Apenas se precavê com «leis sábias e juízes idóneos».

A acção da justiça

A Corte Suprema designou um ministro para investigar todas as acções judiciais a que os mencionados factos deram origem. Trata-se do ministro Sergio Dunlop, que dirigiu a greve dos magistrados ocorrida no tempo da Democracia Cristã e que posteriormente se converteu num dos mais agressivos juízes fascistas.

Sergio Dunlop ordenou a detenção e incomunicabilidade de numerosas pessoas, algumas das quais posteriormente libertados. O zelo com que actuou parece ter despertado preocupações nas altas esferas da magistratura. A Corte Suprema proibi-o de entregar informações aos jornalistas sobre a investigação que tem a cargo, lançando assim um manto de silêncio e desinformação sobre um assunto de indubitável interesse público. O diário «La Tercera» protestou contra a medida judicial, alegando que esta poderia levar a pensar — de acordo com «La Tercera» , erradamente — que se estão a exercer pressões, para deitar poeira sobre o assunto. Na verdade, seria surpreendente que a Corte Suprema tivesse adoptado uma resolução como a indicada se não fosse a sua actuação ao longo destes últimos anos: o esquecimento dos mais elementares princípios jurídicos e de equidade, protegendo com o seu silêncio o crime e o delito, numa atitude de aberta cumplicidade com a ditadura.

Tal como antes se negou a investigar o problema dos desaparecidos, estende agora uma cortina de fumo sobre um escândalo em que aparecem implicadas pessoas ligadas a Pinochet. ●

Centro de Estudos e Documentação Chile-América

EM PNB "PER CAPITA"

KUWAIT É O PAÍS MAIS RICO DO MUNDO

O Kuwait, a Suiça, a Suécia, o Canadá e os Estados Unidos são as nações mais ricas do mundo em termos do produto nacional bruto (PNB) «Per capita» — afirma o «Union Bank» da Suíça num relatório agora publicado.

Segundo o referido banco, e embora este método não reflicta necessariamente o nível de bem-estar individual dos cidadãos, ele serve para determinar o poder económico dum país.

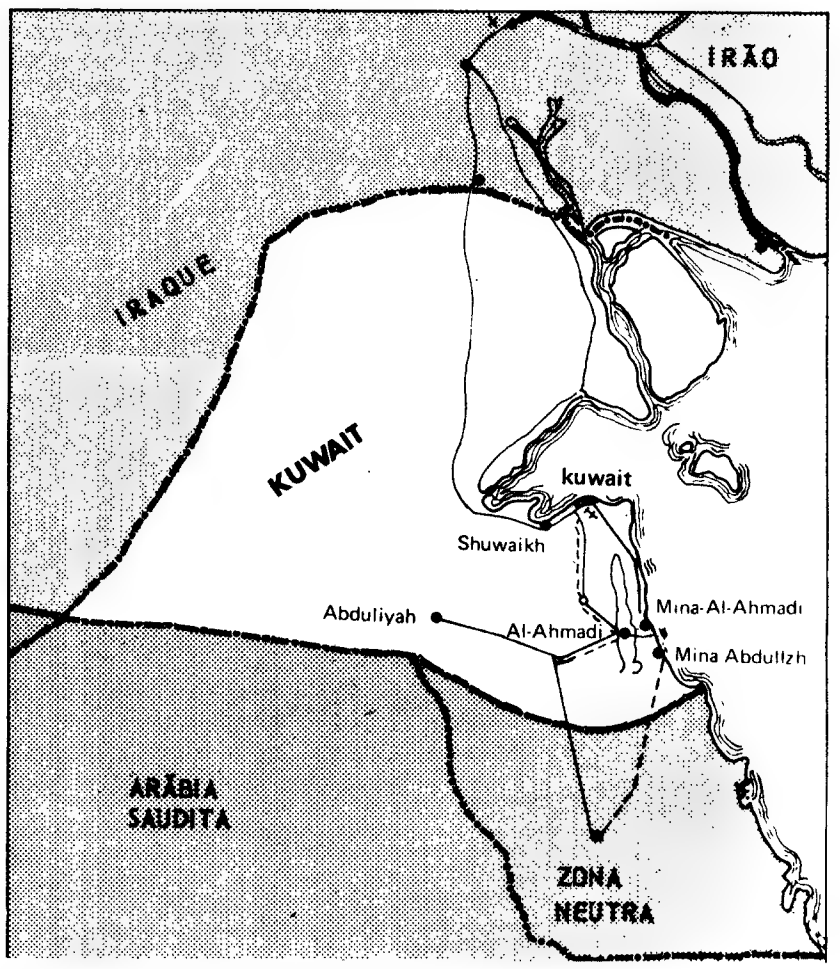
Das 160 nações do mundo, diz o relatório, 49 têm um **PNB** «per capita» superior a mil dólares por ano.

O total do **PNB** destas 49 nações subiu de 550 mil milhões de dólares (10 por cento) para 5.800 mil milhões em 1976, o que representa 85 por cento do total da economia mundial.

Em termos de **PNB** apenas, vem os **EUA** à frente — 1.692 mil milhões de dólares em 1975, mais do dobro da União Soviética com 666 mil mílhões. Contudo esse número dividido pela população respectiva coloca a União Soviética em primeiro lugar e os **EUA** em quinto.

As dez nações mais ricas do mundo, numa base «per capita», são: Kuwait (12.565 dólares **PNB** «per capita»); Suíça (9320 dólares); Suécia (8.995); Canadá (8.090) EUA (7.865); Noruega (7.685); Dinamarca (7.465); Alemanha Federal (7.225); Bélgica (6.930); França (6.555).

A República Democrática Alemã, o 20.º país na lista mundial, é o primeiro dos países socialistas com um **PNB** «per capita», em 1976, de 4.230 dólares. Seguem-se-lhe a Checoslováquia (3.710) dólares e 23.º no mundo), a Polónia (2.910 dólares, 26.º), a Hungria (2.635 dólares e 28.º), a URSS 92.620 dólares, 29.º), a Bulgária (2.040 dólares e 36.º) e a Roménia (1.300 e 42.º). Outros países incluídos na lista são: Luxemburgo (6.550 dólares); Holanda (6.395); Islândia (6.240); Austrália (6.125); Finlândia (5.920); Áustria (5.405); Líbia (5.080); Japão (4920); Arábia Saudita (4.665); Alemanha Democrática (4.230); Grã-Bretanha (3.940); Nova Zelândia (3.925); Checoslováquia (3.710); Israel (3.565); Itália (3.026).



A China não está incluída na lista visto o seu **PNB** ser menor.

Depois da Itália, que ocupa o 25.º lugar, os outros países aparecem pela ordem seguinte: Polónia, Espanha, Hungria, URSS, Singapura, Irlanda, Venezuela, Grécia, Hog Kong, Trinidad e Tobago, Bulgária, Irão, Argentina, Portugal, Jugoslávia, Panamá, Roménia, Brasil, México, África do Sul, Uruguai, Iraque, Costa Rica e Turquia.●

OS DADOS ESTÃO LANÇADOS

1

la primeira vez, as inúmeras resoluções das Nações Unidas e outros organismos internacionais, que violou em 29 anos de existência.

Contudo, as opções políticas adoptadas por alguns países árabes, que ignoraram os objectivos estratégicos do conjunto da sua nação, contribuiram para desactivar as conversações de paz de Genebra (Dezembro de 1973).

Sadat assinou com Israel um acordo bilateral de separação de forças no Sinai, quando dos «esforços urgentes» realizadas pelo então secretário de Estado norte-americano Henry Kissinger. A chamada «política dos pequenos passos» do funcionário dos Estados Unidos serviu para dividir a frente árabe que pôs o Estado sionista à beira do colapso.

Israel, país de três milhões de habitantes, atravessa uma situação difícil porque dedica 70 por cento do seu orçamento a gastos militares, o que força os seus cidadãos a pagar os impostos mais elevados do mundo.

A dívida externa do Estado sionista é de nove mil milhões de dólares (quase o triplo do seu produto nacional bruto), com um índice de inflação de 38 por cento e 25 por cento de população sem emprego.

À crise económica juntam-se os escândalos em que se viram envolvidos altos funcionários do Governo e o Partido Mapai.

Em 1977, as constantes revelações de fugas ao fisco e de subornos provocaram o suicídio do ministro da habitação , Abraham Offer, a prisão do director do Banco Central, Yasher Yadlin e a renúncia do primeiro-ministro Yitzhak Rabin.

O chefe do governo e dos trabalhistas foi acusado de violar as leis sobre divisas que proibem aos cidadãos ter contas no estrangeiro e teve de renunciar ao seu cargo e às suas aspirações eleitorais.

Contudo a crise israelita está a ser neutralizada porque alguns países árabes e em particular o Egipto, olham para a Casa Branca com a esperança de que interceda junto do Estado sionista, para que devolva os territórios conquistados em 1967.

«Cada um tem uma afeição que o domina», dizia, em tom fatalista, o filósofo romano Virgilio. A de Sadat parece avaliar-se pela designação de Kissinger como seu assessor, ou pelo alinhamento com Mobutu Sese Seko no Zaire.

Em Outubro último, Shimon Peres e Yigal Allon, que agora controlam as hierarquias máximas de Telavive, exprimiram a sua confiança no desenvolvimento de boas relações com o Egipto.

Toda a actividade reaccionária no Médio Oriente se concentra hoje nos esforços para forçar a resistência palestiniana a assistir ao reatamento da Conferência de Genebra, sob a protecção do rei Hussein da Jordânia, para conseguir um Estado Federado nalgum dos territórios ocupados em 1967.

A continuação da Conferência é uma aspiração justa que é utilizada para pressionar o povo palestiniano. Numerosas fontes afirmam que a reunião terá lugar em finais de 1977.

Em Março passado a Organização para a Libertação da Palestina (OLP) reafirmou durante as sessões do Conselho Nacional no Cairo, a decisão de continuar a lutar contra o inimigo sionista e para recuperar os seus direitos.

O Conselho, órgão máximo da resistência , confirmou a posição de que o povo palestiniano só recuperará os seus direitos nacionais através dos seus próprios esforços, com o apoio e a solidariedade da comunidade socialista e das forças progressistas de todo o mundo.

Sadat, pelo contrário, rejeitou em 15 de Março de 1976 o tratado de amizade e colaboração com a União Soviética e tenta a sua sorte com os círculos que apoiam Israel.●

SONDAGENS

O DIREITO AO ESPELHO

Maurice Duverger
LE MONDE

Em França, quatro propostas de lei apresentadas por deputados da maioria pretendem a proibição de sondagens de opinião durante as campanhas eleitorais. O Governo prepara um projecto no mesmo sentido. A tentativa provem da ideia de que os cidadãos têm tendência para seguir os resultados das sondagens visto a publicação destas reforçar as opiniões que se mostram maioritárias e enfraquecer as minoritárias. Enquanto este (suposto) efeito favoreceu os partidos no poder, estes não se preocuparam em o limitar. Mas agora, ei-los cheios de acordo a fim de impedir que a esquerda se aprovzite das sondagens.

O processo faz-nos sorrir, por mostrar uma ignorância notável.

Nunca ninguém demonstrou, de um modo seguro, que a publicação das sondagens aumente a maioria e diminua a minoria. Este mecanismo só parece provável quando há uma grande diferença entre as opiniões, do tipo 70 por cento-30 por cento. Mesmo neste caso há excepções. De qualquer modo, quando a diferença é fraca (do tipo 48 por cento-52 por cento ou até 45 por cento-55 por cento) a publicação das sondagens parece ter antes efeito contrário, levando os simpatizantes do partido que parece batido a mobilizarem-se para impedir a sua derrota. O mesmo comportamento pode surgir quando um dos dois partidos cresce, em relação ao outro, através de sucessivas sondagens. Há quem interprete assim as eleições presidenciais americanas de 1976.

O Governo não tem pois nenhum interesse em evitar a publicação das sondagens em período eleitoral. Quanto aos cidadãos, esses têm, pelo contrário, todo o interesse em que não haja tal proibição. Porque têm o direito de ser informados acerca de todos os aspectos da competição, e, principalmente das tendências da opinião colectiva e a sua evolução. Cada eleitor pode escolher com melhor conhecimento de causa, se for bem esclarecido entre correntes que atravessam a nação. Um voto não é um acto individual e isolado. Ele situa-se numa perspectiva global que as sondagens permitem entrever com maior precisão do que qualquer outra técnica conhecida. A ofensiva que está a ser preparada contra elas é uma ofensiva obscurantista, na verdadeira acessão da palavra, e também um acto de força. Uma opinião pública consciente de si própria pode reagir à imagem que o espelho lhe envia. Recusar-lhe esse espelho é restringir a sua autonomia de decisão.

O verdadeiro problema não está em limitar o uso e a publicação das sondagens mas sim em impedir que estas sejam monopolizadas para que a opinião pública não se olhe num espelho deformante. Não seria difícil definir algumas regras aceitáveis por todos e informar, ao mesmo tempo, os cidadãos, sobre o diferente significado das sondagens, segundo a natureza das perguntas feitas. Algumas não significam grande coisa, por exemplo, as que dezem respeito ao grau de popularidade das personalidades, tal como é mensalmente calculado. Outras podem ser facilmente truncadas, a fim de conduzir às soluções desejadas por aqueles que encomendaram a sondagem. Sabe-se que em 1941, durante um grande inquérito experimental efectuado nos Estados Unidos, Hadley Cantrill pôde fazer variar a proporção de respostas favoráveis, de 8 por cento para 78 por cento, modificando simplesmente a redacção das perguntas.

As intenções de voto em período eleitoral prestam-se muito menos a tais manifestações. Se as perguntas forem feitas directamente, e isoladas de todas as outras, as respostas obtidas dão aos cidadãos um espelho bastante fiel das suas tendências colectivas. Na condição, naturalmente, de se tratar de sondagens sérias, feitas segundo um método válido e cujas perguntas sejam feitas segundo uma técnica já experimentada. Em todo caso seria útil uma lei que criasse alguns princípios de deontologia profissional para afastar os deshonestos e os fantazistas e proteger os outros contra as tentações da facilidade. Tais tentações consentiram em 1974 um inquérito por telefone junto de espectadores do diálogo televisivo Giscard-Mitterrand, e que excluiu grande parte dos eleitores populares, favoráveis ao segundo.

Uma lei que restringisse o direito de fazer sondagens e de as publicar teria outro significado. As sondagens de opinião são uma técnica de informação. Imperfeita, decerto, mas não mais imperfeita que muitas outras técnicas utilizadas concretamente durante o período eleitoral e fora dele, e que ninguém pensa em proibir, até porque ninguém tem poderes para tal. A liberdade de fazer sondagens, de as publicar e de as comentar, faz parte integrante da liberdade de informação, que é uma das bases da democracia pluralista.

Durante o século XIX e o século XX a liberdade de exprimir opiniões, proclamada pela Declaração dos Direitos de 1789, estendeu-se progressivamente ao acesso e à publicação das informações, visto os dois elementos se terem tornado indissolúveis. A este título, a liberdade de informação faz parte dos princípios fundamentais reconhecidos pelas leis da República, e aos quais o nosso direito positivo dá valor constitucional.

Se o Governo conseguisse fazer votar por maioria uma lei que restringisse o uso das sondagens de opinião, é possível que houvesse uns sessenta deputados ou senadores para a deferir no Conselho Constitucional, e que este mostrasse, na protecção à liberdade de informação o mesmo rigor que mostrou na defesa da liberdade de associaçao, visto tanto uma como outra ocuparem um lugar de igual importância nos princípios fundamentais da República. Os dirigentes da sociedade liberal avançada terão interesse em levar as coisas tão longe, aproximando-se assim dos partidários das sociedades que restringem a informação dos cidadãos, por os considerarem desprovidos de espírito crítico e de capacidade de julgamento?●

ACORDO ENTRE TÓQUIO E SEUL SOBRE EXPLORAÇÃO PETROLÍFERA

TÓQUIO — Usando oportunamente o mecanismo de processo parlamentar, o Governo Fukuda conseguiu, no dia 8 de Junho, fazer com que fosse automaticamente adoptado pela Assembleia, o acordo entre a Coreia do Sul e o Japão, que diz respeito às explorações petrolíferas nas plataformas continentais do mar da China oriental e do mar Amarelo

O acordo, assinado entre Seul e Tóquio em Janeiro de 1974, nunca fora ratificado pelo Parlamento japonês: a oposição e certos membros da maioria faziam valer, por exemplo, que podia haver consequências desagradáveis sobre as relações entre a China e o Japão. Desde a assinatura, Pequim sempre afirmou que esse acordo **constituia uma violação da soberania chinesa.**

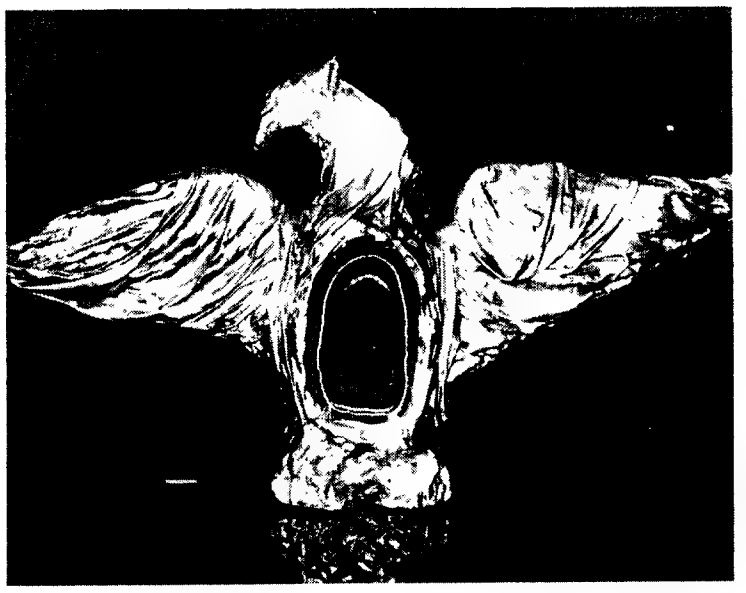
Pouco depois da sua ascensão ao posto de primeiro-ministro, Fukuda, cujas afinidades com o regime de Seul são conhecidas, anunciara que a ratificação do acordo seria uma das prioridades do seu Governo. No entanto, tendo em vista a fraca maioria de que dispõe na Câmara alta, Fukuda não podia esperar um voto favorável. Como a situação do partido liberal democrata é melhor na câmara baixa, conseguiu forçar um voto nessa câmara, a 10 de Maio, com a ajuda do partido social-democrata.

Sempre apoiado por esse último, obtinha, por outro lado, uma extensão de doze dias da sessão parlamentar, que lhe permitia fazer funcionar o artigo 61 da Constituição. No termo desse artigo, se a câmara alta não se tiver pronunciado, ao fim de trinta dias, acerca de um projecto de tratado, a decisão da câmara baixa é considerada como sendo a de toda a câmara. Como a ordem do dia dos senadores nem mesmo lhes permite debater a questão, a ratificação foi automática.

PROTESTOS NORTE-COREANOS E CHINESES

A Coreia do Norte e a China, que se opuseram a este acordo, protestaram junto do Japão durante as últimas semanas. Pyongyang denuncia principalmente **uma ratificação ilegal** e exprime a sua **indignação** perante as **manobras do Governo Fukuda**, que são uma **provocação**. No seu protesto, de 23 de Abril, feito verbalmente às autoridades japonesas, a China põe o Japão em guarda contra as consequências que esse acordo pode vir a ter sobre as realacões entre os dois países,

FOTO EXCLUSIVO



Esta foto da Keystone mostra como será o trono do imperador Bokassa I, cuja coroação será realizada no próximo mês de Novembro, em Bangui, na República Centro-africana. A obra tem a assinatura do escultor Olivier Brice, de Villiers, é construída em bronze e tem a forma de uma águia com as asas abertas. Medidas: 3,50 metros de altura, 4,50 metros de largura, tudo sustentado por uma base que pesa duas toneladas. O trono ainda não está pronto. Esta é apenas a sua maqueta, mas a construção já começou

Pouco antes das celebrações do seu 90.º aniversário, que decorreu no passado dia 7, o pintor Marc Clagall visitou, em companhia de representantes da Imprensa, a sua mais recente exposição em preparação. As obras expostas são consagradas às suas «pinturas bíblicas recentes» e constam de 26 telas inspiradas no Antigo e no Novo Testamento. A foto é da France Press

A remoção de gigantescas canalizações com várias dezenas de metros de comprimento e com um diâmetro de dois metros, não é certamente, um trabalho dos mais fáceis. É preciso, no mínimo, um equipamento como este, que a foto da Keystone mostra: nove gruas, a funcionar simultaneamente. Esta canalização é destinada a um gasoduto, para transporte de gás natural, desde Orenburg, na União Soviética, até à República Democrática Alemã

A POLÍTICA
VISTA DE
UMA ENTREVISTA COM CA

A precariedade dos regimes militares brasileiros...

■ PABLO PIACENTINI
□ INTERPRESS

HAVANA, MAIO (IPS) — O vice-presidente do Conselho de Estado de Cuba, Carlos Rafael Rodriguez, revelou em Havana que o seu governo recebeu por via oficial de Paris a garantia «de que a operação de abastecimentos levada a cabo pelos aviões «Transaal» que transportaram armas e efectivos de Marrocos para o Zaire teve razões estritamente logísticas», e reafirmou energicameente que o seu país será solidário militarmente com Angola se esta nação for agredida.

A afirmação de Rodriguez, que também é membro do Bureau Politico do P.C.Cubano e chefe das Relações Externas tanto do Partido como do Conselho de Estado, foi prestada à revista mensal «Cadernos do Terceiro Mundo» que se edita no México. A entrevista foi feita por Pablo Piacentini, director da revista.

No decurso do longo diálogo, Rodriguez abordou os principais tópicos da actualidade internacional, caracterizando a actuação do presidente Carter e do seu governo. Também se referiu as perspectivas de normalização das relações entre Havana e Washington, em relação às quais exitem sinais positivos. Quanto à América Latina, afirmou que Carter procurava um modelo social-democrata como alternativa aos regimes fascistas. A entrevista será publicada no próximo número da revista mexicana, que cedeu em exclusivo à Interpress os extractos que se seguem.

SOBRE A PARTICIPAÇÃO ESTRANGEIRA NO ZAIRE

«Trata-se de uma manobra perigosa. As agências noticiosas e muitos observadores tem a opinião de que a França recebeu a missão de assumir, entre os países neocolonialistas, o papel mais agressivo em África. Pela nossa parte, reafirmámos ao governo francês que Cuba não participou nem na preparação nem na actividade encetada pelos opositores de Mobutu no Shaba e expressámos também a preocupação por toda a tentativa de «internacionaliza» o que é, a todos os títulos, uma luta interna do povo zairense. O governo francês assegurou-nos que a operação de abastecimentos dos aviões «Transaal» teve um carácter estritamente logístico. Todavia, os especialistas e a imprensa que relatam os acontecimentos no Zaire referem uma presença militar francesa na área». Neste momento, ignoramos as forças reais que a F.L.N.C. dispõe, e os comunicados de Mobutu são uma mistura de imaginação e de cinismo, sem qualquer credibilidade. Já abordámos os perigos decorrentes da internacionalização do conflito e preocupamo-nos com a insistência com que alguns círculos reaccionários falam da possibilidade de os marroquinos e zairenses «perseguirem» as forças inimigas de Mobutu para além da fronteira. Ontem mesmo Angola denunciou a violação da sua fronteira por aviões do Zaire».

Mobutu

«Assim, não será despiciendo recordar as declarações do camarada Fidel Castro numa recente entrevista concedida a Simon Malley, director da «Afrique-Asie»: «Cuba considera-se obrigada a dar a Angola todo o apoio necessário, no caso de novos ataques». Esperamos que ninguém se esqueça desta advertência».

CUBA E OS ESTADOS UNIDOS

«Não há dúvida que o governo de Carter mostra intenções positivas. Há um reconhecimento tácito de que Washington desistiu de exigir condições prévias para o início de contactos e de conversações entre Cuba e os Estados Unidos. Neste aspecto, a posição de Cuba foi muito categórica logo de início e ainda continua a sê-lo. Nunca admitimos a possibilidade de que viessem a ser postas em causa a nossa amizade e as nossas relações económicas e políticas com a União Soviética. Não admitimos nem admitiremos a menor ingerência nas nossas posições internacionais independentes. Ninguém tem o direito de contestar a solidariedade de Cuba para com os países que lutam pela independência nacional e por transformações sociais. Também não admitiremos que se pretenda restringir, ou pôr em causa, o nosso direito de colaborar com Angola, quer militar quer tecnicamente, segundo a forma que o legítimo governo daquele país entender conveniente. Este é um assunto que apenas diz respeito a nós e aos angolanos».

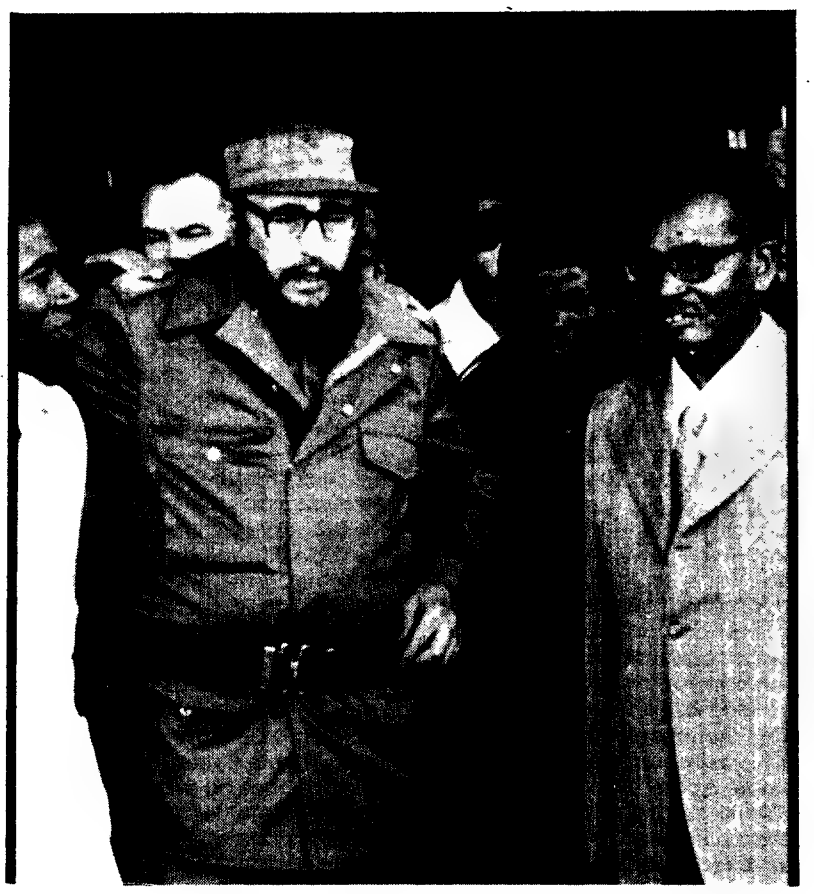
«Estamos convencidos, todavia, de que o abandono de condições prévias em relação a estes assuntos não representa a extinção dos problemas inerentes às negociações entre Washington e Havana. Elas só poderão iniciar-se quando terminar o bloqueio e quando cessarem as agressões que o nosso país tem sofrido. É natural que a nível governamental se discutam estas questões em relação às quais existem várias opiniões. Mas discutir — como o temos feito e continuamos a fazer com a Grã-Bretanha, com a França e outros países — não é o mesmo que arrogar-se o direito de efectuar ingerências políticas ou impor requisitos para o estabelecimento de relações diplomáticas. Por outro lado, as conversações oficiais sobre os problemas da pesca e limites das águas territoriais, relacionadas com a legislação dos dois países sobre o território marítimo, mostra que se podem discutir serena e respeitosamente os problemas que normalmente surgem entre países vizinhos, obrigados a dialogar sobre os muitos problemas existentes.

Os últimos acontecimentos revelam que as medidas tomadas pelo governo norte-americano, ao eliminar as restrições de viagens a Cuba e a recomendação da Comissão de Relações Exteriores do Senado que revogou a proibição de venda a Cuba de medicamentos e alimentos, indiciam um novo ambiente. Diga-se de passagem que, como assinalou Fidel antes da adopção desse acordo no Senado, o modo de suprir esta pequena parte do bloqueio, isto é, a eliminação da proibição de vender a Cuba mas não a de comprar, é uma limitação mesquinha que diminui largamente o significado da decisão tomada.

Por outro lado, informaram-nos ainda há pouco que na Câmara dos Representantes, se aprovou por manifesta maioria uma proposta eliminando Cuba e o Vietname do comércio com os Estados Unidos, enquanto não estiverem cumpridas determinadas condições. Pelos vistos, a par das posições mais abertas dos dirigentes como McGovern, Arbourek, Kennedy e outros, persistem ainda as dos que não compreendem que a época em que os Estados Unidos ditavam as suas condições aos países da América Latina está em agonia; no que respeita a Cuba, morreu há muito tempo.

PERSONALIDADE DE CARTER

É difícil e prematuro definir o presidente Carter. Tem traços de Woodrow Wilson e de John Kennedy, mas Carter não ensinou em Princeton nem se forjou entre os grupos milionários de Boston. É um produto de Plains e está marcado por essa formação primária. Há nele um aspecto moral que muito agrada aos norte-americanos e que, depois do desastre de Nixon, pode iniciar uma recu-



Fidel Castro: Cuba considera-se obrigada a dar o apoio a Angola

CA CARTER CUBA

CARLOS RAFAEL RODRIGUEZ

peração.

Como sabe, o aspecto mais grave da política imperialista dos Estados Unidos reside no facto de o povo americano, profundamente convicto de que está a realizar um dever moral e internacional, (ter apoiado, do mesmo modo, a intervenção no Panamá na altura da sua separação da Colômbia, a violação do paralelo 38 na Coreia e as forças aliadas na primeira guerra imperialista de 1914-1918.

O mais dramático e importante na guerra do Vietname, do processo de Cuba e do caso Watergate, que foi afinal o culminar daqueles dois acontecimentos, foi que pela primeira vez o povo norte-americano se apercebeu de toda a podridão e crueldade existente na política imperialista, tanto no campo externo como interno.

O desaire moral foi grande e constituiu uma das mais maiores crises políticas e de consciência do povo norte-americano.

Carter propôs-se resgatar a imagem da política externa, e por essa razão faz-nos recordar Wilson, mas ao mesmo tempo adopta matizes liberais à John Kennedy. No entanto, o seu estilo é mais provinciano, e aqui reside o seu cheirinho a Plains.

No que diz respeito à América Latina, e aos países do Terceiro Mundo, isto significa uma mudança de método para aplicar a política que mais convém aos interesses dos Estados Unidos como potência mundial e ao sseus grandes monopólios como força fundamental do país.

Mas, é indubitável que cometeríamos um erro se não nos apercebessemos que essa forma de actuar da política americana de Carter exige também da nossa parte a necessidade de uma resposta diferente da que originavam as brutalidades de Johnson ou Nixon. A presença em África, de Andrew Young não é igual à de Kissinger, ainda que os objectivos não sejam diferentes.

A essência das posições imperialistas não muda. Basta analisar o discurso de Carter na OTAN para nos apercebermos disso.

O desanuviamento vai continuar. É inevitável. Mas o «trilateralismo», a globalidade de critérios que Carter pretende, em vez da hegemonia atlantista de Kissinger, dá um novo aspecto à situação internacional.

Carlos Rafael Rodriguez

UM FUTURO SOCIAL-DEMOCRATA PARA A AMÉRICA LATINA?

Quando se olha para os países onde as derrotas foram maiores, como o Chile e Uruguai, ou onde a situação se deteriora como a Argentina, nota-se claramente que a reacção e o imperialismo não conseguiram nada de irreversível com as suas vitórias, por mais brutais e sanguinárias que tivessem sido.

O fracasso de Pinochet e da sua Junta Militar é ostensivo no Chile. A incapacidade da reacção militar em governar no Uruguai torna-se cada vez mais patente.

A Argentina procura continuamente alternativas para uma crise que se traduz em milhares de mortos por ano. No Brasil, qualquer «abertura» do governo, como têm sido as sucessivas eleições em que se permite a existência de uma oposição controlada, mostra, através de verdadeiras explosões populares, que o povo exige mudanças e que está disposto a obtê-las.

O imperialismo não tem soluções para os problemas básicos da América Latina.

E as «Alianças para o Progresso», já não enganam ninguém. As discussões sobre os problemas do comércio e sobre a política das multinacionais aumentam as contradições entre a América Latina e os Estados Unidos, em vez de as resolverem. Por isso, ainda que neste momento na América Latina prevaleçam os governos de ideologia fascista, que aparentemente garantem os interesses norte-americanos, os Estados Unidos são suficientemente sagazes para se aperceberem da debilidade de tais regimes.

Jorge Dimitrov, que ficou na história como o dirigente mais destacado na luta contra o nazismo e o fascismo, deixou-nos um aviso de vigilância permanente: « o fascismo, disse, é um poder feroz mas precário». Essa precariedade é visível em Pinochet e nos seus cúmplices do Uruguai, e mostrou-se muito visivelmente nos regimes militares brasileiros. Daí se conclui que hoje o único meio do imperialismo e alguns governos reformistas impedirem o avanço de uma autêntica revolução é estimular a influência social-democrata na América Latina.

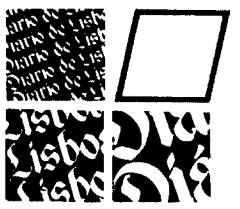
Este fenómeno é novo porque, embora na época em que Haya de la Torre, Figuerez, Muñoz Marin e Betancourt eram os principais propagandistas do anticomunismo instalado em Washington, muitas das suas soluções eram tipicamente social-democratas, mas nunca se vincularam oficialmente à Internacional Socialista. Agora, em Caracas ou no México, Willy Brandt ou Mário Soares e outros, actuam para alargar à América Latina posições da social-democracia ocidental. Pessoalmente, creio que seria errado considerar que esta presença — ainda que indubitavelmente útil aos imperialismos — seja tão perigosa como a dos defensores do fascismo, mas, creio também, que os que querem empreender uma profunda revolução latino-americana, que produza as necessárias transformações, terão de tomar em conta os perigos de um desvio reformista que essa actividade reformistaqueessaactividade social-democrata tende a estimular.●

●

«O fascismo é um poder feroz mas precário»
Para impedir o avanço de uma autêntica revolução, o imperialismo e alguns governos reformistas estimulam a influência social-democrata na América Latina»

●

EXCLUSIVO



O fracasso de Pinochet e da sua Junta Militar é evidente

AGRICULTURA NA POLÓNIA

"Coexistência pacífica" entre o sector privado e o nacionalizado

Um senador norte-americano, dirigente de uma organização de agricultores, disse num encontro internacional que cada país deve tentar solucionar os problemas agrários à sua maneira. Claro que essa solução depende da opção: socialista ou capitalista.

Na Polónia, como nos outros países socialistas, o princípio de que a terra pertence a quem a trabalha confunde-se com a vida das pessoas. A política agrária da Polónia enquadra-se nas condições históricas, sociais e económicas do país. Para já, a terra deixou de constituir o principal problema da aliança operária-camponesa, em que se baseia o Estado Socialista. Actualmente o problema básico dessa aliança consiste em assegurar uma melhor alimentação ao povo, conseguir a maior produção possível por hectare e criar condições (cada vez melhores) de vida para os trabalhadores no campo.

A agricultura foi tema de numerosas reuniões plenárias minuciosamente preparadas pelo Comité Central do Partido Operário Unido da Polónia para as quais foram convidados destacados especialistas.

Muitos dos participantes nem sequer eram filiados no POUP. O Governo polaco optou por uma nacionalização moderada. Ainda hoje existem, no país, bastantes empresas privadas. Acontecem, contudo situações curiosas. Muitos pequenos agricultores de idade avançada, que não possuem herdeiros e já não têm forças para trabalhar as suas terras, decidiram entregá-las ao Estado, mediante o pagamento de uma renda vitalícia.

O governo depois age, em relação às terras, de acordo com um critério de produtividade. Cede as terras às granjas estatais cooperativas, círculos agrícolas ou a agricultores individuais desde que tenha a grantia de que estes são competentes.

Por vezes a terra foi integrada em herdades estatais que não estavam em condições de a administrarem convenientemente. Estes erros foram corrigidos. Ainda recentemente o partido afirmou mais uma vez que as propriedades individuais deviam dispor da superficie necessária afim de poderem desenvolver uma produção racional e rendível. Assim a estabilização da economia agrária individual foi, desde logo, garantida através de uma emenda na Constituição. Definiram-se a partir daí aspectos importantes, tais como os preços a pagar aos agricultores pelos seus produtos e o alargamento da assistência médica gratuita a toda a população rural.

Na medida em que a indústria polaca é muito desenvolvida e como o comércio se faz através do Estado, o produtor agrário individual mantém laços estreitos com a economia socialista. Ele sabe que, no futuro, a agricultura será socialista — situação que não o amedronta. Já hoje colabora com a granja estatal vizinha, comprando-lhe produtos ou aproveitando-se da assistência dos seus técnicos agrícolas.

Segundo Edward Gierek, neste momento, nos campos da Polónia não existem diferenças sociais. Carecem, portanto, de sentido as antigas classificações que dividiam os agricultores em pequenos, médios e grandes. Os pequenos transformaram-se em camponeses-operários. Vivem do trabalho na indústria e na exploração das suas terras. Os assalariados agrícolas desapareceram. Quanto aos proprietários «maiores» é muito difícil que se tornem exploradores...

A estrutura social do campo polaco não obedece a nenhum esquema. Se em certos casos o rendimento por cada membro de uma família que trabalha no campo é inferior ao auferido na indústria, noutros sucede o contrário.

A participação da Polónia na produção agrária mundial foi avaliada em cerca de 2,4 por cento, sendo a parte principal dessa produção traduzida na pecuária. Em primeiro lugar está a produção de gado suíno, que coloca a Polónia entre os mais importantes países produtores do mundo: a seguir à União Soviética, Estados Unidos, China, Brasil e Alemanha Federal. A Polónia especializou-se ainda na criação de gado bovino para a produção de leite. Neste campo, todavia, a sua posição é um pouco inferior. Por outro lado a produção de frangos «de aviário» começou a crescer substancialmente. Espera-se que nos próximos anos a posição da Polónia no grupo de produtores de aves acuse uma significativa subida. Na criação de cavalos a Polónia ocupa também um lugar de destaque. A produção de leite que em 1974 rendeu 16,3 biliões de litros garante-lhe o 6.º lugar no Mundo.

No que diz respeito à produção vegetal, regista-se a importância do centeio. Neste momento a Polónia é o segundo país produtor deste cereal depois da União Soviética. Apresenta também uma boa produção de aveia e está a aumentar gradualmente a produção do trigo. As batatas são outra produção de peso na economia polaca sendo, porém, dois terços dessa colheita destinada a forragens. A produção da beterraba veio trazer à Polónia o 5.º lugar na produção mundial. Por sua vez as verduras e frutas começam a ter um certo significado na produção agrária do país.

O crescimento da produção agrícola requer a generalização da mecanização. É evidente que a introdução, cada vez maior, na agricultura de tractores, ceifeira combinadas e outras máquinas agrícolas terá influência sobre a qualidade do plantio e sobre a manutenção do prazo das colheitas. Por outro lado, a mecanização dos trabalhos da agricultura permite economizar relevantes quantidades de forragem que vão incidir na intensificação da produção da carne.

A base da agricultura na Polónia assenta ainda nas propriedades individuais, que em 1974 abrangiam 81,5 por cento da produção global cabendo às propriedades estatais, 15,9 e às cooperativas e círculos agrários, 1,9 por cento.

Convém, no entanto, salientar que a área média das explorações individuais fica abaixo dos 5 hectares. Mas a tendência aponta para a concentração da produção agrícola: aumentar o número de propiedades com área superior a 10 hectares e aumentar o número de cooperativas.

Apesar de na agricultura polaca trabalharem quase tantas pessoas como na dos Estados Unidos, com a modificação da estrutura agrária vai-se notar certamente uma diminuição de trabalhadores nos campos, os quais irão ocupar-se na indústria, onde já começa a sentir-se a falta de mão-de-obra.●

DESANUVIAMENTO INTERNACIONAL

A declaração franco-soviética

A declaração conjunta da França e da União Soviética acerca do desanuviamento internacional é assim redigida:

«A França e a União Soviética consideram que numa época em que o armamento atingiu uma força de destruição imensa, e em que o problema da satisfação das necessidades materiais se põe de modo agudo a uma parte importante da população da Terra, o interesse superior da Humanidade exige de modo imperioso que os Estados e os povos renunciem às políticas baseadas na desconfiança, na rivalidade e na tensão, e reconheçam que, apesar das diferenças na concepção e na organização da sociedade, estão solidários perante os perigos que os ameaçam.

Acham que, para responder a essa necessidade profunda do nosso tempo, os Estados devem renunciar a utilizar a força, a ameaça ou a acumulação de armamentos como meios de influênciar a política dos outros Estados, devem tentar solucionar por meios pacíficos os diferendos que os opõem, favorecendo uma cooperação que tenha em vista uma melhor utilização das riquezas da natureza e o progresso do conhecimento.

Verificam que, há pouco mais de dez anos, deu-se mais conta dessa necessidade nas relações internacionais, o que permitiu a instauração da política de desanuviamento. A URSS e a França acreditam que a melhoria das suas relações teve um papel importante nessa evolução favorável. Felicitam-se, pois, por um número crescente de Estados se haverem associado a essa política e por a tendência para o desanuviamento se ter generalizado.

Verificam que foram concluidos acordos de grande importância, que visam ultrapassar certos diferendos que podiam suscitar tensões na Europa e que depois foi possível proceder a um exame geral dos princípios que estão na base de um desenvolvimento das relações pacíficas entre os Estados, e das medidas concretas que podem criar um tal desenvolvimento, e definir em comum esses princípios e essas medidas no acordo final da Conferência sobre a Segurança e a Cooperação na Europa.

A França e a União Soviética consideram indispensável que todos os Estados continuem e intensifiquem os esforços a favor do desanuviamento internacional.

— Tornando o acordo final solenemente assinado com Helsínquia uma realidade concreta e apoiando activamente os esforços feitos nesse sentido;

— Tormando iniciativas decisivas a favor do desarmamento;

— Procedendo de modo a que o espírito do desanuviamento não seja contrariado pelas considerações da política de bloco;

— Abstendo-se de intervir nos assuntos internos dos outros Estados e respeitando a sua soberania e a sua independência;

— Tomando em consideração os interesses legítimos e os pontos de vista dos outros Estados;

— Adaptando às necessidades do desanuviamento a sua acção para com todos os Estados e em todas as regiões da Terra;

— Favorecendo a compreensão entre os homens através de um desenvolvimento dos seus contactos e do progresso do conhecimento mútuo da cultura e da vida dos povos;

— Adoptando uma atitude favorável ao reforço dos sentimentos de amizade e de confiança entre os povos.

As duas partes confirmam, para mais, que o respeito pelos Direitos do Homem e pelas liberdades fundamentais por parte de todos os Estados, constitui uma das bases de uma melhoria profunda das suas relações mútuas.

A França e a URSS estão resolvidas a desenvolver a sua acção em favor do desanuviamento, tanto através da sua própria política como através de esforços conjuntos, e ainda do progresso das suas relações com os outros Estados.»●

FIGURA EM DESTAQUE

MOHAMED ZIA UL HAQ

. O general Mohammed Zia Ul Haq, de 52 anos, surgiu repentinamente no cenário político mundial na passada terça-feira, dia 5, ao comandar o golpe de Estado, no Paquistão, que derrubou o primeiro-ministro Zulfikar Ali Bhutto.

Num dos seus telegramas sobre o acontecimento, a agência Reuter classificou este militar como «um garboso oficial de cavalaria». Mas de um modo geral, o adjectivo que mais lhe tem sido atribuído não passa do lugar-comum de «novo homem forte do Paquistão».

«Garboso» ou «homem forte», Zia Ul Haq é, na realidade, um general «putschista» que jura não ter nenhuma ambição política e que restituirá rapidamente o poder aos civis. Diz isso depois de ter feito avançar os seus blindados sobre o governo de Bhutto, a quem os membros da Junta que agora governa o Paquistão haviam reafirmado a sua lealdade, alguns dias antes.

Até agora, as suas declarações têm sido recebidas sem que se levantem grandes interrogações, talvez pela grande moderação com que são feitas e pelas promessas que encerram, principalmente as relativas às eleições de Outubro que, como ele faz questão de repetir, serão «livres e honestas», e contarão, inclusive, com a participação do próprio Ali Bhutto, se este quiser tentar recuperar o lugar de onde foi apeado.

Dentro das clássicas motivações que fazem com que um militar desfira um golpe contra o governo do seu país, Zia Ul Haq tem-se mantido equidistante dos dois pólos. Não pode ser classificado como um «oficial progressistas». Até agora não fez nada que o tornasse merecedor desta qualificação, pois simplesmente derrubou Ali Bhutto, sem preconizar nenhuma reforma estrutural no Paquistão, país que oferece um campo particularmente extenso para quem quiser introduzi-las em proveito do facto de prometer eleições é um dado, mas também é o mínimo que se pode exigir de alguém que se afirma democrata.

Entretanto, ao que tudo indica, Zia Ul Haq também está muito longe de poder ser apontado como «reaccionário», no sentido mais radical da palavra, pois o golpe que dirigiu produziu-se sem qualquer choque armado, foi bem recebido pela Imprensa paquistanesa e já teve até manifestações de apoio da oposição. Não é, portanto, nada que se pareça com os sombrios generais latino-americanos, que afogam os seus povos em sangue, na primeira oportunidade, para em seguida submetê-los, da forma mais baixa, ao imperialismo internacional.

Zia Ul Haq dá a impressão de querer assumir uma posição de «árbitro», num futuro imediatamente próximo. No seu discurso ao país, logo após o golpe, disse: «O tempo do senhor Bhutto terminou e vós vereis isso bem».

Por outro lado, é sabido que as suas ideias demarcam-no como um partidário do regresso à tradição islâmica. Deixou isso bem claro logo no início da sua alocução, ao dizer: «Como o Paquistão foi fundado em nome do Islão, nós nos comportaremos como mulçulmanos».

Contudo, se o seu discurso foi relativamente pródigo em indicações quanto à linha interna que pretende seguir, até às eleições que promete, nada se sabe quanto à política externa que o Paquistão adoptará até lá. A sua primeira mensagem foi endereçada ao rei Khaled, da Arábia Saudita, mas a agência noticiosa dos dois países mantiveram-se silenciosas quanto ao conteúdo da mesma. Esta atitude pode ser encarada sob o seguinte prisma: o Paquistão tem necessidade da ajuda dos países árabes produtores de petróleo, Estados igualmente islâmicos, portanto solidários.

Em Moscovo, o Izvestia assinalou o golpe militar sem qualquer comentário. Entretanto, a rádio, numa emissão em língua inglesa destinada à Ásia, afirmou que Bhutto havia conseguido uma vitória esmagadora nas últimas eleições e que os serviços especiais dos Estados Unidos estavam a «desestabilizar» o Paquistão.

Em Washington, um porta-voz do Departamento de Estado recusou-se a comentar o golpe chefiado por Zia Ul Maq mas indicou que as relações entre os EUA e o novo regime serão «normais», dizendo que a questão do reconhecimento da nova situação paquistanesa não seria posta em causa, neste caso.

Os próximos dias, e principalmente as suas próximas atitudes, dirão, realmente, quem é o general Mohammed Zia Ul Haq.●

ACORDO ENTRE TÓQUIO E SEUL SOBRE PETROLEO

3

e de que Tóquio seria o único responsável.

Embora na roda de Fukuda não pareça recear-se reacções por parte da China e da Coreia do Norte, que não sejam puramente formais, o acordo nipo-sul-coreano poderia, em todo o caso, provocar uma certa tensão no mar da China oriental, zona essa até agora bastante calma.

Norte, que não sejam puramente formais, o acordo hipo-sul-coreano poderia, em todo o caso, provocar uma certa tensão no mar da China oriental, zona essa até agora bastante calma.

A existência de reservas petrolíferas importantes na região, é conhecida desde 1968, devido a uma exploração feita por geólogos das Nações Unidas. Decidindo aproveitar o facto, o Governo Park delimitou unilateralmente os fundos marinhos nos quais queria estender a sua jurisdição, e criou sete concessões «off shore» atribuídas a companhias internacionais.

As zonas onde podem produzir-se incidentes são em especial as concessões que cabem aos coreanos do Sul no mar Amarelo. Em Fevereiro de 1974, um mês depois da assinatura do acordo entre Seul e Tóquio, Pequim recordou que só um acordo comum entre os habitantes da beira mar podia fixar as zonas de cada país no mar da China oriental. Nessa região, em que a profundidade do mar é inferior a 200 metros, as plataformas continentais chinesas ultrapassam a zona das 200 milhas. De facto, apesar das tentativas de mediação dos Estados Unidos e da França, nenhuma negociação pode ser iniciada entre os chineses e os coreanos do sul, visto Pequim achar que o Governo de Seul não tem nenhuma existência legal.

A atitude chinesa fez esfriar um pouco as compakhias petrolíferas internacionais interessadas na prospecção da região. Por outro lado, os meios petrolíferos americanos não desejam descontentar os chineses (que podem tornar-se compradores de material de perguração), associando-se demasiado estreitamente com os coreanos do Sul. Washington declarou oficialmente, na véspera da estadia de Ford, em Pequim, em Dezembro de 1975, que, se houvesse um incidente co a marinha chinesa, os Estados Unidos não interviriam para proteger os interesses das companhias petrolíferas americanas. A situação podia, sobretudo, tornar-se explosiva com os coreanos do Norte. Os guarda-costas de Kim Sung não hesitam em metralhar qualquer barco que se aventure nas águas do país.

A sétima concessão, que será explorada em conjunto com os japoneses e os coreanos do Sul, é uma zona menos contestada. Ao ratificar o acordo, assinado em 1974, o Japão queria antes de mais evitar que os coreanos começassem a fazer, sozinhos as prospecções. Mas em Tóquio tem-se a consciência de que, se as actividades de prospecção tomarem demasiada amplidão, não deixará de provocar uma tensão com a China.●

SEMANA INTERNACIONAL

O GOLPE

Desde o passado dia 7 de Março, o Paquistão estava mergulhado numa crise política. O resultado das eleições, das quais o primeiro-ministro Zulfikar Ali Bhutto saiu vitorioso sempre foram contestados pela oposição, que alegava fraude no processo eleitoral. Ao todo, 350 pessoas morreram nos distúrbios que se seguiram. No último dia 5, o general Mohammed Zia Ul Haq, à frente das tropas paquistanesas, derrubou e prendeu o primeiro-ministro, prendeu os líderes da oposição, e disse que a anarquia estava terminada. Entretanto, promete eleições «justas e honestas» para Outubro, diz que não tem ambições políticas e procura manter as amizades do país, bem como os compromissos anteriormente assumidos. O tempo dirá quais são as verdadeiras intenções de Zia Ul Haq, um muçulmano que comparece às mesquitas para rezar e chefe de um golpe que, de uma maneira geral, foi recebido com agrado pelos seus compatriotas, conforme dizem as agências internacionais.

O XEQUE

Um outro primeiro-ministro que atravessa momentos difíceis, embora ainda permaneça à frente do seu Governo, é James Callagham, da Inglaterra, que cada dia vê mais reduzida a sua base de apoio. Nesta última semana, Callaghan passou a ser pressionado também pelos mineiros e camionistas britânicos, que exigem o regresso, sem condições, ao sistema de livre negociação das convenções colectivas de trabalho. Com isso, o «Contrato Social», a mola-mestra da sua política dita anti-inflacionista, sofre um rude golpe, aproveitado pelos conservadores. A Imprensa já fala em eleições antecipadas para o próximo mês de Outubro, das quais dificilmente o Partido Trabalhista sairá vencedor. Recorda-se que uma greve de mineiros, em 1974, bastou para derrubar o Governo do então primeiro-ministro conservador, Edward Heath.

OS NEUTRÕES

Enquanto uma verdadeira e bem orquestrada campanha publicitária em torno dos «Direitos Humanos» avassala o mundo inteiro, regida por Jimmy Carter, os Estados Unidos deixam o mundo, perplexo com a sua nova e terrível arma: a bomba de neutrões. A última semana foi pródiga de notícias a respeito e graças a elas ficou-se a saber que a nova arma, ao explodir, emite radiações que atacam o sistema nervoso de todos os seres vivos, que morrem dois dias depois em meio a indescritíveis sofrimentos durante a longa e penosa agonia. Esta é a chamada «bomba limpa», que mata apenas seres vivos, deixando intactos edifícios, carros, pontes e objectos inanimados que, pensa-se, seriam aproveitados pelo vencedor autor do bombardeamento. No próximo mês, Carter decidirá se dá ou não luz verde à produção da bomba de neutrões que, se realmente vier a ser fabricada em série, colocará um obstáculo muito difícil de ser retirado no caminho a ser percorrido pelas conversações sobre o desarmamento.

O CONFRONTO

Tropas britânicas apoiadas por fragatas equipadas com mísseis, foram transferidas para Belize, após a Guatemala ter deslocado tropas para a fronteira desta última colónia inglesa da América Central. Chegou-se a temer um confronto, na mesma altura em que decorriam conversações em Washington entre os dois ministros dos Negócios Estrangeiros que procuravam chegar a um acordo quanto aos termos em que será concedida a independência a Belize. Por outro lado, o envolvimento de Portugal no fornecimento de armamento e munições para a Guatemala ainda não foi satisfatoriamente explicado. O caso continua em aberto.

A PRISÃO

Nito Alves foi preso em Angola, na primeira Região Militar, que comandou durante a guerra colonial. Segundo um comunicado lido pela rádio de Luanda, a prisão foi feita pelas FAPLA, com apoio da população. Está assim quase terminado o trabalho de procura e «retirada de circulação» dos chefes do criminoso e falhado golpe do dia 27 de Maio. Com Nito Alves, Van Dunem, Cita Vales e outros na cadeia, falta apenas encontrar Balakoff. Recorde-se que o presidente Agostinho Neto já disse que «não se perderia muito tempo» para puni-los.

PELO MUNDO

INSÓLITO

Em Espanha, as ruas e as praças começam, como é natural, a mudar de nome. O município da povoação de Villareal de Urrechua, na Guipuscoa, decidiu dar novo nome à sua praça municipal que havia quarenta anos usava o nome de «Plaza del generalisimo Franco». A praça em questão passará a ter o nome basco de «Plaza de Guerrnikako-Arbola», o que significa, praça da árvore de Guernica a árvore sagrada que simboliza as aspiraçoes do povo basco.

Embora sem Poirot nem Miss Marple, Agatha Christie continua a descobrir misterios, mesmo depois de morta. O caso passou-se num hospital londrino onde uma criança deu entrada em estado desesperado e sem que os médicos tivessem conseguido descobrir a origem do mal.

Foi então que a enfermeira de serviço se lembrou do policial que estava a ler (de Agatha Christie) e se precipitou para o gabinete do médico de serviço dizendo que a criança tinha os mesmos sintomas da vitima do livro, que fora envenada com «Thalium». As análises confirmaram que o corpo da criança continha, de facto, «Thalium».

Tratada durante semanas, a menina curou-se. O veneno provinha de um produto utilizado para matar baratas.

A PRISÃO DA FILHA DE VON OPEL

A jovem que está a entrar na carrinha da polícia, como mostra a foto da France Presse, é a filha do magnata alemão dos automóveis, Von Opel. Maria Christina, este é o seu nome, foi presa com mais sete amigos, no passado dia 5, em Plan de la Tour, na Côte D'Azur, após a descoberta nesta cidade, e em Sant Tropez, de um contrabando de haxixe com mais de uma tonelada. Em Paris, num apartamento seu, foram presos dois libaneses, que haviam entrado em França com documentos falsos italianos. Todos foram inculpados, por infracção à legislação alfandegária e importação e detenção de droga, com o processo a ser instruído no Foro de Draguignan. Pelos vistos, as suas férias serão bastante sombrias. Até agora, o facto de ser filha de Von Opel ainda não influiu.

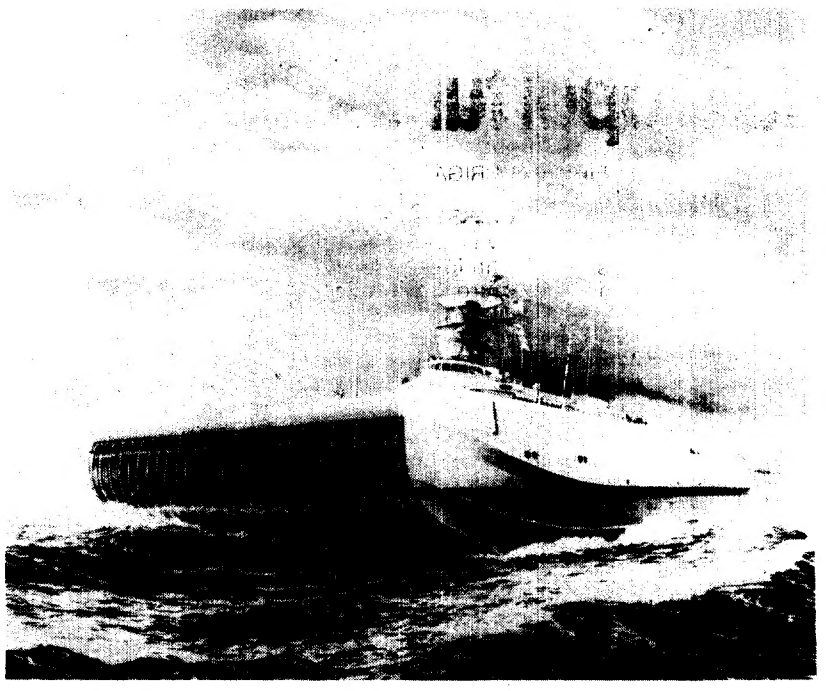
VAI COMEÇAR A BUSCA DA PIRAMIDE SUBMARINA

Dentro de seis semanas principia uma aventura submarina entre os Açores, as Canárias e a Costa Oriental dos Estados Unidos, com o objectivo de localizar uma pirâmide de 160 metros de altura apoiada no fundo do oceano Atlântico, a setecentos metros de profundidade.

A notícia foi dada em Buenos Aires pelo escritor Charles Berlitz, de cujo livro «O Triângulo das Bermudas» se venderam na Argentina um milhão de exemplares.

Se a expedição que se aproxima conseguir descobrir no Atlântico Norte uma pirâmide idêntica às de Keops e Gizen, no Egipto, haverá que descobrir outra pirâmide semelhante num terceiro ponto da terra — observou aquele escritor de factos fantásticos segundo o qual existem seres de outros planetas encarregados de transportar para lá amostras da civilização terrestre.

Em «O Triângulo das Bermudas», Berlitz fala dos cinco bombardeiros que em 5 de Dezembro de 1945 desapareceram na zona das ilhas Bermudas e de outros barcos e aviões que têm desaparecido na mesma zona, sem qualquer explicação.



NOVO "FERRY BOAT" DA US NAVY

Os Estados Unidos estão num processo de construção maciço deste «ferry-boat» de 3.000 toneladas, que equipará a sua marinha de guerra. O projecto deverá estar concluído em 1982. O gigantesco vaso de guerra surgirá com 270 pés de comprimento por 105 pés de largura e a sua velocidade será três vezes maior do que a dos navios convencionais. Ao todo, 1000 homens estão a trabalhar no projecto, que tem os custos avaliados em 160 milhões de dólares.

CHINA E MAURITANIA MOSCOVO E RABAT

ARGEL — O jornal **Revolution africaine**, órgão central do FLN, publicado a 1 de Junho, não deixa duvidas acerca da irritação de Argel quanto ao fortalecimento das relações económicas entre Nonakchott e Pequim e também entre Rabat e Moscovo. Em todo o caso, as criticas acerbas dirigidas a essas duas capitais não estão contidas no editorial do semanário, mas sim num artigo, de certo modo «mediocre», o que lhe atenua um pouco o carácter oficial.

De resto, o alvo do autor do artigo é muito menos Pequim e Moscovo do que o presidente Moktar Ould Daddah e sobretudo Hassan II, «aliado do imperialismo e ocasional amigo do mundo comunista». O redactor escreve: **«Ainda não há um mês o rei de Marrocos mandava as suas tropas combater «os comunistas cubanos, agentes da URSS» no Zaire e antes mesmo do regresso desses mercenários mandados combater «o comunismo e a expansão soviética», concluia um importante acordo com esses mesmos «comunistas soviéticos», na evidente intenção de provocar suspeitas e um certo frio nas relações entre a URSS e os seus amigos africanos. O anticomunista Hassan II sabe muito bem adaptar-se ao comunismo quando encontra nele, vantagens para as suas acrobacias económicas e políticas»**

Revolution africaine interroga-se então: **Que pensarão os angolanos dessa aproximação, eles a quem puseram a etiqueta de amigos dos soviéticos, e que são considerados responsáveis, nos meios da reacção, pela invasão do Shaba?»**

De passagem, **Revolution africaine** recorda a Pequim, capital **do comunismo ortodoxo**, que o auxilio económico e técnico que o presidente mauritaniano pede, se destina a **fazer face às crescentes necessidades, provocadas pela guerra do Sahara Ocidental.**

Este artigo parece ser a primeira reacção calculada de Argel perante as recentes informações sobre o estado da cooperação económica e técnica entre Pequim e Novakchotk, e, sobretudo perante as perspectivas de um acordo comercial a longo termo entre Moscovo e Rabat. Esse acordo, negociado em 9 e 10 de Abril por Alexis Chvedov, director do departamento da África do Norte, do ministério dos negócios estrangeiros da URSS, e que deve ser assinado no fim do mês, em Moscovo, diria respeito a entrega de 10 milhões de toneladas de fosfatos marroquinos, a URSS, contra o equivalente, em petróleo soviético, a Marrocos. A URSS também participaria na exploração do grande jazigo de fosfatos marroquinos de Meskala, a norte de Marrakech.

No que diz respeito ao Sahara ocidental, a URSS teria afirmado, segundo Rabat, a sua **neutralidade** neste conflito. No entanto, nos meios soviéticos de Argel, recorda-se que a URSS se pronunciou a favor do direito à autodeterminação do povo sahraovi, e que votara a favor da resolução do Conselho de Segurança, apoiada por países amigos da Argélia. Dá-se também a entender que Moscovo teria dentro em pouco um **novo gesto** a favor da Polisario. Esse gesto poderia ser um convite oficial para uma visita a Moscovo sob a egide do Comité de Solidariedade África-Ásia-América latina. É por aí que passam, diz-se em Argel, os movimentos de libertação que a URSS encara a hipótese de reconhecer oficialmente.

É UMA CASA JAPONESA, COM CERTEZA!

Um comerciante de vinhos do bairro de Takadanshaba, em Tóquio, passou anos a poupar dinheiro para construir a sua casa, de seis cómodos, sem licença. Comprado o terreno e quase terminada a casa, a Câmara local apareceu com um impedimento: o terreno era necessário para a implantação de um colector de esgotos que serviria a zona. Resultado final: na «fatia» que sobrou, o comerciante japonês vive hoje numa casa de quatro andares. Cada andar é uma divisão e ainda sobrou lugar para a instalação da sua «tasca». A foto da Keystone mostra o novo, teimoso, imaginativo e feliz proprietário e a sua «obra».

HEIKAL AMEAÇADO DE PRISÃO

O Governo egípcio tenciona prender o confidente e grande amigo do presidente Nasser, o célebre jornalista Hassasein Heykal, antigo director do «Al Ahram». Fofyes citadas pela «Afrique-Asie», como «próximas de Sadat», asseguram que Heikal caiu na desgraça do «rais» por se ter dissociado das teses oficiais sobre o levantamento popular de Janeiro. Ao contrário das teses oficiais, Heikal sustenta que não se tratou de uma «conspiração» comunista, mas sim da expressão da cólera do povo, face à corrupção, à miséria e ao sofrimento que se vivem no país.

EXCLUSIVO